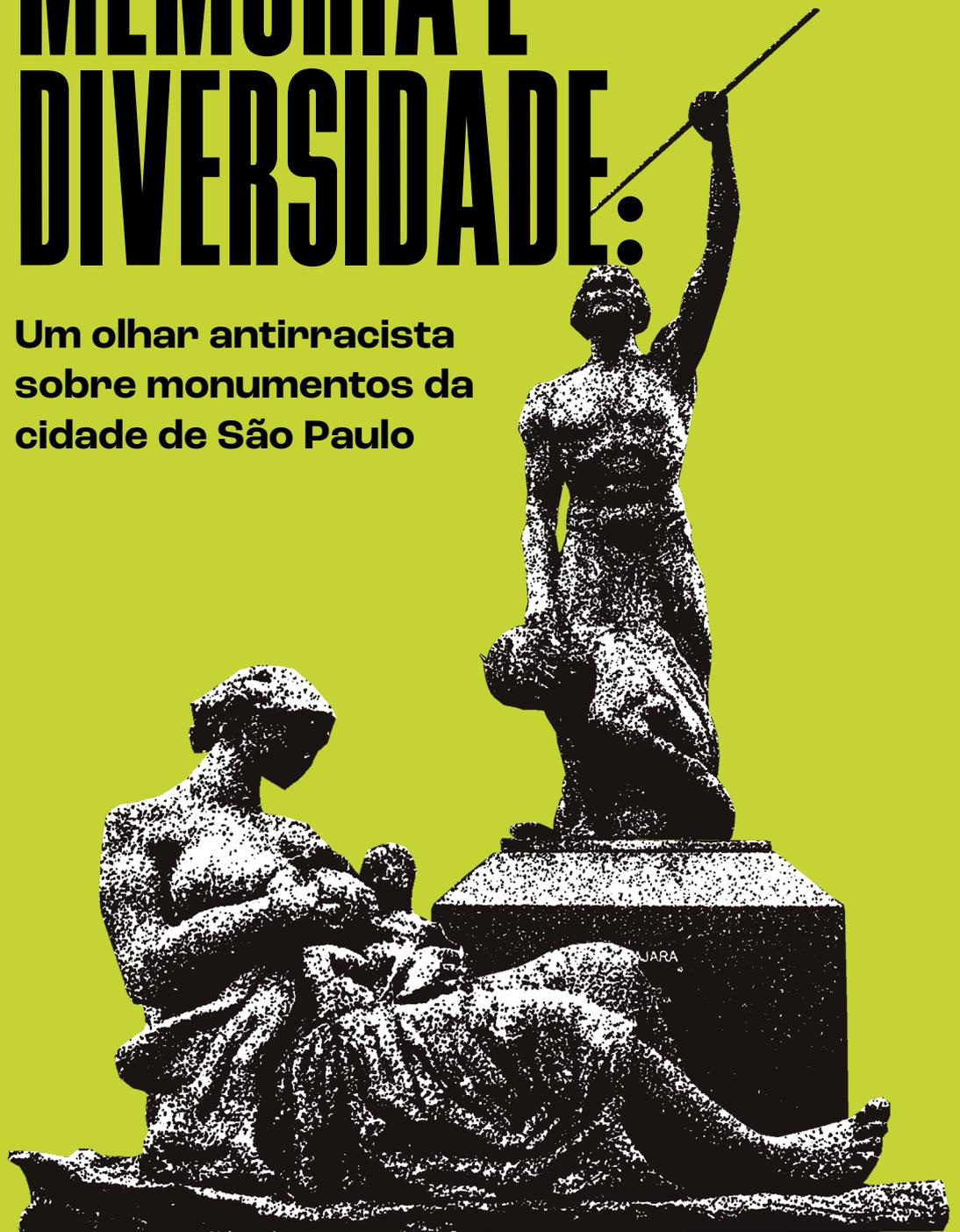


PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E DIVERSIDADE:

Um olhar antirracista
sobre monumentos da
cidade de São Paulo



Coordenação do projeto

Cássia Caneco

Produção Técnica

Cássia Caneco

Isabella Alho (estagiária)

Lara Cavalcante

Maria Feitosa

Vitor Nisida

Apoio Técnico

Anna Luiza Salles Souto

Rodrigo Iacovini

Projeto Gráfico

Marina Dahmer Bagnati

Publicado por

INSTITUTO PÓLIS

polis.org.br

Apoio

Erica Malunguinho - Mandata Quilombo

São Paulo, 07 fevereiro de 2023

InstitutoPólis



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Este estudo tornou-se possível graças à partilha de vivências e questionamentos sobre a ausência de representatividade na cidade, e não teria sido possível sem o trabalho comprometido da equipe que realizou a pesquisa **Presença Negra nos Espaços Públicos de São Paulo** em 2020. Nossos agradecimentos especiais à Beatriz de Paula, Felipe Moreira, Fernanda Correia, Gabriela Ramos Bezerra, Graciela Guillén, Henrique Frota, além de Cássia Caneco que também coordenou a pesquisa de 2022.

Apresentação

É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. (Beatriz Nascimento, 1989)¹

1. Fala retirada do filme documentário Ôrí, 1989.

É inegável que o modelo de desenvolvimento urbano brasileiro – produzido e reproduzido a partir de uma matriz patriarcal e colonialista de poder – continue promovendo espaços segregados, assim como o apagamento, século após século, das contribuições de povos negros e indígenas para a construção da cultura e da riqueza de nossas cidades (Berth, 2021). A face mais evidente desse processo são simbologias e representações que sustentam, nos espaços públicos, uma memória predominantemente masculina e branca.

O Instituto Pólis tem assumido, desde sua constituição, o compromisso ético e político de lutar pela possibilidade radical de atores sociais diversos participarem dos processos de transformação das cidades. O Pólis acredita que a cidade, enquanto locus das relações sociais, deve construir, em igualdade, referências identitárias individuais e coletivas a todos os grupos que a compõem. A defesa desse princípio visa subverter relações desiguais e opressoras de poder na produção e ocupação dos territórios, dialogando diretamente com o Direito à Cidade: uma utopia, mas também um direito humano coletivo, das presentes e futuras gerações, de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar, de forma equitativa, de cidades justas, inclusivas, seguras, democráticas e ambientalmente responsáveis.

Nos últimos anos, diversos atores alinhados à luta antirracista vêm promovendo reflexões, ações artísticas, políticas e educativas para dimensionar e questionar os impactos promovidos pelos monumentos construídos na cidade, bem como sua simbologia, visto que muitos deles impõem narrativas e, muitas vezes, naturalizam e justificam violências cometidas ao longo da história.

É urgente suscitar o debate sobre a representatividade das diversidades sociais, de sua produção intelectual, artística cultural, religiosa e ancestral no espaço público. Trata-se de tarefa fundamental para o entendimento de que a memória dos grupos subjugados historicamente é relevante para o espaço urbano, além de ser um dos elementos constitutivos para o exercício do Direito à Cidade.

Desde 2020, o Pólis tem desenvolvido a pesquisa *Presença Negra nos Espaços Públicos* a fim de contribuir com as discussões em torno dos projetos de lei (PL) que defendem a substituição, retirada ou contextualização de monumentos que evocavam a glória dos períodos de exploração e opressão de pessoas não brancas no Brasil. As recentes propostas legislativas são uma resposta ao debate global sobre a persistência de homenagear em espaços públicos pessoas ligadas à escravidão.

Este estudo faz parte do projeto *Patrimônio, Memória & Diversidade: um Olhar Antirracista sobre Monumentos da Cidade de SP²*, cujos objetivos são mapear, refletir e ajudar na construção de cidades mais justas, sem discriminação e sem homenagens a símbolos de violência. Juntamente de outras ações, esta pesquisa é também uma provocação, que pode ser resumida em uma pergunta: que histórias as cidades nos contam?

2. Projeto subsidiado através de emenda parlamentar da Mandata Quilombo, da Deputada Estadual Erica Malunguinho (2022/2023) e do convênio firmado junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Cássia Caneco

Índice

1. Introdução	p. 9
1.1 A memória enquanto disputa de narrativa	p. 10
1.2 O movimento de derrubada dos monumentos	p. 13
1.3 Uma trajetória de estudos e revisão crítica sobre os monumentos da cidade de SP	p. 13
2. Atualização do estudo sobre os monumentos de SP	p. 16
2.1 Metodologia de atualização do estudo	p. 16
2.2 Períodos históricos	p. 17
2.3 Altura	p. 19
2.4 Tipo de figura representada	p. 20
2.5 Gênero	p. 24
2.6 Raça	p. 24
2.7 Figuras controversas	p. 25
2.8 Tipos de espaços	p. 26
2.9 Uso predominante do solo	p. 28
3. Compreendendo os monumentos de SP	p. 30
3.1 Quem os monumentos homenageiam	p. 31
3.2 Que espaço os monumentos ocupam?	p. 32
4. Como os monumentos refletem os processos de produção de nossa cidade e a história forjada pela elite paulista?	p. 36
4.1 Formação das identidades brasileira e paulista	p. 36
4.1.a Porte (altura do monumento)	p. 39
4.1.b Raça	p. 41
4.1.c Gênero	p. 44
4.1.d Inserção na cidade	p. 46

4.2 Saudosismo de um passado (in)glorioso	p. 49
4.2.a Porte (altura do monumento)	p. 50
4.2.b Raça	p. 52
4.2.c Gênero	p. 53
4.2.d Inserção na cidade	p. 53
4.3 Mudanças de paradigmas	p. 56
4.3.a Porte (altura do monumento)	p. 58
4.3.b Raça	p. 59
4.3.c Gênero	p. 60
4.3.d Inserção na cidade	p. 60
5. Quadro síntese sobre os monumentos de SP	p. 64
5.1 Representação numérica	p. 64
5.2 Porte dos monumentos	p. 65
5.3 Distribuição territorial	p. 67
5.4 Diferenças entre as aglomerações de monumentos	p. 73
5.5 Tipos de usos e atividades	p. 75
5.6 O perfil da controvérsia	p. 77
5.7 Homenagens nominiais	p. 78
5.8 O gênero na mitologia e religião	p. 81
5.9 Visibilidade e presença desiguais	p. 82
6. Como avançamos no debate?	p. 87
6.1 Os monumentos de SP e a construção de uma cidade educadora	p. 89
7. Referências bibliográficas	p. 91

1. Introdução

Diversos são os fatores que orientam as relações de poder, bem como disputas e conflitos na sociedade. Gênero, raça, classe e religião são exemplos daquilo que organiza hierarquicamente nossa sociedade, mas também nossas cidades, que são resultado de tais tensionamentos.

Como um imenso alfabeto que permite a montagem e desmontagem de palavras e frases, a cidade e seus espaços públicos não são neutros. Valem-se de símbolos que se encarregam de contar a sua história (ou pelo menos uma versão da história). Além dos equipamentos e serviços construídos, a cidade, também em sua dimensão estética, deixa perceber que é resultado dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos pelos quais passou.

A urbanista Raquel Rolnik diz existir um paralelo entre a ação de “empilhar tijolos” para construir cidades e o ato de agrupar palavras para expressar ideias.

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto. (Rolnik, 2004, p. 17)

No artigo *Negros e Negras de Pele Clara*, Sueli Carneiro (2004) alerta grupos racialmente hegemônicos têm o privilégio de se representar em diversidade enquanto aprisionam os “outros” em imagens fixas e estereotipadas. Esta dominação simbólica, que se expressa também no patrimônio e na memória da cidade, serviria para garantir a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, os monumentos são artifícios simbólicos importantes, pois têm como função transmitir o modelo de sociedade ou de cidadão que se almeja. Tais obras, enquanto representação de fenômenos, fatos ou figuras, estão intimamente ligadas ao contexto político em que são erigidas e carregam consigo histórias, padrões culturais, valores, mitos, normas e concepções. Quando homenageiam pessoas, transmitem tais ideias através de sua estética, mas também da biografia da figura retratada - à qual estão sujeitas.

1.1 A memória enquanto disputa de narrativa

As histórias são importantes. Muitas histórias são importantes. As histórias têm sido usadas para desapropriar e tornar maligno. Mas as histórias também podem ser usadas para dar poder e para humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo. Mas as histórias também podem reparar essa dignidade quebrada. (Adichie, 2012)

Por muitas décadas, os monumentos erguidos nas cidades brasileiras representaram heróis, projetos de sociedade e ideais enaltecidos por suas elites. Em um país com dimensões continentais, construído a partir da exploração e subjugação dos povos negros e indígenas, assim como da repressão violenta de revoltas populares, os monumentos serviram como instrumento fundamental para forjar, no imaginário coletivo, uma "identidade nacional" celebrando símbolos de unidade, de glórias militares e de uma miscigenação racial, supostamente, pacífica.

A partir do fim do século XIX, quando começou a ascender economicamente de forma mais expressiva, a cidade de São Paulo - objeto deste estudo - precisou emular um status de relevância a sua história e elevou bandeirantes como Borba Gato, Raposo Tavares e Anhangüera ao posto de heróis do passado. Essas figuras foram exaltadas durante grande parte do século XX, mas principalmente durante as comemorações do IV Centenário da cidade.

É notório, no entanto, que as bandeiras não se resumem à bravura e à glória de expedições que expandiram as fronteiras do país. Tais missões foram marcadas também pela [política de escravização, pelo extermínio de indígenas e pela destruição de quilombos](#).

Mais recentemente, contudo, as narrativas hegemônicas que são reiteradas por monumentos urbanos passaram a ser contestadas, bem como a própria existência das obras que as representam. Em 2013, em protesto à PEC 215/2000 que propunha delegar exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de demarcação de territórios indígenas e quilombolas, os povos guaranis pintaram o Monumento às Bandeiras³ de vermelho com os dizeres "[bandeirantes assassinos](#)" e "[ladrões](#)". Paralelamente à contestação de monumentos dedicados a figuras que violentam a memória de grupos historicamente subjugados

3. Conjunto escultórico de Victor Brecheret localizado no entorno do Parque Ibirapuera.

dos, avançaram os debates que questionam a dominação do espaço público por homenagens a homens brancos em detrimento de representações a mulheres, pessoas negras e indígenas.

São diversos os projetos de lei que, nos últimos anos, tramitam nas casas legislativas (municipais, estaduais e federal) propondo [a proibição de homenagens a escravocratas e eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista](#). Além de tentar mudar marcos legais, tais PLs também amplificam as denúncias de como monumentos seguem sendo guardiões de um território de privilégios materiais e simbólicos. Esse movimento de institucionalizar pautas que representam contestações de grupos marginalizados historicamente só é possível, de certa forma, porque tais grupos têm aumentado sua presença em espaços decisórios de poder, como casas legislativas.

Os movimentos por mudanças legislativas não são um fenômeno exclusivo do Brasil. Na Ucrânia, todos os monumentos em homenagem a Lênin⁴ ou a era soviética foram removidos do espaço público após a sanção de uma lei que proibia a instalação de símbolos da era soviética, em 2015 (Wamsley, 2017). Nesse contexto, os lugares que também faziam alusão ao regime soviético foram rebatizados em homenagem a heróis ucranianos.

4. Político russo responsável por instaurar a ditadura bolchevique e pelo assassinato da família imperial russa.

Na África do Sul, após um mês de protestos estudantis contra uma estátua em homenagem ao colonialista Cecil Rhodes⁵, na Universidade de Cape Town, em 2015, o conselho universitário, majoritariamente branco, votou pela retirada do monumento. No país, também existem cidades com leis sancionadas que proíbem homenagens ao Apartheid (Salvadori, 2021b).

5. Colonizador inglês responsável pelo genocídio de 60 milhões de africanos.

Na Alemanha, há uma lei que proíbe homenagem a nazistas. Na capital Berlim, o abrigo subterrâneo de Adolf Hitler⁶ foi destruído e atualmente é marcado apenas por uma pequena placa do lado de fora de um estacionamento (Wamsley, 2017). A destruição do *bunker* é uma forma de evitar que o lugar seja confundido simbolicamente, como uma celebração a algo tão vergonhoso da história alemã.

6. Ditador do Reich Alemão, principal instigador da Segunda Guerra Mundial e figura central do Holocausto.

Em 1984, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que outrora havia prestado homenagens ao governo militar através de nomes de logradouros, celebrações solenes e instalação de símbolos ao regime, iniciaram um processo de acerto de contas por meio de uma resolução (Salvadori, 2021a). A medida alterava o nome do "Auditório 31 de Março"⁷ para "Auditório Senador Teotônio Vilela, o Menestrel da Democracia", em homenagem ao político que, embora tivesse uma história controversa em relação à ditadura, terminou sua carreira na defesa pelas Diretas Já e pela redemocratização.

7. Auditório nomeado em alusão à data do golpe de estado, em 1964, que derrubou o

governo do presidente democraticamente eleito João Goulart e deu início a 21 anos de ditadura militar no Brasil.

8. A comissão atuou até 2015.

Em 2012, a recém criada Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog⁸ publicou seu primeiro relatório, que tratava justamente das homenagens à ditadura, recomendando à Câmara Municipal de São Paulo alterações legislativas que permitissem a mudança de nomes dos logradouros da cidade que carregavam personalidades da ditadura.

Em 2013, a CMSP aprovou nova lei que autorizava a mudança dos nomes de vias “quando se tratar de denominação referente a autoridade que tenha cometido crime de lesa-humanidade ou graves violações de direitos humanos” (Lei nº 15.717/ 23 de abril 2013). Em 2015, o prefeito Fernando Haddad se embasou no novo dispositivo legal para criar o programa *Ruas de Memória*, cujo objetivo era a “mudança progressiva das denominações de logradouros e equipamentos públicos municipais denominados em homenagem a pessoas, datas ou fatos associados a graves violações aos direitos humanos” (Decreto nº 57.146, de 25 de julho de 2016). A partir de então, algumas ruas da cidade de São Paulo com nomes de ditadores militares foram rebatizadas em [homenagem às vítimas do regime](#).

Esse processo de disputa de narrativa se restringiu a alguns logradouros públicos e não abrangeu os monumentos da cidade. O escopo das alterações propostas se limitou aos crimes e figuras do regime militar, quando a tortura e violação dos direitos humanos atingiu outros sujeitos, que não aqueles historicamente violentados em nosso país. As dimensões de raça e gênero foram negligenciadas por aquelas propostas legislativas, deixando de fora processos históricos que fazem referência a outras violências e violações de direitos.

A discussão acerca das homenagens públicas a escravagistas e eugenistas passou a ser mais contundente em propostas recentes, como o [PL 404/2020](#) da deputada estadual Erica Malunguinho⁹ e o [PL 47/2021](#) da vereadora da capital Luana Alves, ambas do PSOL. Tendo em vista o avanço desse debate em espaços de formulação de leis e políticas públicas, é preciso ampliar as discussões quanto representatividade negra e indígena nos monumentos eternizados em nossa cidade, sobretudo quando constatamos o número assombroso de homenagens a personagens relacionadas à escravidão, à massacres indígenas, ao período colonial e à ditadura militar. A garantia do Direito à Cidade passa, também, pela reivindicação do direito de interferir na construção dos discursos e símbolos que constituem nossa memória e produzem o imaginário da cidade.

9. O escopo PL 404/2020 envolve logradouros públicos, prédios estaduais, rodovias estaduais, locais públicos estaduais, bustos, estátuas e monumentos edificadas e instalados por qualquer dos Poderes no âmbito do Estado de São Paulo.

1.2 O movimento de derrubada dos monumentos

Em 25 de maio de 2020, a contestação aos monumentos em homenagem a personagens escravagistas ganhou um novo capítulo após o [assassinato do segurança negro George Floyd pelo policial branco Derek Chauvin, nos Estados Unidos](#). Para o escritor Abílio Ferreira (2021), a associação entre a brutalidade policial (que assassinou Floyd) e o apagamento simbólico da resistência dos povos negros e originários (expresso nas narrativas oficiais de sujeição) inflamou as [intervenções nas estátuas de mercadores de pessoas escravizadas](#) como a de Edward Colston¹⁰ (Bristol, Inglaterra), Winston Churchill¹¹ (Londres, Inglaterra) e Robert E. Lee¹² (Charlottesville, Estados Unidos). Em meados de 2020, algumas delas foram, inclusive, retiradas do espaço público.

10. Traficante inglês de pessoas negras escravizadas. Entre 1689 e 1690, Colston atuou como vice-governador da empresa Royal African Company, que detinha o monopólio inglês do tráfico de africanos escravizados. Em Bristol, na Inglaterra, diversos equipamentos públicos e vias o homenageiam.

11. Apesar de Churchill ser considerado herói no Reino Unido por sua conduta durante a II Guerra Mundial, diversos historiadores apontam sua postura controversa por defender a ideia supremacia branca. E ex-primeiro ministro inglês defendia que o imperialismo britânico era benéfico para raças que chamava de "primitivas".

12. Militar que chefiou as forças que lutavam a favor dos Estados Confederados americanos, uma nação autoproclamada de 11 estados escravistas, durante a Guerra Civil, entre 1862 e 1865. Documentos históricos também demonstram a crueldade de Lee os negros escravizados que herdou após a morte de seu sogro, George Washington Parke

A onda de protestos anti-racistas em escala mundial tem eleito monumentos de escravistas, colonialistas e imperialistas para serem derrubados, como símbolo de contestação às instituições, à violência e à opressão que tais figuras representam. No Brasil, as manifestações reacenderam as discussões pela releitura, ou até pela retirada, de tais homenagens para ressignificar o passado e repensar o presente. Atores sociais historicamente marginalizados, sobretudo a população negra e indígena, defendem o direito de as pessoas se verem representadas, de maneira diversa e positiva (sem estereótipos), na memória coletiva da cidade.

1.3 Uma trajetória de estudos e revisão crítica sobre os monumentos da cidade de SP

Para avançar nesse debate, é importante levantar os símbolos presentes em nossos espaços públicos, como forma de compreender as controvérsias materializadas em muitas das figuras expostas pelas cidades. A pesquisa [Presença Negra nos Espaços Públicos](#) de 2020 propôs uma reflexão inicial sobre as histórias que a cidade de São Paulo nos conta, a partir dos monumentos oficiais catalogados pelo Município. O objetivo era problematizar, investigar e promover uma pluralidade de leituras sobre os monumentos, demonstrando que as

Custis, um dos maiores donos de escravos da época e neto do primeiro presidente dos EUA, George Washington.

13. A base foi sistematizada pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e é disponibilizada no portal [Geosampa](#) da PMSP.

narrativas de grupos historicamente subjugados foram apagadas dos espaços da cidade, assim como de nossa memória coletiva. A ausência de símbolos e figuras da história e da cultura dos povos negros e indígenas denotam um imaginário controlado pela elite branca sobre-representada nesses espaços.

O ponto de partida foi a base de dados da PMSP com 367 monumentos georreferenciados.¹³ Não existiam, contudo, informações como gênero ou raça/cor das figuras retratadas, o que era necessário para as análises quanto à representatividade dos monumentos da cidade. Esse tipo de dado, então, precisou ser produzido para complementar o banco de dados original.

Dentre os 367 monumentos existentes em 2020, muitos monumentos foram identificados como homenagens a personagens ligados à ditadura e à manutenção da escravidão. Não surpreendentemente, a pesquisa identificou uma sub-representatividade de pessoas negras e indígenas, sobretudo de mulheres negras e indígenas.

No entanto, após a intervenção que ateou fogo no monumento ao bandeirante Manuel Borba Gato, feita pelo coletivo [Revolução Periférica em 24 de julho de 2021](#), o debate sobre os monumentos controversos se intensificou e ganhou novos contornos. Em agosto daquele mesmo ano, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) anunciou a instalação de cinco novos monumentos às personalidades negras: à escritora Carolina Maria de Jesus, ao cantor Itamar Assumpção, ao músico Geraldo Filme, à sambista Madrinha Eunice e ao atleta olímpico Adhemar Ferreira da Silva.

Foi um ato de reconhecimento da falta de representatividade entre as figuras homenageadas por monumentos da cidade, mas também foi uma medida inovadora na medida em que as novas estátuas foram criadas por artistas negros e instaladas em territórios historicamente atrelados à memória e à presença negra ou à história de vida das personagens retratadas. Além disso, as figuras homenageadas eram pessoas célebres e não personagens genéricos sem nome, que até então eram compunham a maioria dos monumentos dedicados a figuras negras, reforçando estereótipos de um imaginário racista da elite paulistana.

Ainda em 2021, a PMSP divulgou uma lista com dezenas de monumentos classificados como controversos, por homenagearem pessoas ligadas [a escravidão, a massacres indígenas, ao período colonial e à ditadura militar](#). Apesar de a prefeitura sinalizar que a lista não indica que a administração pública pretenda “removê-los, condená-los ou mesmo alterá-los”, a existência dessa lista já demonstra que

a gestão pública não está alheia ao debate sobre os monumentos controversos, bem como ao movimento de derrubada desses símbolos ao redor do mundo. Diante desse novo contexto, em 2022, este estudo propôs expandir e aprofundar as leituras iniciadas em 2020 acerca do conjunto de monumentos da cidade.

2. Atualização do estudo sobre os monumentos de SP

O presente estudo foi desenvolvido ao longo de 2022 e atualizou a listagem de monumentos paulistanos, incluindo as obras mais recentes. Além do acréscimo das novas estátuas, a pesquisa também avançou no detalhamento do banco de dados:

- Foram identificados os monumentos que retratam **figuras históricas controversas**: personagens do período colonial, apoiadores do regime escravista, militares que lideraram campanhas violentas durante a Independência, figuras que, via de regra, são lembrados como heróicas embora também estejam associados a práticas de extermínio, violências racistas ou políticas excludentes.
- Foram criadas e introduzidas variáveis que caracterizam o monumento, o espaço onde está instalado e seu entorno imediato, como forma de estimar seu impacto na **paisagem urbana**. Isso porque a memória da cidade também é construída através da relação que as obras estabelecem com os espaços em que se inserem e com a paisagem que ajudam a moldar.

2.1 Metodologia de atualização do estudo

A base de dados original do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) era composta pelas seguintes variáveis:

- **Nome da obra**: nome de registro nas bases da PMSP
- **Autoria**: nome do autor ou autora da obra
- **Tipologia**: identifica se a obra é do tipo escultura, painel, placa, herma, busto, chafariz, marco, crucifixo, grupo escultórico, etc;
- **Material**: identifica os materiais utilizados na confecção da obra
- **Data**: identifica o ano de instalação da obra no local em que se encontra atualmente;
- **Local**: descreve o atual endereço/logradouro de instalação da obra;

- **Tombamento:** identifica se o monumento é tombado, por qual órgão (municipal, estadual e/ou federal) e também fornece um link para o documento de resolução do tombamento;

Para a atualização e detalhamento desta pesquisa, foram adicionadas as seguintes variáveis:

- **Data de inauguração:** identifica o ano original de inauguração do monumento, antes eventuais realocações responsáveis por sua localização atual. Para fins de análise, este dado é utilizado para a divisão histórica em três períodos;
- **Deslocamento:** identifica se a obra já foi removida e realocada desde sua inauguração;
- **Altura:** identifica a altura da obra em metros ;
- **Tipo de figura representada:** identifica se a figura representada é de uma pessoa ou de uma data, um objeto, um símbolo, etc.
- **Homenagem nominal:** identifica se a pessoa retratada é nominalmente homenageada ou se trata-se de uma figura humana genérica (sem nome próprio);
- **Gênero da obra:** indica o gênero da obra, quando retrata uma figura humana, e também do/a artista;
- **Raça e etnia:** identifica a raça ou etnia tanto das figuras representadas na obra, quanto dos/as artistas;
- **Figuras controversas:** identifica se a pessoa homenageada pela obra é uma figura histórica controversa e, nos casos em que se aplica, descreve resumidamente as razões da controvérsia categorizando-as;
- **Tipo de espaço:** contém o tipo de espaço (praça, parque, calçada, etc) em que a obra está inserida;
- **Uso do solo predominante:** identifica o uso predominante do solo do espaço do entorno imediato da obra (residencial, misto, institucional, etc).

2.2 Períodos históricos

A partir da análise do conjunto de monumentos da cidade de São Paulo, este estudo propõe uma divisão temporal que os agrupa em três diferentes períodos históricos. Sem a pretensão de exaurir o debate historiográfico, a leitura aqui proposta busca refletir, provocar e contribuir com as discussões sobre o simbolismo dessas obras e seu papel na produção social da memória na cidade. Os períodos históricos foram definidos pelo tipo de mensagem ou pela função que tais

obras desempenharam - e desempenham - na formulação de imaginários sociais:

14. Da virada do século XX a 1980. O monumento paulistano mais antigo da base oficial da Prefeitura Municipal, é a estátua "José Bonifácio, o Moço" da década de 1890, mas que foi alocada em 1936 no saguão de entrada da Faculdade de Direito da USP no Largo S. Francisco. A maioria dos monumentos desta mesma base é do início do século XX, mas muitos deles não apresentam ano de inauguração específico. Por essa razão, o ano de 1900 foi adotado como marco inicial da periodização aqui proposta.

- **Formação das identidades brasileira e paulista (até 1980):** é o primeiro período, e também o mais longo e mais heterogêneo de todos. Ocupa as primeiras oito décadas do século XX¹⁴ e atravessa fases de profundas transformações do país e da cidade de São Paulo. No começo do século, a capital paulista já não era mais uma vila sem relevância política e econômica, e se tornava o principal entreposto ferroviário da economia cafeeira no estado, conectando o interior produtor ao porto exportador e recebendo o intenso fluxo migratório de estrangeiros recém-chegados ao país. As décadas que seguem até os anos 1980 são marcadas por um forte processo de industrialização, atrelado a um rápido e intenso processo de expansão urbana que culminaria na formação de uma das maiores metrópoles do mundo. Embora essas oito décadas sejam atravessadas por diferentes regimes políticos – com líderes populistas, golpes de estado, governos autoritários e ditatoriais – além de diferentes ondas e movimentos culturais, é possível resumi-las em um único período, no qual a formação das identidades brasileira e paulista predominou entre a produção de monumentos na capital. O crescimento da cidade e a expansão da economia nesse longo período colocaram e consolidaram São Paulo no posto de protagonismo econômico, político e cultural no país. Esse movimento ascendente e a necessidade de afirmação simbólica e identitária das elites paulista e paulistana foram decisivos para a produção dos monumentos na cidade, seja pelas figuras enaltecidas e homenageadas, seja pela localização ou pelo porte das obras erigidas.
- **Saudosismo de um passado (in)glorioso (1981-2000):** os símbolos retratados pelos monumentos inaugurados nessas duas décadas não são necessariamente distintos e não se contrapõem àqueles erigidos no período anterior. O paradigma continua o mesmo: enaltecer figuras e episódios históricos que reafirmam o papel glorioso de São Paulo para o progresso do país. O momento político-econômico, no entanto, é completamente diferente. Paralelamente, a reconversão econômica que diminuiu o peso da in-

dústria em São Paulo (Rolnik, 2001), a mudança da matriz produtiva que dispersou fábricas para outras cidades e estados (Reis Filho, 2006), o agravamento das precariedades urbanas, o desemprego e o empobrecimento entre as famílias de mais baixa renda produziram uma retração econômica, que ampliou as desigualdades e tensões sociais. Neste período, muito menos majestoso e ufanista, a retomada à glória paulista atua como contraponto a um aparente declínio: um saudosismo anacrônico que serve para enaltecer o passado (pouco revisitado de forma crítica), tradições (relativamente controversas) e narrativas hegemônicas (ainda que contestáveis) como resposta a um momento de maior instabilidade, de transformações e de disrupções.

- **Mudança de paradigmas (2001 - atual):** o terceiro, e último período, corresponde à atualidade. Inicia-se nos anos 2000 e é marcado por disputas de narrativas mais contundentes. A mobilização de setores da sociedade civil e a gradativa ocupação dos espaços de poder por grupos historicamente marginalizados, dentre outros fatores, dão novos contornos às disputas na cidade e fortalecem o debate sobre as homenagens feitas pelos monumentos que constituem a paisagem urbana de São Paulo. A discussão sobre grupos sub-representados, como a população negra e indígena, se intensifica e o questionamento sobre monumentos que enaltecem figuras controversas, reiterando narrativas violentas de grupos hegemônicos, como a elite branca de origem europeia, ganha maior alcance e profundidade. É nesse período que este estudo – e os debates com os quais ele busca colaborar – se insere.

2.3 Altura

O levantamento da altura dos monumentos é relevante para a análise do impacto na paisagem urbana. O porte da obra tem relação direta com a sua visibilidade e sua imponência. Para a sistematização da informação, foram utilizadas notícias e fichas técnicas sobre os monumentos disponíveis na internet. Quando a informação não estava disponível, foram consultadas fotografias ou imagens do Google Street View (Google Maps), que permitiram a estimativa de tamanho, por meio da comparação com outros elementos também fotografados, como pessoas, bancos, postes, no mesmo espaço.

2.4 Tipo de figura representada

A definição da categoria foi feita por meio de pesquisa de fichas técnicas sobre a obra, notícias e navegação virtual pelo Google Street View (Google Maps). Após análise de todo o conjunto, os monumentos foram agrupados em 7 tipos:

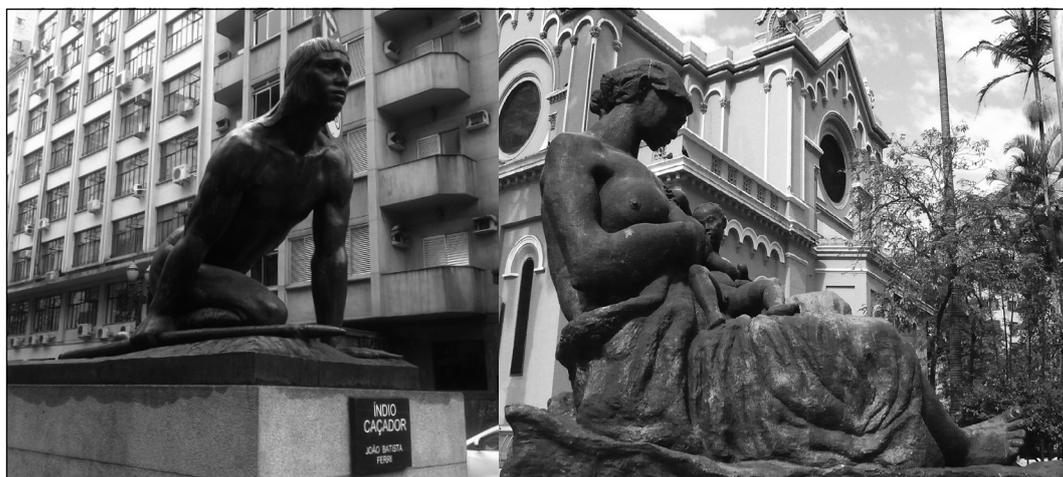
- **Pessoa(s):**
 - Monumentos que homenageiam figuras de relevância histórica, cultural, política, econômica, etc, retratando o corpo, o rosto ou o busto de pessoas reais (ou personagens da ficção). Este tipo de homenagem é feita nominalmente. Exemplos: "Carolina Maria de Jesus", "Luiz Gama" e "Borba Gato".



Figura 1. Da esquerda para direita: [Carolina Maria de Jesus](#) (Foto: Beatriz de Oliveira/ Nós, mulheres da periferia); [Luiz Gama](#) (Yolando Mallozzi, [CC BY-SA 4.0](#)); [Ubirajara](#) (Rodrigo C Dangelo, [CC BY-SA 4.0](#)); [Borba Gato](#) (Geogast, [CC BY 4.0](#)).

- Monumentos de figuras humanas genéricas sem nome próprio (corpo, busto ou rosto), que, por extensão, podem representar uma classe, categorias profissionais, um grupo étnico ou coletivo de pessoas. Podem render homenagens, mas também podem reproduzir estereótipos. Exemplos: "Monumento ao Trabalhador do Asseio, Conservação e Limpeza", o "Colheitor de Café", "Índio Caçador" e "Mãe Preta".

Figura 2. Da esquerda para direita: [Índio Caçador](#) (João Batista Ferri, CC BY-SA 4.0) e [Mãe Preta](#) (DPH/PMSP, via Alesp).



- Monumentos de outros formatos – como obeliscos, murais e totens – que não são, mas contêm figuras humanas em alguma parte da obra, seja em alto relevo, com esculturas anexas, pinturas ou outras formas. Geralmente homenageiam um determinado grupo através de seu nome, mas principalmente das figuras escolhidas para serem retratadas: “Amizade Sírio-Libanesa”, “Homenagem aos Húngaros”, “Monumento ao Maçon”, “Obelisco e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932” e “Monumento à Independência”.

Figura 3. Da esquerda para direita: [Amizade Sírio-Libanesa](#) (Rodrigo, CC BY-SA 4.0), [Obelisco e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932](#) (Mauricio Luiz Bertoni, CC BY-SA 4.0) e [Monumento à Independência](#) (Igor Rando, CC BY-SA 4.0).



- **Símbolos:** formas geométricas ou mais abstratas que carregam algum simbolismo como crucifixos, emblemas ou totens. Exemplos: “Emblema de São Paulo”, “Totem da Construção (da Sé)” e “Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos”.

Figura 4. Da esquerda para direita: [Emblema de São Paulo](#) (Valentim, via Acervo Digital/Unesp), [Totem da Sé](#) (Calabrone, via Acervo Digital/Unesp) e [Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos](#) (Gabriel Santana, CC BY-SA 4.0).



- **Objetos:** diferentemente dos símbolos, os objetos são representações mais literais de coisas que não sejam pessoas ou outros animais, como marcos rodoviários, fontes ou chafarizes. Exemplos: Fonte Pacaembu, 14 Bis e Chafariz do Cambuci.

Figura 5. Da esquerda para direita: [Fonte Pacaembu](#) (Beatriz Passeti, CC BY-SA 4.0) e [14 Bis](#) (Felipe Lini, CC BY-SA 4.0).



- **Datas:** monumentos que representam datas comemorativas ou eventos históricos, sem que haja menção ou homenagem a pessoas, como os “Oitenta anos da Imigração Japonesa” ou “Homenagem aos 450 anos da Mooca”

Figura 6. [Centenário de Vila Ema](#) (Lucas De León, [CC BY-SA 4.0](#)) e [Monumento aos Oitenta Anos da Imigração Japonesa](#) (Arte Fora do Museu, [CC BY 2.0](#)).



- **Figuras religiosas e mitológicas:** obras que retratam figuras religiosas (como da fé cristã) ou entidades mitológicas de outras origens (como grega e romana). Esse grupo é composto de figuras cultuadas ou que têm certa divindade – ou santidade – atribuída à sua imagem. Sua importância está mais relacionada à reverência e ao imaginário espiritual ou religioso, do que a, por exemplo, fatos históricos. Exemplos: Sagrado Coração de Maria, São José do Bixiga, Aretuza ou Laocoonte.

Figura 7. [São José do Bixiga](#) (Camila Werner, [CC BY-SA 4.0](#)), [Aretuza](#) (Alexandre Possi, [CC BY 3.0](#)) e [Laocoonte](#) (Flaminio Fantini, [CC BY-SA 4.0](#)).



- **Outros:** obras que representam outro tipo de figura, sobretudo, de animais. Exemplos:

Figura 8. [Leão Lutando com Uma Serpente](#) (Marcela Vilhena, [CC BY-SA 4.0](#)) e [Cão Pastor Alemão](#) (Daderot, [CC0](#)).



- **Não identificada:** obras não encontradas cujo significado e/ou simbolismo não puderem ser identificados, como por exemplo a Biquinha da Vila Indiana (obra não localizada) ou obras sem título que também não foram encontradas.

2.5 Gênero

Em relação ao gênero, os monumentos que representam pessoas foram divididos em:

- **Homens;**
- **Mulheres;**
- **Ambos:** obras que retratam figuras masculinas e femininas.

Também foi criado um campo de gênero para os/as artistas que produziram as obras. Assim como o tipo de figura, a identificação do gênero foi feita por meio de pesquisa de fichas técnicas, notícias e reportagens na internet.

2.6 Raça

A variável que identifica raça/cor ou etnia agrupou os monumentos nas seguintes categorias:

- **Branca;**
- **Negra;**
- **Indígena;**
- **Asiática:** inclui figuras de países ou etnias do Oriente

- Médio ou do Extremo Oriente;
- **Várias:** monumentos que representam diferentes categorias de raça/cor;
 - **Não identificada:** não foi possível identificar a raça ou etnia de algumas figuras humanas que não foram homenageadas individual e nominalmente. Embora seja possível supor a raça de algumas das pessoas ali representadas, a ausência de fontes e referências impediu que a classificação fosse feita com maior segurança.

O levantamento da raça ou etnia das obras foi feito seguindo a mesma metodologia dos campos descritos anteriormente, sendo baseado na pesquisa de internet. Da mesma forma, a identificação da raça dos autores e autoras das obras também foi feita sempre que possível.

2.7 Figuras controversas

A identificação das figuras controversas iniciou-se ainda na primeira etapa da pesquisa, em 2020, com base em pesquisa historiográfica de personagens escravocratas e ditadores. Em 2022, este estudo incluiu outras obras, atualizando o sentido das controvérsias históricas, e ainda acrescentou a listagem criada pela própria PMSP (38 no total), contemplando, assim, personagens relacionadas à escravidão, a massacres indígenas, ao período colonial e à ditadura militar.

Tal identificação, é importante que se diga, está em aberto e em expansão, de modo que a classificação, aqui apresentada, não deve ser tomada como definitiva ou taxativa. Da mesma forma, é fundamental que a listagem de figuras controversas não seja lida como homogênea, já que o consenso e os motivos que geram controvérsias variam. Com base nas razões pelas quais cada figura foi identificada como controversa, foram identificados subgrupos:

- **Bandeirantes/Jesuítas/Colonialistas:** figuras chave no processo de colonização e que atuaram ativamente na promoção dos interesses de elites, sendo associadas à dominação, evangelização e/ou ao extermínio de povos negros e indígenas.
- **Garantidores da ordem:** figuras que participaram de campanhas militares violentas (promovidas ou amparadas pelo estado) contra a população brasileira e/ou que resultaram no extermínio de povos não brancos.
- **Escravistas:** pessoas defensoras do regime escravocrata, da exploração violenta do trabalho humano, ain-

da que também sejam lembradas ou enaltecidas por outros acontecimentos.

- **Racistas:** figuras que defenderam abertamente ideias e práticas racistas.
- **Higienistas:** figuras que estiveram envolvidas diretamente com intervenções higienistas, violentas e excludentes, com a remoção de pessoas e a demolição de territórios para grandes obras de embelezamento da cidade e/ou de interesse especulativo do mercado.
- **Novos Bandeirantes¹⁵:** figuras que enalteciam o mito do bandeirante como símbolo da audácia, desbravamento, desenvolvimento e protagonismo paulista.
- **Agroindustrial:** figuras do ramo agrícola e/ou industrial que construíram a fortuna da família às custas da exploração de trabalhadores.
- **Indefinida:** no caso de figuras apontadas pela listagem da PMSP, cuja controvérsia ainda não foi aprofundadamente identificada ou justificada.

15. Chiarelli, 2020.

2.8 Tipos de espaços

A tipologia do espaço caracteriza o local em que a obra se insere. Trata-se de uma informação que qualifica a compreensão sobre a relação dos monumentos com a paisagem urbana, sua visibilidade, sua inserção no cotidiano de mais ou menos pessoas, etc. A instalação de monumentos em esplanadas ou em áreas menos amplas, como pequenas praças e calçadas, por exemplo, impacta seu destaque na paisagem. Espaços como calçadas são acessíveis aos pedestres, o que facilita a proximidade física da obra, porém outros elementos – como árvores, bancos, pontos de ônibus – podem interferir nas vistas ou até camuflar o monumento. Outras localidades, como canteiros de vias ou rotatórias, são hostis aos pedestres, mas comportam monumentos de grande porte e, geralmente, sem a interferência de construções ou outros componentes da paisagem, conferindo maior visibilidade.

Para a sistematização do campo, foram utilizadas diferentes bases de dados e ferramentas de geoprocessamento em diferentes etapas. A primeira utilizou a base do zoneamento municipal para identificar os monumentos que se sobrepunham a áreas demarcadas pela categoria única de “praças e canteiros”.¹⁶ Em seguida, cada classificação foi validada, caso a caso, para definir se as áreas identificadas eram de fato praças ou canteiros centrais de vias públicas. A segunda etapa utilizou a base de calçadas e de parques municipais, para classificar as obras, mas também demandou validação individual.

16. Na base do zoneamento, tudo o que não está identificado como quadra fiscal (passível de regulação por algum tipo de zona) é considerado “canteiro” ou “praça”.

Durante todas as verificações individuais, foram identificados monumentos que atualmente estão expostos em áreas internas de equipamentos públicos como clubes, universidades, galerias ou bibliotecas. Os monumentos foram agrupados em 5 tipos de espaço:

- **Praças:** áreas livres que, em sua maioria, possuem porções verdes e arborizadas destinadas ao uso recreativo, esportivo ou contemplativo. Apresentam uma escala mais local e cotidiana, servindo, principalmente, à população e aos usos urbanos de seu entorno mais imediato. Alguns canteiros e rotatórias foram classificadas como praças pelo tratamento paisagístico, presença de equipamentos e/ou de mobiliário próprio de praças. A existência de faixas de pedestres e sinalização nos percursos de acesso à área também foram consideradas na classificação;
- **Canteiros/Rotatórias:** são, basicamente, resquícios do traçado viário e configuram áreas pouco acessíveis ou absolutamente hostis ao pedestre. Podem ser canteiros centrais de avenidas, rotatórias ou alças do sistema viário que comporta grande fluxo de veículos. Para o presente estudo, o fato de serem arborizadas ou terem o nome de praça não qualifica essas áreas como tal;
- **Calçadas/Calçadões:** são os passeios públicos lineares aos lotes e destinados à circulação de pedestres. A categoria também inclui os calçadões, que são vias de circulação exclusiva (ou preferencial) de pedestres da região central;
- **Parques:** equipamentos públicos dotados de espaços destinados ao uso recreativo e ambiental. Podem ou não conter outros equipamentos públicos em suas dependências (como quadras esportivas, museus e bibliotecas). Podem ser gradeados e ter horário de funcionamento definido. Trata-se de um grupo heterogêneo, que abarca parques de diferentes portes com funções ambientais mais ou menos pronunciadas. Esta categoria leva em consideração a definição legal do Município de São Paulo, que classifica os “parques” através de lei, mesmo que sejam áreas semelhantes a outras praças, como é o caso do Parque Buenos Aires.
- **Outros:** edifícios, como a Galeria Prestes Maia ou a Faculdade de Direito da USP (Largo S. Francisco), abrigam monumentos em suas áreas internas. O complexo esportivo do Pacaembu e outros clubes também têm monumentos em suas dependências, que, embo-

ra não sejam edifícios fechados, são áreas de acesso e circulação mais restrita ao público geral.

2.9 Uso predominante do solo

O uso predominante do solo ajuda na compreensão das dinâmicas do espaço em que o monumento está inserido. A variável pode indicar se a obra está em uma área de maior densidade de circulação de pedestres, como em uma centralidade urbana onde há maior movimentação de pessoas. Também é possível aferir que o monumento pode ser menos acessível, conhecido ou visível se estiver instalado em uma área residencial, onde o trânsito de pessoas é mais limitado à população residente do entorno.

Para a construção da variável, partiu-se da base de “Uso Predominante do Solo” (PMSP, 2016), que classifica as quadras fiscais da cidade em 15 categorias. A partir do mapeamento e da validação individual – via observação de imagens do Google Maps e Street View – os monumentos foram organizados em 7 grupos. Cada grupo diz respeito ao uso predominante nas áreas do entorno imediato do local onde o monumento foi instalado:

- **Comércio e Serviços:** áreas cujas atividades predominantes correspondem a comércios (mercados, lojas, etc) e/ou serviços (consultórios, escritórios, restaurantes, bares, padarias, etc). Essa categoria de uso é concentradora de empregos e implica uma grande movimentação de pessoas durante o dia. Apesar de ser uma única categoria, ela pode compreender territórios diferentes entre si, como centralidades de bairros, regiões com grandes edifícios comerciais e corporativos, ou mesmo a região central da cidade;
- **Misto:** o entorno do monumento é caracterizado pela combinação de diferentes atividades urbanas que se complementam, sem haver predominância de um uso específico, mas observando, necessariamente, a existência de habitação. O mais comum é a combinação de comércios e/ou serviços com residências. São espaços de expressiva fruição pública, que também contemplam as necessidades cotidianas da população que reside na área;
- **Residencial:** o entorno do monumento é predominantemente residencial, podendo apresentar tipos construtivos horizontais (de casas ou edificações de até 3 andares) ou verticais, de torres acima de 4 pavimen-

tos. Além disso, também existe a distinção do padrão construtivo, podendo ser baixo ou médio/alto, o que guarda uma forte relação com o padrão de renda da população residente;

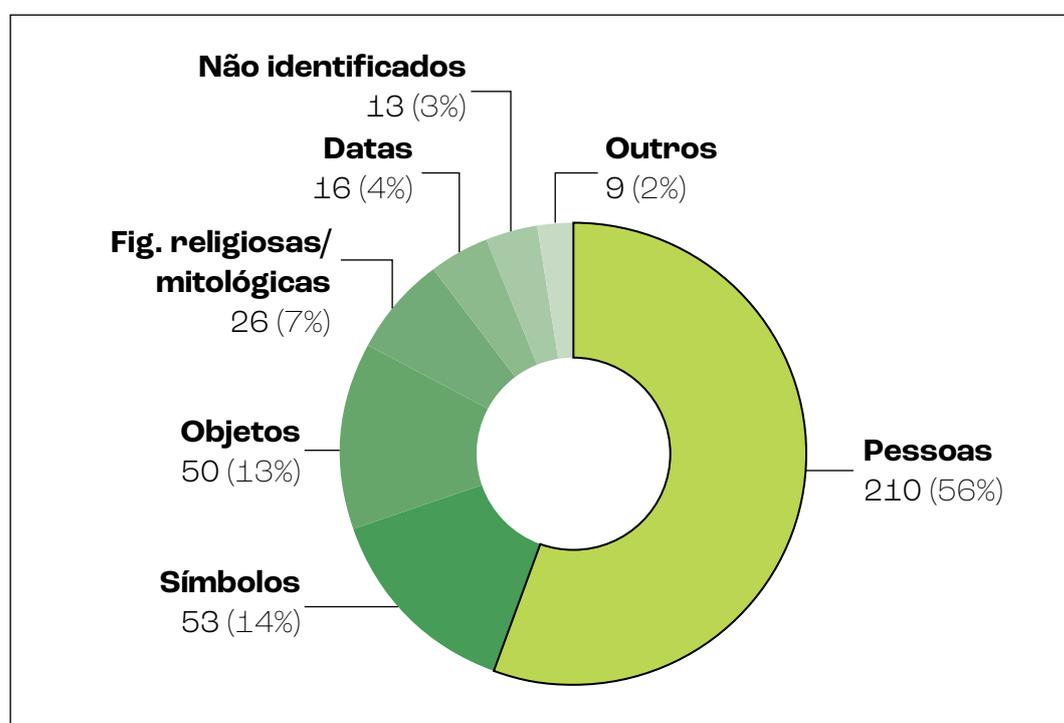
- **Equipamentos/Institucional:** são áreas onde predominam usos institucionais (ligados à administração pública), de prestação de serviços ou de uso coletivos, podendo estar associados a educação, cultura, saúde, lazer, esporte, assistência social à população;
- **Sistema viário:** não é uma categoria existente na relação de usos predominantes da Prefeitura de São Paulo. No entanto, esse grupo foi criado para classificar os monumentos cujo entorno mais imediato não apresenta um uso predominante, visto que estão localizados em canteiros, rotatórias e alças do sistema viário e, portanto, distantes de lotes e quadras urbanas com alguma dinâmica de uso – que não simplesmente a circulação de veículos.
- **Parque:** também é uma categoria criada (não consta na base da Prefeitura) para identificar parques cujas proporções são suficientemente grandes para determinar uma dinâmica de uso própria (exemplo: Ibirapuera e Parque do Carmo). Monumentos em parques menores, do tamanho de um quarteirão (exemplo: Pq. Buenos Aires) não recebem esta classificação, prevalecendo o uso predominante das quadras no seu entorno imediato;
- **Outros:** é a categoria que inclui monumentos em locais muito específicos, como no interior da Galeria Prestes Maia, ou em espaços cujo uso é pouco comum, como industrial ou logístico.

3. Compreendendo os monumentos para embasar o debate

3.1 Quem os monumentos homenageiam?

Existem 377 monumentos na cidade de São Paulo, que retratam diferentes tipos de figuras. Do total, 53 são símbolos (14%), 50 são objetos (13%), 26 representam figuras religiosas e mitológicas (7%), 16 são datas comemorativas (4%), 9 são de outros tipos de figuras (2%), 13 não foram identificados (3%) e 210 (56%) são monumentos a pessoas.

Figura 9. Gráfico com a participação de cada tipo de figura em relação ao total de monumentos da cidade de São Paulo. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).



Este estudo se detém especificamente às análises do conjunto de 210 obras com a finalidade de contribuir com o debate – até aqui introduzido – e de responder às seguintes questões orientadoras:

- Quem os monumentos representam?
- Existe um gênero predominante?
- Qual é a proporção de monumentos que homenageiam pessoas negras e indígenas?

- As pessoas representadas são personagens históricos controversos que estiveram ligados à escravidão, colonização ou extermínio de povos?

A análise inicial revela que há um desequilíbrio quanto à raça/cor e gênero das figuras. Das 210 obras, 155 representam pessoas brancas (74%), 12 são negras (5,5%), 12 são asiáticas (5,5%), 4 são indígenas (2%), 9 retratam várias raças (4%) e 18 não tiveram a raça/cor identificada (9%). Quanto ao gênero, 174 representam homens (83%), 2 são mulheres (9%) e 17 retratam ambos (8%).

Figura 10. Infográfico com a distribuição dos monumentos que representam pessoas segundo raça/cor ou etnia. (Elaboração: Instituto Pólis).



Pessoas negras, indígenas e mulheres estão sub-representadas. Para cada monumento que retrata uma figura indígena, existem 40 que representam pessoas brancas. Para além disso, nenhuma obra que retrata pessoas indígenas corresponde a pessoas reais, são personagens fictícios que reiteram estereótipos racistas.

Até 2020, existiam apenas 6 monumentos a pessoas negras. Em dois anos, após um intenso debate público sobre representatividade e memória coletiva nos espaços públicos, o número de monumentos a pessoas negras dobrou: 6 novos monumentos foram construídos em São Paulo. No entanto, a predominância de figuras brancas e, ainda, de personagens que tiveram um papel central na exploração e opressão de povos negros e originários continua marcando os espaços da cidade.



Figura 11. Infográfico comparativo entre a proporção de monumentos que representam pessoas brancas, pessoas negras e pessoas indígenas. (Elaboração: Instituto Pólis).

Há um número expressivo de obras que homenageiam figuras controversas. São 48 monumentos dedicados a personagens históricos cuja imagem enaltece memórias opressoras, exaltam episódios violentos e de extermínio de povos não brancos (23%). Monumentos a Anhanguera, Anchieta, Duque de Caxias ou Borba Gato, por exemplo, continuam perpetuando imagens e valores construídos por grupos dominantes que fortalecem o apagamento sistemático de outras narrativas históricas.

3.2 Quais espaços os monumentos ocupam?

Para traçar o perfil de quem os monumentos homenageiam, é importante também compreender quais são os espaços que ocupam. O tipo de espaço e a relação estabelecida com ele – se a obra está em um local de maior ou menor movimento de pessoas, se tem relação direta com equipamentos institucionais – são elementos que qualificam e endossam narrativas suscitadas pelas figuras representadas. Para investigar o impacto das obras na paisagem urbana, outras questões orientadoras foram levantadas:

- Qual é o tipo de espaço que o monumento ocupa? É uma praça, um parque, um canteiro viário?
- Quais são as atividades principais desse espaço?
- Qual é o porte do monumento?

A localização é um dos elementos que apoia as leituras quanto a sua visibilidade. Monumentos em locais de grande circulação de pessoas, ou em pontos turísticos, tendem a receber maior destaque. A distribuição das obras na cidade demonstra que há uma grande concentração na região central e em distritos do quadrante sudoeste. Os

mapas abaixo representam a distribuição dos monumentos na cidade e o número de obras a cada 100 mil habitantes negros por distrito administrativo.

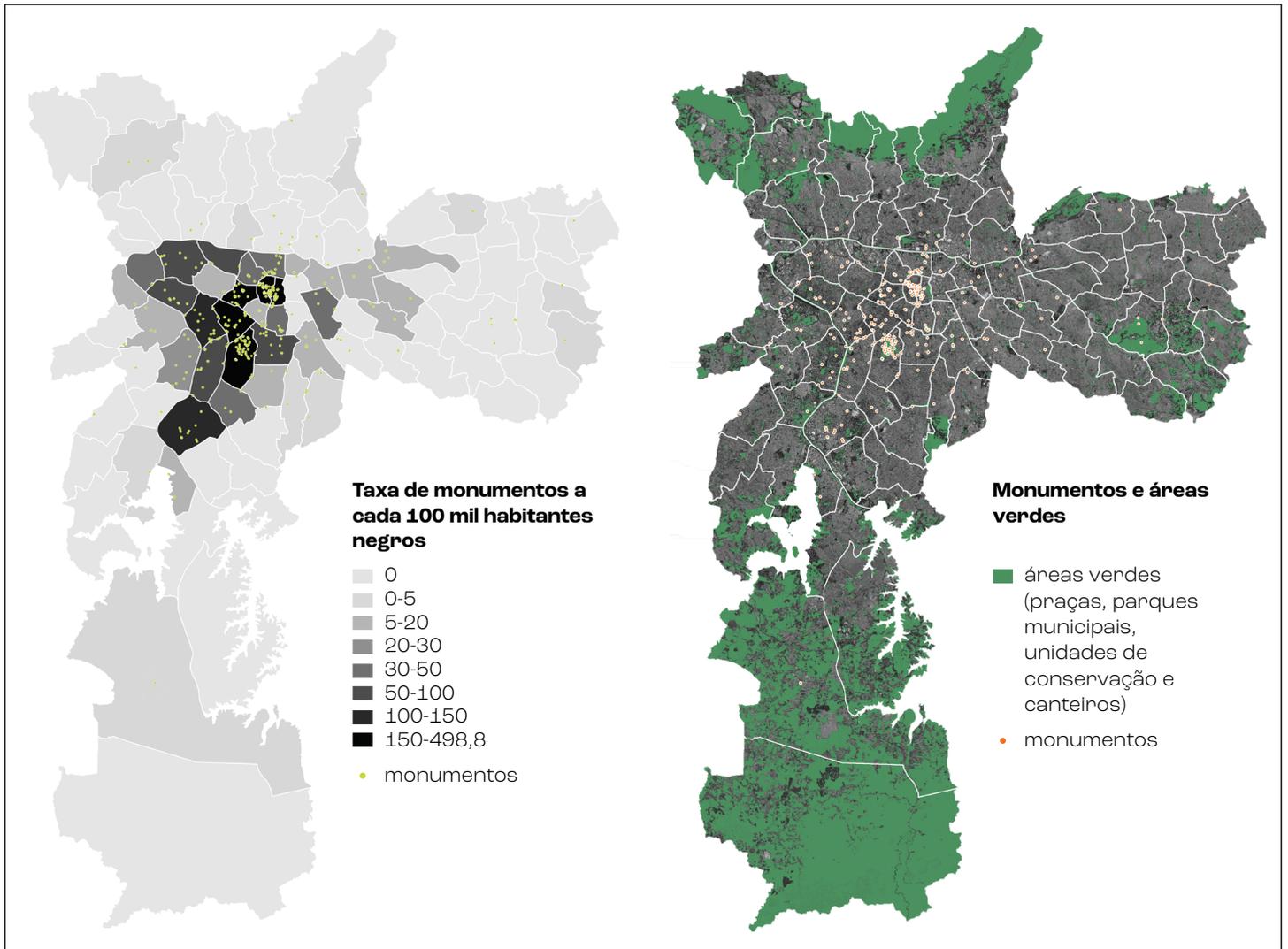


Figura 12. À esquerda: mapa com a taxa de monumentos de pessoas a cada 100 mil habitantes negros, por distrito administrativo; à direita: mapa com monumentos e áreas verdes do município de São Paulo. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).

Distritos como Moema, Pinheiros ou Jardim Paulista se destacam entre as maiores taxas porque possuem, ao mesmo tempo, uma grande quantidade de monumentos e uma diminuta população negra residente. A distribuição territorial dos monumentos sugere a existência de uma preferência, ou até prioridade, de alocação dos monumentos em determinadas localidades. Haveria uma relação entre os territórios de concentração das obras com as histórias escolhidas para serem contadas pelos monumentos?

Outra dimensão que deve ser explorada é o impacto dos monumentos na paisagem urbana. Para tanto, cabe avaliar as dimensões físicas – como a altura – o tipo de local em que se encontram, assim como as dinâmicas de uso no seu entorno imediato. Essas são variáveis que ajudam a caracterizar a relação entre as obras e os espaços

do qual fazem parte. O maior monumento da cidade é o Obelisco do Ibirapuera com 72 metros, uma altura 21 vezes superior à média dos monumentos de pessoas, 3,4 metros.



Figura 13. Comparação de alturas entre o Obelisco do Ibirapuera e monumentos a figuras negras e indígenas. Da esquerda para direita: Obelisco do Ibirapuera, Luiz Gama, Madrinha Eunice, Monumento a Zumbi, Adhemar Ferreira da Silva, Memorial Carlos Marighella, Índio Caçador e Ubirajara. (Elaboração: Instituto Pólis).

Quanto ao tipo de espaço, 135 monumentos estão em praças (64%), 27 estão em canteiros de vias (13%), 23 estão em parques (11%), 11 estão em calçadas (5%) e 14 localizam-se em outros tipos de espaço (7%). Quanto à dinâmica do espaço e seus usos predominantes, 57 estão em áreas onde prevalecem atividades do comércio e serviços (27%), 51 estão em áreas de uso misto (24%), ou seja, combinam residências com outros tipos de atividades, 43 estão em zonas residenciais (20%), 31 estão em espaços de uso institucional (15%), 17 estão em parques (8%), 9 estão em áreas do sistema viário (4%) e 2 estão em localidades com outros tipos de uso (1%).

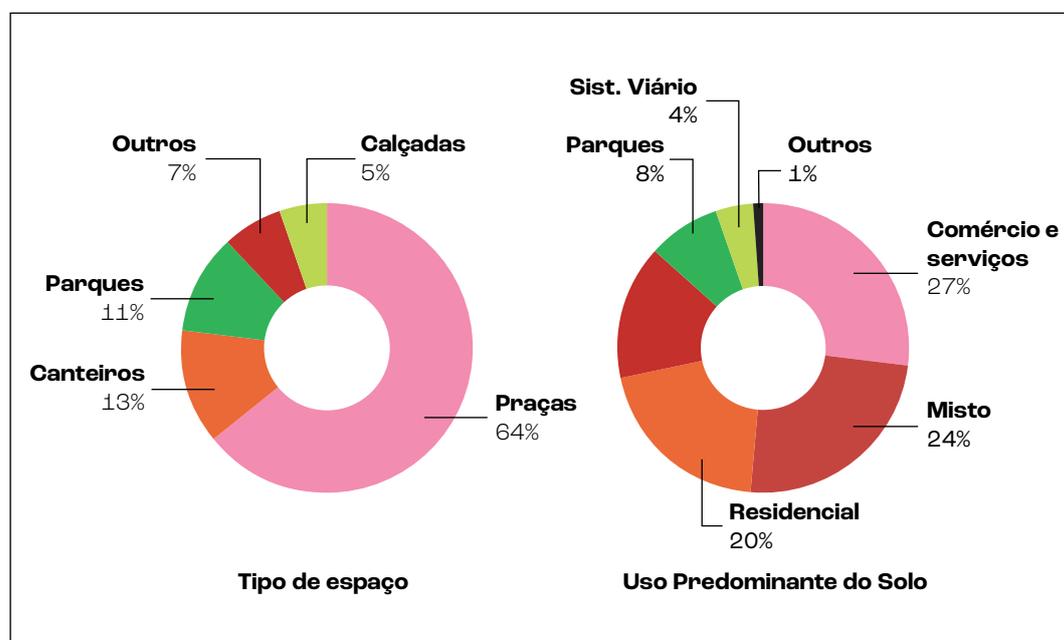


Figura 14. À esquerda: gráfico com a distribuição dos monumentos que retratam pessoas por tipo de espaço; à direita: gráfico da distribuição de monumentos de pessoas segundo uso predominante do solo do entorno imediato. (Elaboração: Instituto Pólis).

Os números apresentados introduzem algumas respostas às perguntas que orientam este estudo, ao desenharem um panorama geral sobre os monumentos da cidade de São Paulo. No entanto, é preciso ir além: monumentos registram acontecimentos históricos, enaltecem figuras humanas, refletem valores e convenções sociais, assim como traduzem ideias na forma de obras que marcam, definem e alteram a paisagem da cidade. Eles são "dotados de sentido político" e comunicam mensagens "associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos" (Corrêa, 2005, p. 1). Por essas características, é importante abordar e entender os monumentos a partir de uma perspectiva histórica, de acordo com mensagem ou função que tais obras desempenharam - e desempenham - na formulação de imaginários.

4. Como os monumentos refletem os processos de produção da cidade e a história forjada pela elite paulista?

Os monumentos podem ser feitos por encomenda do Estado, de instituições religiosas ou de grupos sociais, mas sempre cumprem a função de introduzir, impor, reproduzir, modelar, remodelar ou contestar narrativas. Não existe monumento vazio de conteúdo ou de intenção: todos os monumentos são construções sociais politicamente concebidas (Corrêa, 2005). Nesse sentido, é razoável assumir que cada monumento erguido na cidade de São Paulo é um retrato de seu tempo, bem como um espelho dos grupos sociais que o propuseram, refletindo seus valores, suas práticas e, de certa forma, suas ambições. Os períodos históricos propostos a seguir não representam uma divisão historiográfica definitiva e buscam, tão somente, provocar debates e reflexões sobre as relações entre patrimônio, memória, cultura, história, diversidade e representatividade, através dos monumentos da cidade.

4.1 Formação das identidades brasileira e paulista

No processo de formação, crescimento e transformação urbana de São Paulo, a elite paulistana se esforçou para construir referenciais simbólicos com base na figura dos bandeirantes e jesuítas. Na tentativa de formar uma identidade em torno de um passado supostamente heroico e desbravador, tais figuras ajudaram a criar a ideia de superioridade paulista e paulistana, no intuito de reafirmar a posição central da cidade de São Paulo na história, cultura e economia nacional.

Nos anos 20 do século passado, historiadores paulistas defendiam com todas as letras que os descendentes dos bandeirantes faziam parte de uma raça superior (Salvadori, 2021b, n.p.)

Até então, a imagem dos bandeirantes era mais negativa do que po-

sitiva, uma vez que intelectuais indigenistas e monarquistas do século XIX associavam as bandeiras à caça de índios, vista como “síntese dos piores vícios do colonizador” (Ferreti, 2008, p. 63). A reavaliação da figura dos bandeirantes se inicia nos primeiros anos da república, em 1894, quando o primeiro paulista assume a presidência e quando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) é fundado.

...o IHGSP transformou o que era contra-história em história oficial, institucionalizando a produção da visão republicana do passado colonial paulista. (Ferreti, 2008, p. 64)

O imaginário do homem desbravador, do herói de espírito livre e do fundador de uma nova civilidade paulista (e paulistana) foi produzido por elites locais na tentativa, bem sucedida, de construir uma identidade própria. A ascendência bandeirante do povo paulista era associada a poder, superioridade e dominação. O mito bandeirante atravessou as décadas seguintes e está vivo até hoje – ainda que mais frequentemente contestado – deixando de lado o caráter violento da exploração e a covardia do extermínio das ações empreendidas pelas bandeiras, sobretudo, contra a população indígena.

Paradoxalmente, esse mito bandeirante, pressupõe a miscigenação do homem branco europeu com o sangue indígena, reconhecendo que os povos originários fazem parte dessa “raça superior”. No entanto, além dessa mistura de raças ter sido imposta pela violência, de modo não consensual, é importante notar que a noção de mestiçagem bandeirante apresenta um caráter racista e desigual, na medida em que coloca os povos indígenas em segundo plano, não raramente, em condição subalterna e de dominação (Salvadori, 2021b). Para Chiarelli (2020), o reconhecimento da mestiçagem entre brancos e indígenas na composição do mito bandeirante, também era um recurso ideológico de diferenciação social durante os intensos fluxos migratórios da Europa no começo do século XX. As famílias de imigrantes recém-chegadas não podiam ser vistas como descendentes autênticos dos heróicos desbravadores, visto que apenas a elite local era composta de “verdadeiros paulistas”, com sangue dos povos originários correndo em suas veias¹⁷ (Chiarelli, 2020, p. 5).

17. O sangue indígena corria em suas veias, mas também escorria de suas mãos.

Não menos contraditórios, os padres jesuítas também operaram violentas expedições de evangelização e aculturação dos povos originários. A contra-reforma da Igreja Católica aportou em terras brasileiras na forma de missões religiosas que, ao mesmo tempo, pregavam a fé da Santa Sé e defendiam a escravização de indígenas como forma legítima de domesticação dos selvagens (Ferraz, 2020 e Salvadori, 2021b). Mesmo que não tenham sido tão sanguinárias, as missões

jesuíticas deram um apoio fundamental às bandeiras desde os primeiros momentos da colonização.

Além das figuras de bandeirantes e jesuítas, outras representações foram enaltecidas por grandes monumentos durante o longo período de **formação das identidades brasileira e paulista**. Escravocratas e genocidas do período colonial, do Brasil imperial, ou do período republicano também constam entre as figuras homenageadas por monumentos em São Paulo logo nas primeiras décadas do século XX. As obras expostas pela cidade enaltecem seus supostos atos de bravura – como heróis nacionais – ignorando as atrocidades pelas quais tais personagens foram responsáveis e invisibilizando os povos que foram atacados ao longo de suas histórias. Militares como Duque de Caxias ou Almirante Tamandaré, foram glorificados por suas campanhas violentas, que, não acidentalmente, ainda são confundidas com ações de “pacificação” (Santos, 2018) que teriam restabelecido a ordem e a unidade do território nacional em graves momentos de crise e de conflitos armados.

Os monumentos dedicados a esses personagens foram erguidos para corroborar a construção da imagem de ordem e progresso que a elite política brasileira, dominada por barões do café, desejava cunhar na memória coletiva enquanto fundamento da identidade nacional. Nesse contexto, a representação de militares responsáveis por suprimir conflitos e revoltas armadas ao longo de todo o território nacional é a própria cristalização da ânsia em imputar a ideia de ordem no espaço público.

O ideário da identidade nacional também tem origem no ato de separação do Brasil do Estado Português. A declaração da independência de 1822 constitui um mito e um marco fundante desse processo (Matir, Calvo, 2021). Por isso, a elite paulista, que desejava projetar São Paulo como centro cultural e econômico nacional, se empenhou para que a cidade tivesse monumentos que transmitisse não apenas as supostas glórias paulistas, mas também os sentimentos de honra, ordem e progresso que moldavam o ideário de unidade nacional que se buscava construir.

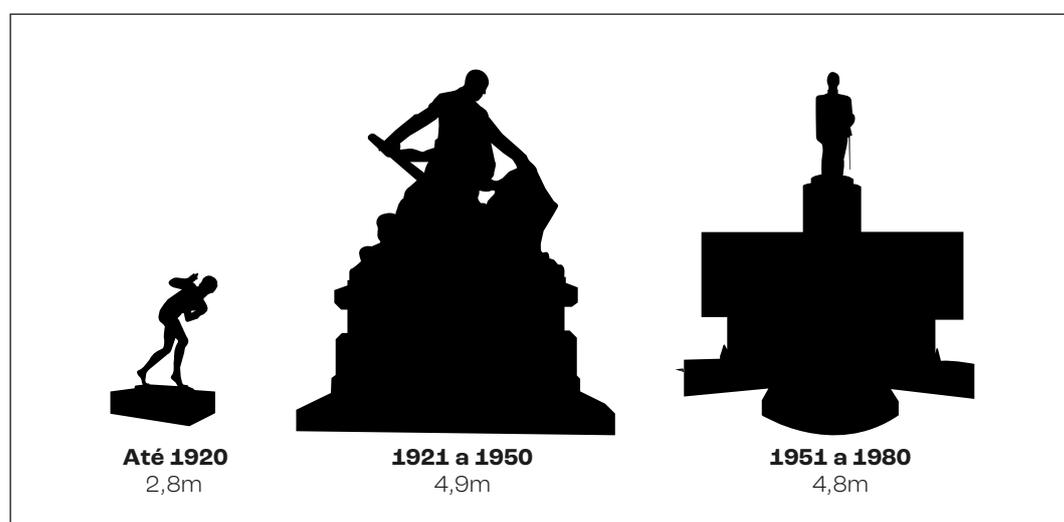
O genocídio e o extermínio patrocinados pelo sistema colonial e pelo Estado Brasileiro pós-independência não fazem parte da memória reproduzida pelos monumentos erguidos a partir de 1900. Pelo contrário, seus responsáveis foram alçados ao posto de heróis em grandes estátuas de bronze e granito, cujas imagens expressam uma faceta distorcida da história e de seus personagens, reproduzindo narrativas que ocultam episódios violentos e tornam invisíveis os grupos violentados.

4.1.a Porte (altura do monumento)

No primeiro período, de **formação das identidades brasileira e paulista**, foram erguidos 114 monumentos de figuras humanas, alguns dos quais são os mais altos da cidade. Até hoje, o período de 1900 a 1980 apresenta a maior altura média dentre os monumentos paulistanos: 4,5 metros.

É possível afirmar que o porte dos monumentos inaugurados em São Paulo cresceu ao longo das décadas desse primeiro período. Até 1920, as obras tinham, em média, 2,8 metros. De 1921 a 1950, elas apresentavam a média de 4,9 metros. E, entre 1951 e 1980, os monumentos inaugurados em São Paulo ostentavam uma altura média de 4,8 metros.

Figura 15. Comparação entre as alturas médias do primeiro período. De 1901 a 1920, a altura média era de 2,8m (ex: O Menino e o Catavento); de 1921 a 1950, a altura média era de 4,9m (ex: Alfredo Maia); e de 1951 a 1980, 4,8m (ex: Brigadeiro Tobias de Aguiar). (Elaboração: Instituto Pólis).



Grande parte dessas obras foi promovida para enaltecer figuras controversas como militares monarquistas, escravocratas e bandeirantes: a grandeza que buscava-se atribuir a esses personagens era proporcional à altura física de seus monumentos erguidos. Foram, e seguem sendo, instrumentos de persuasão ideológica, para reafirmar narrativas históricas e identitárias, modelando a paisagem urbana com imponentes marcos.

O maior monumento paulistano, por exemplo, é o Obelisco do Ibirapuera¹⁸, que tem 72 metros de altura e foi inaugurado no contexto das comemorações do aniversário da capital paulista. Além do IV Centenário de São Paulo, nos anos 1950, o centenário da independência do Brasil, em 1922, e outras homenagens a controversos “heróis nacionais”, nas décadas seguintes, foram responsáveis pela construção de monumentos de escala majestosa, como por exemplo:

18. O nome oficial é “Obelisco e mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932”. Embora seja um obelisco, o monumento exibe figuras humanas em suas quatro faces.

- O monumento “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo” foi inaugurado em 1925 e está no largo do Pátio do Colégio, marco zero da fundação da cidade. A homenagem a bandeirantes e jesuítas foi feita em bronze e granito em uma estrutura de 22 metros de altura.
- O “Monumento a Duque de Caxias” – comandante militar e genocida – foi inaugurado em 1960 e tem cerca de 30 metros de altura: uma figura equestre de bronze, que empunha uma espada para o alto, está sobre um pedestal de granito a muitos metros do chão, no meio de uma praça do centro de São Paulo. O destaque na paisagem é algo indiscutível.
- “Padre José de Anchieta, Apóstolo do Brasil” é uma estátua de bronze com cerca de 8 metros de altura inaugurada em 1954, hoje exibida na Praça da Sé. Também foi erguida no contexto das comemorações do IV Centenário de São Paulo e goza do prestígio do mito fundador da cidade e da civilidade paulista/paulistana: o jesuíta que ajudou a desbravar terras inóspitas e a domesticar selvagens. Na sua base de granito, a catequese de nativos é representada em alto relevo por duas cenas que, embora façam menção aos povos indígenas, os colocam em posição subalterna, convertidos pela fé cristã. A homenagem a Padre Anchieta oculta o sangue e a violência do processo de exploração e aculturamento dos povos originários promovido pelas bandeiras e campanhas jesuítas.

Figura 16. Da esquerda para direita: [Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo](#) (Renato Santiago Rodrigues, CC BY-SA 4.0), [Monumento a Duque de Caxias](#) (Dornicke, CC BY 3.0) e [Padre José de Anchieta, Apóstolo do Brasil](#) (Giovanna Valentim, CC BY-SA 4.0).



De todas as 48 figuras controversas identificadas entre os monumentos paulistanos, 38 foram inauguradas neste período de **formação das identidades brasileira e paulista** (79%), o que representa um terço dos monumentos erguidos entre 1900 e 1980. O dado é extremamente revelador dos imaginários mobilizados na construção dessas intervenções, as quais apresentam uma altura média de 5,9 metros – a média do período todo é de 4,5 metros. Dentre elas está a imponente estátua de Duque de Caxias, já citada, com 30 metros de altura, a segunda maior obra da cidade.

Além de bandeirantes, jesuítas e militares genocidas do período imperial, os monumentos de figuras controversas deste período também homenageiam escravocratas (como o fazendeiro Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, patrono da Polícia Militar de São Paulo, cuja tropa de ações ostensivas leva seu nome)¹⁹, higienistas defensores de remoções e demolições violentas²⁰ (como Joaquim Eugênio de Lima) e até supostos intelectuais que se declararam simpáticos aos ideais nazistas de Hitler (jornalista Ibrahim Nobre).

19. A ROTA é a divisão "Rondas Ostensivas Tobias Aguiar" da PM de SP.

20. O caráter excludente e violento do higienismo e da engenharia sanitária do século XIX, assim como seu papel para a expulsão da população vulnerabilizada de áreas centrais é abordada por Andrade (1996), por Chalhoub (1996), por Jorge (2012) e por Barone (2019).

4.1.b Raça

Além de homenagear figuras controversas, é notável que o período de 1900 a 1980 tenha representado, majoritariamente, pessoas brancas, que somam 88 das 114 obras (77%). Esse número contabiliza os monumentos em que a figura diretamente homenageada é branca, mesmo que haja pessoas de outras raças ali representadas. Porém, ele não contabiliza os monumentos onde figuras humanas de várias raças estejam representadas para enaltecer algum evento ou marco histórico, como é o caso do "Monumento às Bandeiras". Nele, estão retratadas figuras de várias raças, que compõem uma cena de potência, força e movimento, em alusão ao avanço e ao progresso de que teriam participado os vários grupos raciais do país. A composição do conjunto escultórico, no entanto, é liderada pela figura do bandeirante, que comanda a empreitada desbravadora estando à frente das raças não-brancas ali representadas.

"O Monumento às Bandeiras é um documento sobre o racismo", afirma Paulo Garcez Marins. E não apenas por representar bandeirantes, mas pela forma como escolheu fazê-lo. "Ali, claramente está representada uma desigualdade racial. Os brancos estão na frente, os índios e mamelucos no meio e os negros atrás, empurrando a canoa", aponta. A desigualdade de gênero também está bem marcada na pedra, com a única criança sendo levada pela mãe e a presença só de mulheres indígenas, refletindo a

natureza desigual e violenta da mestiçagem brasileira. (Salvadori, 2021b)

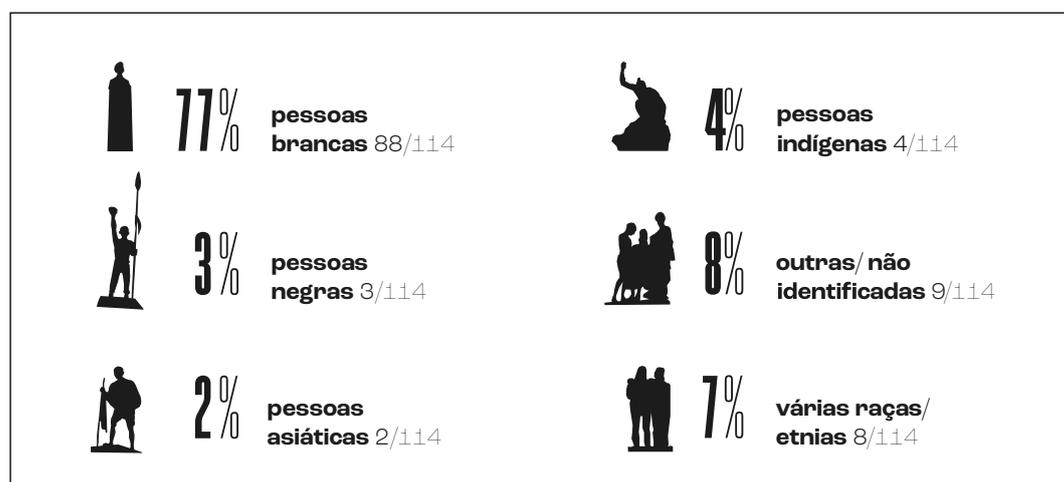
21. Um dos apelidos do monumento.

Esse monumento está impregnado no imaginário popular sobre a cidade de São Paulo: o “Empurra-Empurra”²¹ é cartão postal, um ícone ou senso comum que estampa *souvenirs*. Mesmo não prestando homenagem direta a uma pessoa branca, a estrutura da cena representada reforça uma narrativa de hierarquização social e racial da sociedade, desqualificando o papel histórico ou secundarizando a participação dos povos originários ou da população negra na formação de São Paulo e do país.

Os bandeirantes foram os piores dos jurua kuery, dos não indígenas, que massacraram os povos indígenas, escravizaram nossos povos. E hoje a gente vê esse símbolo de herói. (Karai, 2020)²²

22. A citação é uma fala recortada da reportagem “Pedido de retirada de estátuas em SP traz debate sobre ‘apagão’ histórico” (Folha de São Paulo, 12 de junho de 2020).

Figura 17. Infográfico com a distribuição dos monumentos do período de formação das identidades brasileira e paulista, segundo raça/cor ou etnia. (Elaboração: Instituto Pólis).



Além da representação de indígenas no segundo plano de cenas e mitos históricos, existem algumas poucas obras que retratam os povos originários. Curiosamente, os 4 únicos monumentos dedicados a figuras indígenas na cidade de São Paulo foram erguidos nesse período, mais especificamente entre os anos 1920 e 1940. São as esculturas de bronze e granito do “Índio Pescador” (1928), do “O Índio e o Tamanduá” (1940), do “Índio Caçador” (1939) e de “Ubirajara” (1926). Este último é o único monumento alocado em um canteiro, enquanto os demais estão em praças. “O Índio e o Tamanduá” é o único monumento de figura indígena localizado em uma área cujo uso predominante é residencial (vertical de alto padrão). A média de altura dos quatro monumentos é de 2,83 metros. Embora tenham recebido alguma visibilidade, vale notar, que esses monumentos reforçam e naturalizam todos os estereótipos perpetuados desde os

tempos do homem branco colonizador. Sobre isso, Salvadori discorre:

Em 1925, autorizado pela lei 2.882, o prefeito Firmiano de Moraes Pinto comprou um grupo de estátuas de bronze e granito, do escultor Francisco Leopoldo e Silva, que retrata uma cena do romance *Ubirajara*, de José de Alencar, em que o protagonista derrota um adversário, Pojucã — é significativo pensar que uma das poucas ações violentas a aparecer num monumento paulistano ocorra entre dois indígenas. [...] Ainda que fosse um personagem de ficção, imaginado por um autor branco e esculpido por um artista branco. Mais uma evidência de como os povos indígenas não tinham vez nas representações da cidade nem quando o assunto eram eles próprios. (Salvadori, 2021b, n.p.)

Não foi possível classificar assertivamente a raça da figura representada pela escultura Guanabara (1941). Há, no entanto, quem a considere a quinta figura indígena da cidade, seja pela cena esculpida, seja por ter sido encomendada ao mesmo autor da obra “Índio caçador”:

Guanabara, outra obra de Batista Ferri, ora descrita como uma mulher indígena, ora não, também foi encomendada no mesmo contexto (Fluminhan, 2022)

Mesmo que ela seja categorizada como indígena, os números ainda seriam diminutos: em vez de 4, seriam 5 monumentos retratando figuras indígenas em mais de cem anos de história (todas inauguradas no mesmo recorte temporal).

A estátua da “Mãe Preta”, a escultura “Contando a Féria” e o busto de “Luiz Gama” são as três únicas imagens de pessoas negras materializadas em monumentos até 1980. Todas estão em praças da região central da capital e apresentam altura média de 3,2 metros. Este pequeno conjunto de monumentos representa cerca de 3% de todas as obras inauguradas no período de **formação das identidades nacional e paulista**.

Além de pouco numerosos, os monumentos a pessoas negras também apresentam estereótipos bastante questionáveis. O monumento à Mãe Preta, por exemplo, carrega contradições típicas do período em que foi concebido. Nos anos de 1920, no Rio de Janeiro, então capital federal, a “Mãe Preta” foi promovida enquanto símbolo da contribuição negra para a formação da sociedade brasileira (Alberto, 2011). No entanto, essa noção foi ora reivindicada, ora refutada por inte-

23. Na primeira metade do século XX, os intelectuais negros paulistanos estavam organizados em torno de uma imprensa que funcionava como veículo para a circulação das ideias do movimento negro, e tinha como público leitor a população afrodescendente. Os jornais defendiam a igualdade racial, a ser alcançada por meio da democracia. Através dessa imprensa, a classe média negra aspirava enquadrar o homem de cor no padrão de comportamento burguês para sua inclusão social (Ferrara, 1982).

lectuais negros e negras, visto que reduzia o papel do povo negro à figura da ama de leite – como se essa fosse a única contribuição memorável à fundação do país. A Imprensa Negra paulistana, órgão de protesto da população negra,²³ promoveu a discussão do monumento em seus jornais, como estratégia de reivindicação da inclusão do negro na sociedade brasileira através perspectivas que não fossem ditadas pela elite branca. O monumento jamais foi construído no Rio de Janeiro, mas, contraditoriamente, a cidade de São Paulo recebeu um monumento à Mãe Preta na década de 1950.

Essa desvantagem numérica de obras dedicadas a pessoas negras e indígenas é, por si só, eloquente sobre quem são os grupos sociais merecedores de homenagens desde que os primeiros monumentos foram instalados em São Paulo. A sub-representação é ainda mais crítica se considerarmos que as poucas obras que representam indígenas e figuras negras, erguidas entre 1900 e 1980, são de autoria de homens brancos. As histórias e as memórias da população negra e dos povos originários têm menos espaço no imaginário da cidade, não apenas porque os monumentos que as representam são numericamente inferiores, mas também porque a concepção artística e o controle da narrativa de tais obras não couberam aos próprios grupos sub-representados.

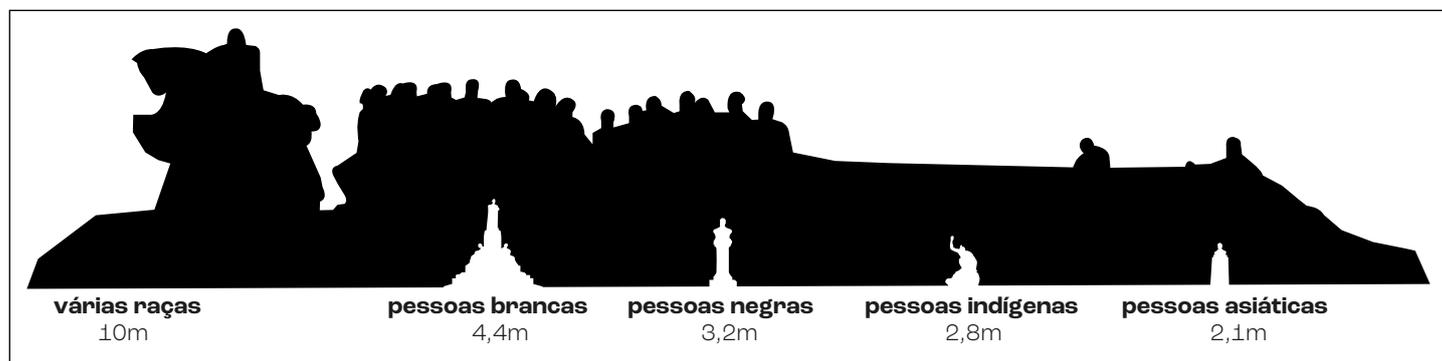


Figura 18. Comparação das alturas médias dos monumentos do período de formação das identidades brasileira e paulista, segundo raça ou etnia. As figuras foram escolhidas para representarem os grupos comparados. Portanto, as alturas médias não necessariamente correspondem a altura do próprio monumento. As figuras são: Monumento às Bandeiras (várias raças), Doutor Luís Pereira Barreto (brancas), Luiz Gama (negras), Índio Caçador

4.1.c Gênero

As contradições são muitas e também são observadas na relação de gênero entre obras expostas na cidade. Até 1980, dos 11 monumentos que representam figuras femininas em São Paulo, apenas um foi criado por uma artista mulher: a escultura "Ascensão" da alemã Charis Brandt (1942).

É notável como os monumentos do período de **formação das identidades nacional e paulista**, como um todo, primam pela homenagem a figuras masculinas em detrimento das femininas: 91 (80%) obras retratam homens, 11 (10%) mulheres e outras 12 (11%) represen-

(indígenas) e Hachiro Miyazaki (asiáticas).
(Elaboração: Instituto Pólis).

tam figuras de ambos os sexos. Diferentemente dos homens, a maioria dos monumentos a mulheres não tem nome e representa figuras femininas genéricas, como na obra "Ninando a Boneca", "Mãe Preta" e "Depois do Banho".

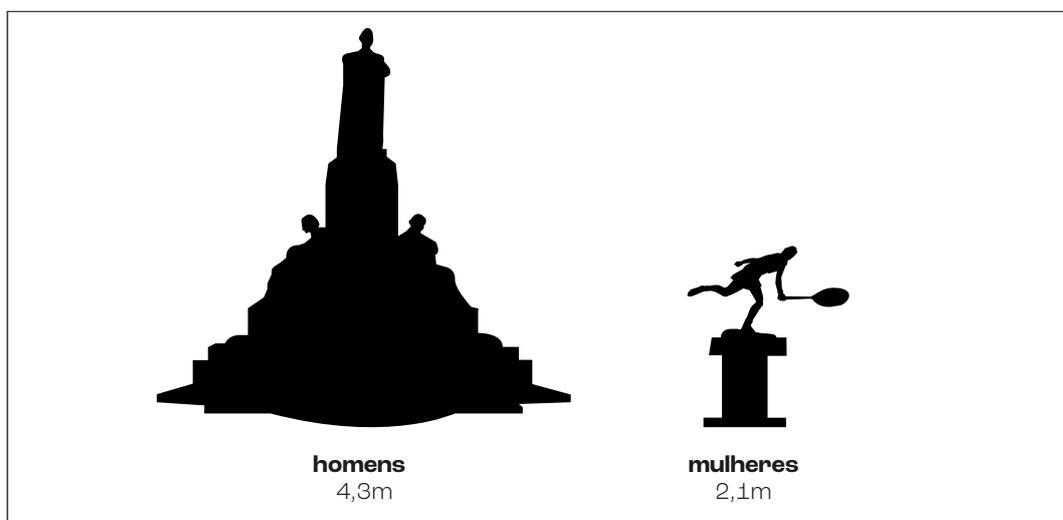
Figura 19. Mãe Preta (DPH/ PMSP, via Alesp) e Depois do banho (Murilo.nog, CC BY-SA 4.0).



A deferência que se presta a figuras masculinas, nominalmente representadas e homenageadas, não é observada na representação de mulheres durante todo o período de 1900 a 1980, as únicas exceções são o busto da pianista Antonieta Rudge (cerca de 1,5m), exibida na Praça Portugal (Pinheiros), e a tenista Maria Esther Bueno (2,0m), no Estádio do Pacaembu.

A média de altura das figuras femininas é de 2,1 metros e a de figuras masculinas é de 4,3 metros. A maioria das figuras femininas está em praças (7 de 11). A localização predominante desses monumentos é na região central (próximo de áreas de comércio, serviços e equipamentos) e em bairros do quadrante sudoeste (com uso misto ou uso residencial de alto padrão).

Figura 20. Comparação entre as alturas médias do primeiro período, segundo o gênero da figura representada. A altura média de monumentos a homens é de 4,3m (ex: Alfredo Maia) e a de mulheres é de 2,1m (ex: Maria Esther Bueno).
(Elaboração: Instituto Pólis).



4.1.d Inserção na Cidade

Os monumentos inaugurados entre 1900 e 1980 foram predominantemente instalados em **praças públicas**: 75 de 114 (66%). O número sugere que a maioria das obras está inserida em uma escala mais local e cotidiana – de praças – o que não significa, contudo, que elas estejam homogeneamente distribuídas pelos bairros da cidade igualmente acessíveis à toda população paulistana. Dos 75 monumentos localizados em praças durante esse período, 46 estão em distritos centrais (da Subprefeitura da Sé) e outros 21 estão em distritos de mais alta renda a oeste e ao sul do centro.

Chama a atenção, o fato de que 14 obras desse período foram inauguradas em **canteiros e rotatórias** – majoritariamente depois dos anos 1950. O número equivale a 37% do total de monumentos erguidos nesse tipo de local. Eles têm altura média de 11 metros, maior que aqueles alocados em praças, com média de 3,8 metros. Alguns estão em pequenos canteiros, que são resíduos do traçado viário, mas outros estão em áreas mais espraiadas como as rotatórias e alças viárias no entorno do Ibirapuera, onde os monumentos têm destaque pelo seu porte, mas também pelo tipo de local em que foram construídos. Vale notar que essas obras apresentam um padrão territorial menos central, concentrando-se em distritos do quadrante sudoeste da capital, homenageando, em sua maioria, homens brancos (12) ou mitos fundadores de São Paulo (2) como bandeirantes e jesuítas.

Figura 21. Mapa com a concentração espacial de monumentos construídos no período de formação das identidades brasileira e paulista (1900-1980). (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).

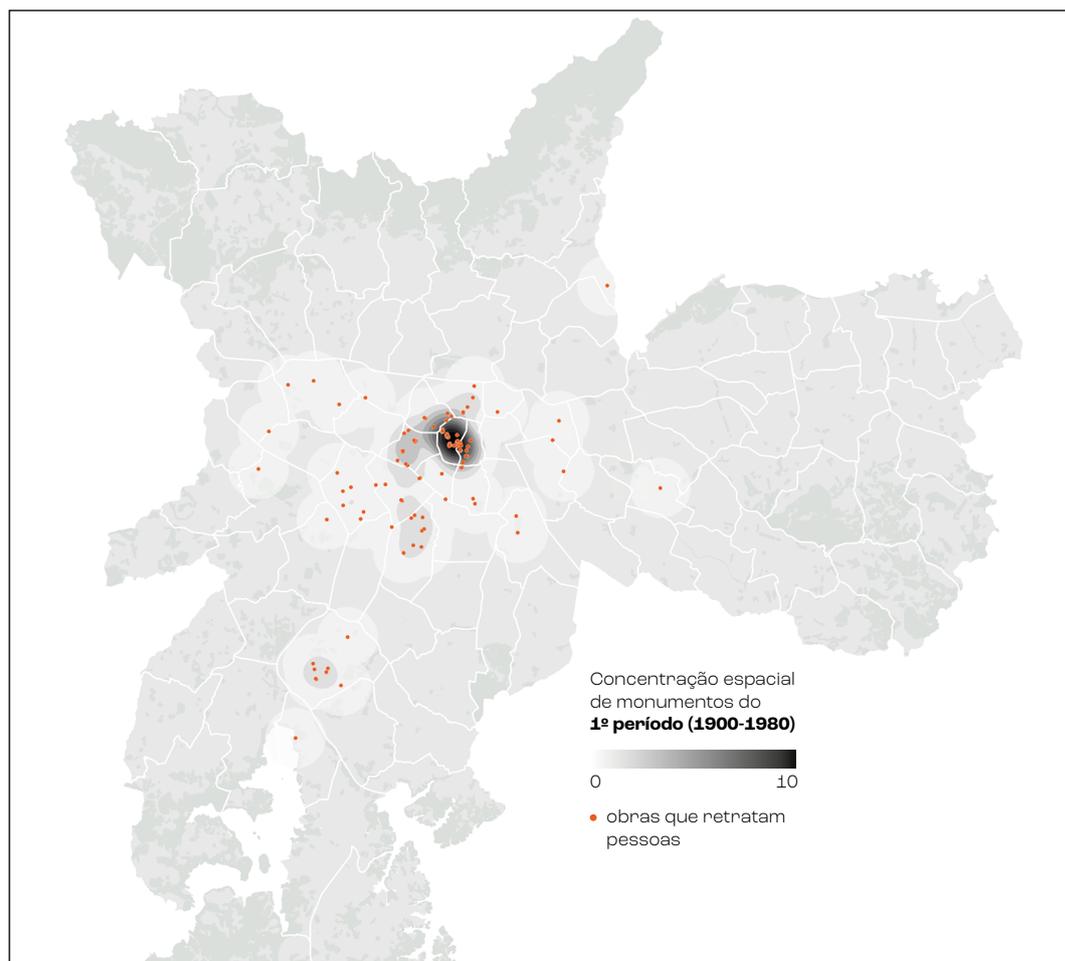
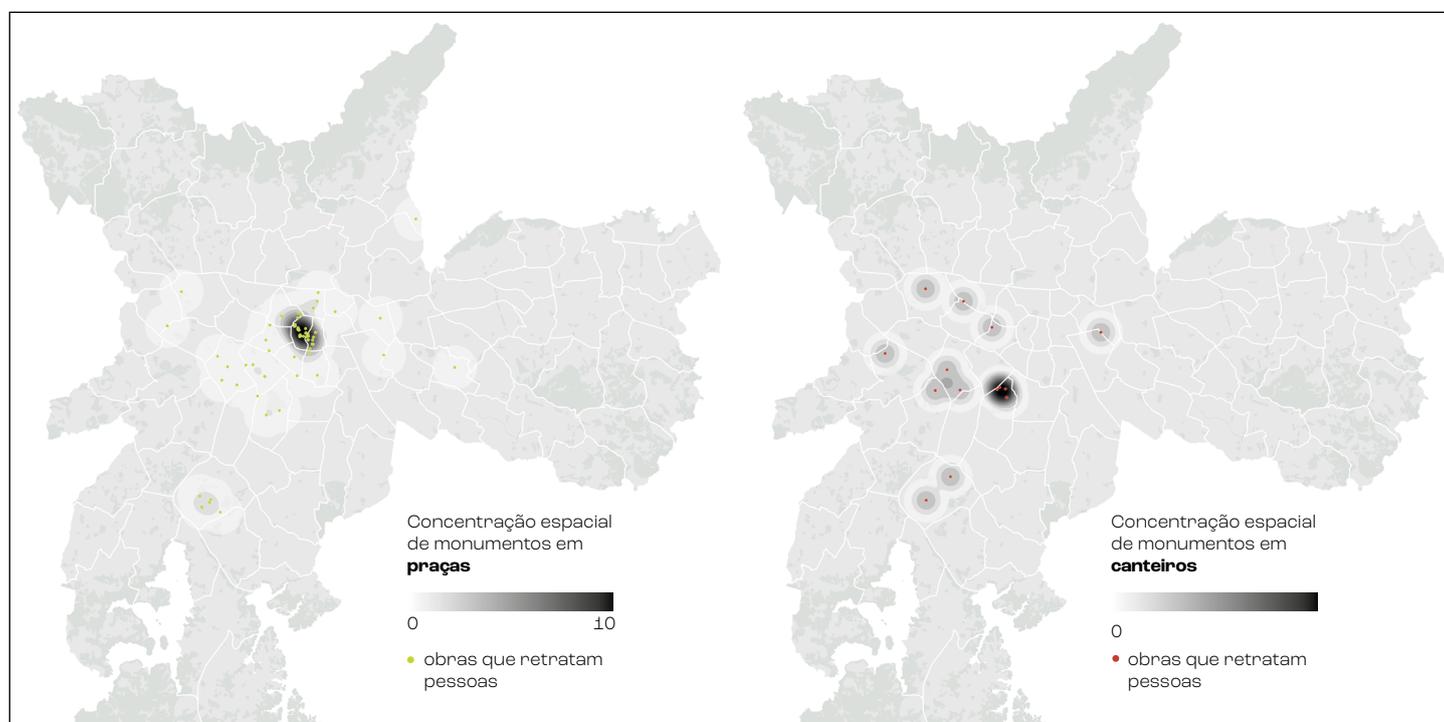


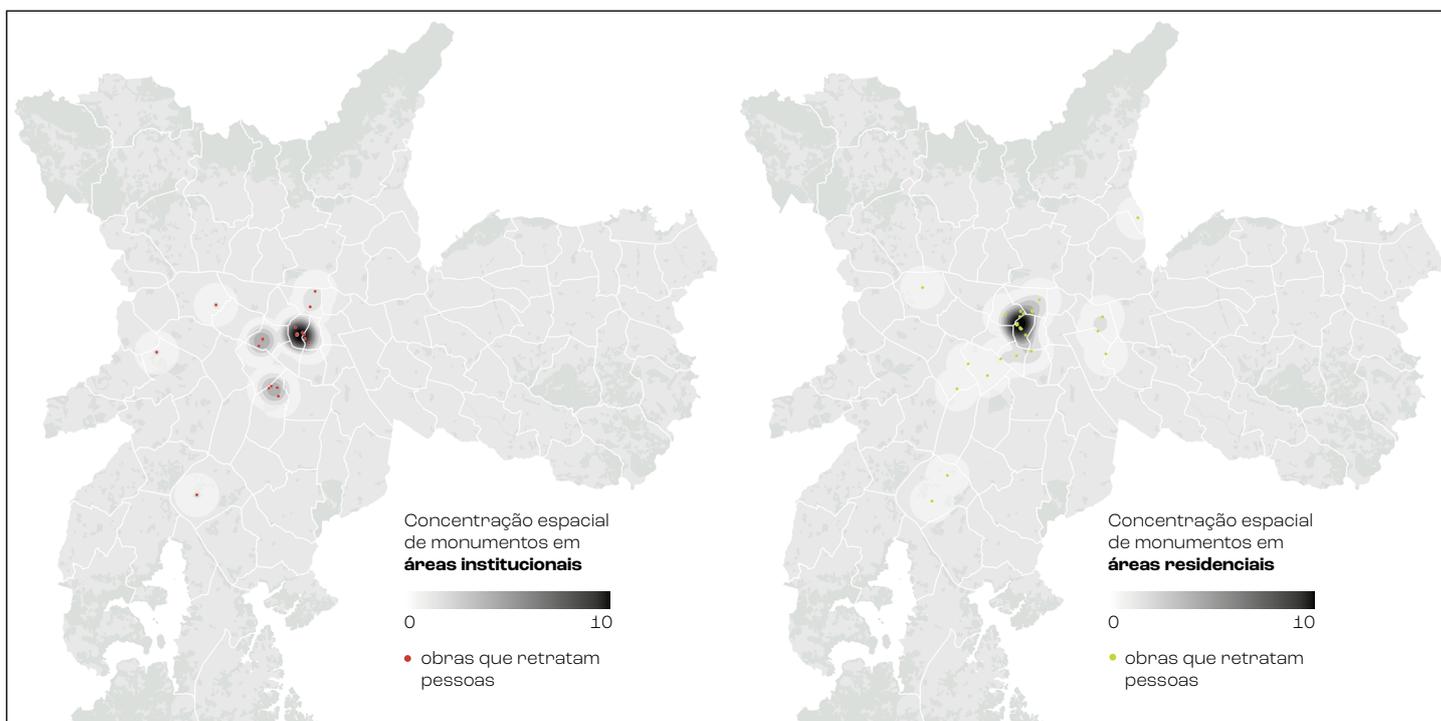
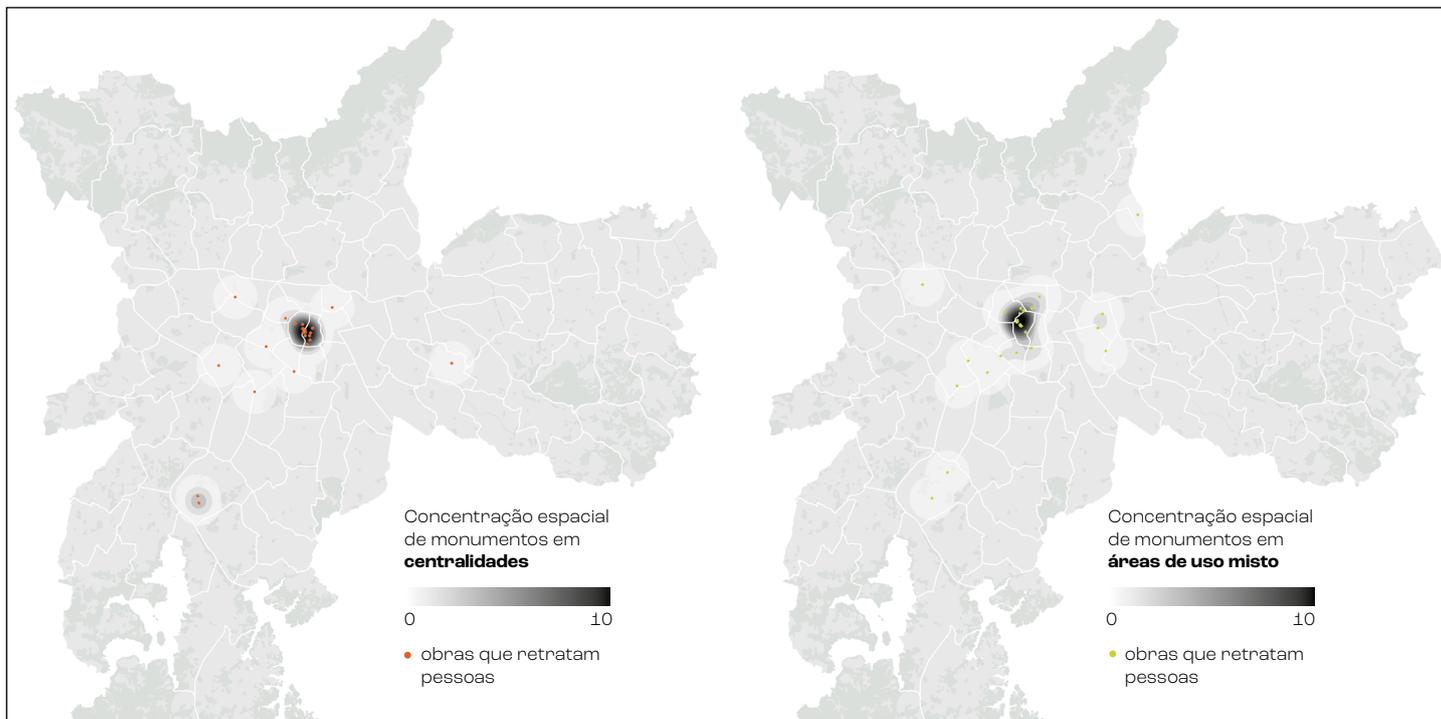
Figura 22. À esquerda: mapa com a concentração espacial de monumentos do primeiro período localizados em praças; à direita: mapa com a concentração espacial de monumentos do primeiro período localizados em canteiros. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).



Figuras 23 e 24.

Concentrações espaciais de monumentos do primeiro período em áreas de centralidades, uso misto, usos institucionais e uso residencial. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração Instituto Pólis).

Os monumentos desse período estão localizados em áreas de centralidade (25) e de uso misto (33), em locais onde predominam usos institucionais ou de equipamentos públicos (25) e em bairros residenciais de alto padrão (21).



4.1 Saudosismo de um passado (in)glorioso

A década de 1980 foi marcada por profundas mudanças no país. A campanha das Diretas Já, o fim do regime militar, a promulgação da nova Constituição (1988) e a eleição de governantes e representantes nos municípios, estados e no Governo Federal foram os primeiros passos do processo de transição democrática, que estabeleceu novos paradigmas para a criação e consolidação de direitos. A incorporação de um capítulo de política urbana, estabelecendo a função social da cidade na Constituição Cidadã representou um importante avanço legal para o Direito à Cidade, após décadas de debates e lutas da sociedade civil pela agenda da reforma urbana.

Com os avanços normativos e institucionais, os anos 1990 possibilitaram debates e experiências “no seio da sociedade civil, dos partidos e governos, acerca do papel dos cidadãos e de suas organizações na gestão das cidades” (Rolnik, 2009, p. 31). Em contraposição a esse cenário, aquela década também introduziu, especialmente nas grandes metrópoles:

...os efeitos das reformas macroeconômicas de caráter liberal iniciadas nos anos 90 e que incidiram tanto sobre a economia das cidades, gerando desemprego e radicalizando as assimetrias econômicas e sociais já existentes anteriormente, como sobre a capacidade dos governos e atores sociais de enfrentá-las (Rolnik, 2009, p. 31)

Nos anos 1980 e 1990, o país passava por uma grave recessão econômica e por um processo de reestruturação produtiva, que impactava o setor industrial, afetando pólos como a Região Metropolitana de São Paulo. A desconcentração industrial tirou fábricas da região e, com elas, postos de trabalho que não foram imediatamente substituídos pelo setor de serviços. Essa reestruturação econômica promoveu, ao mesmo tempo, um processo de urbanização dispersa (Nestor Goulart Reis Filho, 2006 e Clélio Diniz, 2015) e o aumento vertiginoso do número de favelas, assim como seu adensamento (Denaldi, 2003). A recessão somada às reformas fiscais e à queda de investimentos públicos – seguindo dogmas neoliberais – teve, como consequência imediata, o aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho, o empobrecimento da população e a escalada das desigualdades e dos índices de violência urbana.

Os anos 1980 e 1990 são, portanto, anos de crise e contradições. É verdade que crises e contradições fazem parte de nossa história e de nossas raízes, não sendo exclusividade dessas décadas em específico. Contudo, é importante notar que esse é um período de transição acompanhada de transformações sociais, políticas e urbanas, em que há certo “esgotamento de um paradigma interno de estruturação da vida urbana” (Rolnik, 2001, p. 58). Nesse contexto de mudanças, tensionamentos e contestações seriam algo esperado nas disputas pela cidade.

No campo da memória e das representações históricas em espaços públicos de São Paulo, no entanto, este período foi marcado por uma contraditória reiteração de figuras e narrativas que vinham sendo enaltecidas desde o início do século. Se, por um lado, o país avançava institucionalmente na afirmação de direitos que, dentre outros objetivos, buscavam promover reparações históricas, por outro, o debate sobre nosso passado sobre a constituição da identidade local foi negligenciado, ao menos, pelos monumentos inaugurados entre 1981 e 2000 na cidade de São Paulo.

Trata-se do período de **saudosismo de um passado (in)glorioso**, em que predomina a inércia de homenagens a figuras, majoritariamente, brancas e masculinas. Eventuais contestações sobre a construção e reprodução de identidades coletivas a partir de narrativas enviesadas, impostas por uma elite branca, não logrou resultados no perfil dos monumentos erguidos. O número de monumentos controversos é, de certa forma, ilustrativo quanto ao padrão das figuras representadas nesse período.

Das 67 obras, 9 fazem homenagem a pessoas ligadas (13%), por exemplo, ao sistema colonial de exploração, às bandeiras e missões jesuítas ou à manutenção da ordem com base em operações militares violentas. Há também figuras da elite paulista que são exaltadas, graças a seu papel histórico para o crescimento econômico – industrial, agrícola ou financeiro – sem qualquer reconhecimento de suas contradições na exploração e precarização da mão de obra trabalhadora na cidade e no campo.

4.2.a Porte (altura do monumento)

A média de altura dos monumentos de pessoas controversas entre 1981 e 2000 é de 3,1 metros. A média geral do período é de 2,1 metros, o que confirma a tendência de redução das dimensões das obras. Contudo, assim como no período anterior, observa-se um (incômodo) padrão de homenagens mais pronunciadas – de maior porte – quan-

do se trata de pessoas ligadas a algum regime de opressão, a atos violentos ou cuja história de vida seja muito mais complexa e contraditória do que sugerem as homenagens de terror heróico que recebe. Dentre os maiores monumentos inaugurados no período, destacam-se duas obras categorizadas como controversas:

- O monumento ao “Almirante Joaquim Marques de Lisboa - Marquês de Tamandaré” foi inaugurado em 1981 e tem 6 metros de altura. Trata-se de uma escultura de bronze e granito exibida no Parque Ibirapuera. O Marquês de Tamandaré foi almirante e patrono da Marinha do Brasil durante o período imperial. Por seus feitos militares, muitos dos quais foram decisivos para a manutenção da unidade territorial nacional, é considerado um dos heróis da pátria. A controvérsia gira em torno, justamente, de seus feitos militares, responsáveis pelo derramamento de sangue de muitos revoltosos críticos e insatisfeitos com a Coroa e com o regime imperial. Sua lealdade maior era com a monarquia e a família real, mesmo que suas batalhas custassem a vida de brasileiros;
- O monumento a “Pedro Álvares Cabral” tem cerca de 5 metros e também está instalado no Parque Ibirapuera (na parte externa de uma de suas entradas). Cabral, a quem é creditado a falácia do “descobrimento do Brasil”, foi um fidalgo português, explorador e comandante militar. A figura de descobridor desbravador ainda é atribuída aos portugueses que aportaram no Brasil durante o Século XVI, como se lhes conferissem a imagem de patronos da nação, responsáveis pela fundação do país como ele é hoje. Além de ser um tipo de homenagem historicamente equivocada, trata-se de uma narrativa que oculta os povos originários da própria história brasileira (antes e depois das grandes navegações). Essa invisibilização é ainda mais grave, se for considerado o violento processo de exploração e extermínio que o período colonial, inaugurado pela chegada de “descobridores”, iniciou.

Figura 25. À esquerda: [Almirante Joaquim Marques de Lisboa - Marquês de Tamandaré](#) (Perolacouto, CC BY-SA 4.0); e à direita [Pedro Álvares Cabral](#) (Xbrunaac, CC BY-SA 4.0). Ambas as obras estão localizadas no Parque Ibirapuera.



4.2.b Raça

Vale destacar que, das 9 figuras controversas eternizadas por monumentos, 8 são de homens brancos. A única exceção é o marco a Hussam Eddine Hariri (na praça homônima) que homenageia um homem árabe. Neste período de **saudosismo de um passado (in) glorioso**, não há monumentos erguidos para pessoas indígenas e há apenas 1 monumento representando uma pessoa negra. A média de altura dos monumentos a pessoas brancas é de 2,1 metros, a de pessoas negras é de 0,7 e a de pessoas asiáticas é de 1,8.

Figura 26. Comparação das alturas médias de monumentos do período de saudosismo de um passado (in)glorioso, segundo raça/cor ou etnia. A altura média de monumentos de figuras brancas é de 2,1m (ex: Fernando Pessoa), a de pessoas asiáticas é 2,1m (ex: Salah Saliby) e de pessoas negras, 0,7m (ex: Memorial Carlos Marighella). (Elaboração: Instituto Pólis).



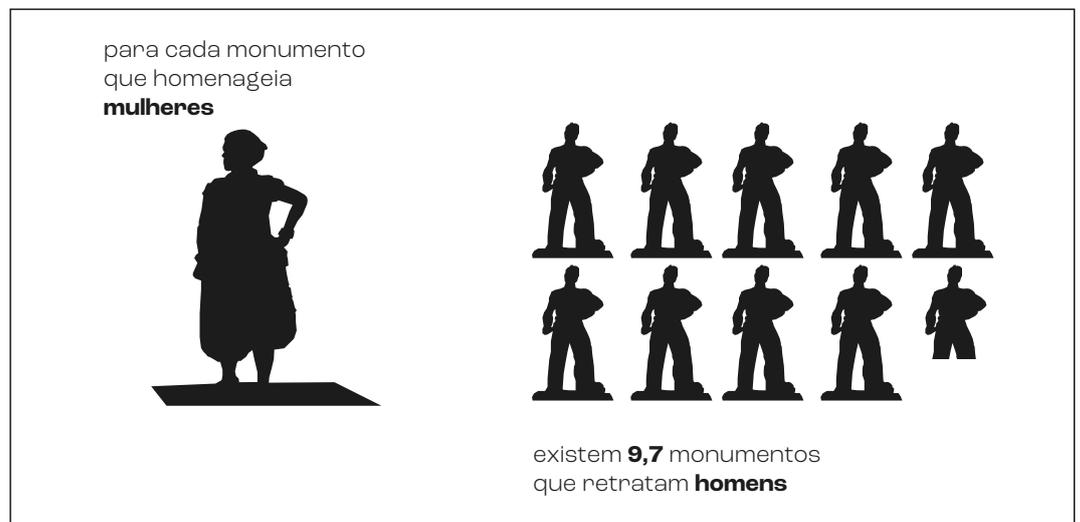
O Censo do IBGE do ano 2000, registrou que São Paulo tinha 67% de pessoas brancas, 30% de pessoas negras, 2% de pessoas amarelas e menos de 1% de pessoas indígenas. No entanto, e a despeito das transformações sociais e políticas que ocorriam entre 1981 e 2000, apenas o Memorial Carlos Marighella foi erguido em 1999. Ao todo, são 53 monumentos representando pessoas brancas (79%) e 6 obras representando pessoas asiáticas (9%), incluindo 4 homens de etnia árabe (6%) e 2 homens japoneses (3%).

4.2.c Gênero

Proporcionalmente, o período de **saudosismo de um passado (in) glorioso** foi o que mais prestou homenagens a figuras masculinas: 58 das 67 obras retratam homens (87%) e 3 monumentos retratam figuras de ambos os sexos (4%). Das 6 obras que representam figuras do sexo feminino (9%), 5 são de mulheres brancas. Aqui, no entanto, há uma diferença que deve ser notada em relação ao período anterior, quando poucas mulheres foram nominalmente homenageadas, predominando imagens genéricas de figuras femininas. No período de **saudosismo de um passado (in)glorioso**, apenas a estátua "Igua-tinga"²⁴ – a única de raça/etnia não identificada – representa uma figura genérica, através de um nu feminino em bronze.

24. O autor da peça é Júlio Guerra, escultor de "Mãe Preta" e "Borba Gato".

Figura 27. Comparação entre a proporção de monumentos a homens e monumentos a mulheres do 2º período analisado. (Elaboração: Instituto Pólis).



4.2.d Inserção na cidade

Assim como nos demais períodos, a maioria dos monumentos inaugurados entre 1981 e 2000 está localizada em **praças**: 43 do total de 67 (64%). Este conjunto de obras apresenta uma média de 1,9 metros de altura, sendo que a medida mais comum é a de monumentos de 1,5. Das 43 obras, 4 são de figuras controversas.

Figura 28. Mapa com a concentração espacial de monumentos construídos no período de saudosismo de um passado (in)glorioso (1981-2000). (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).

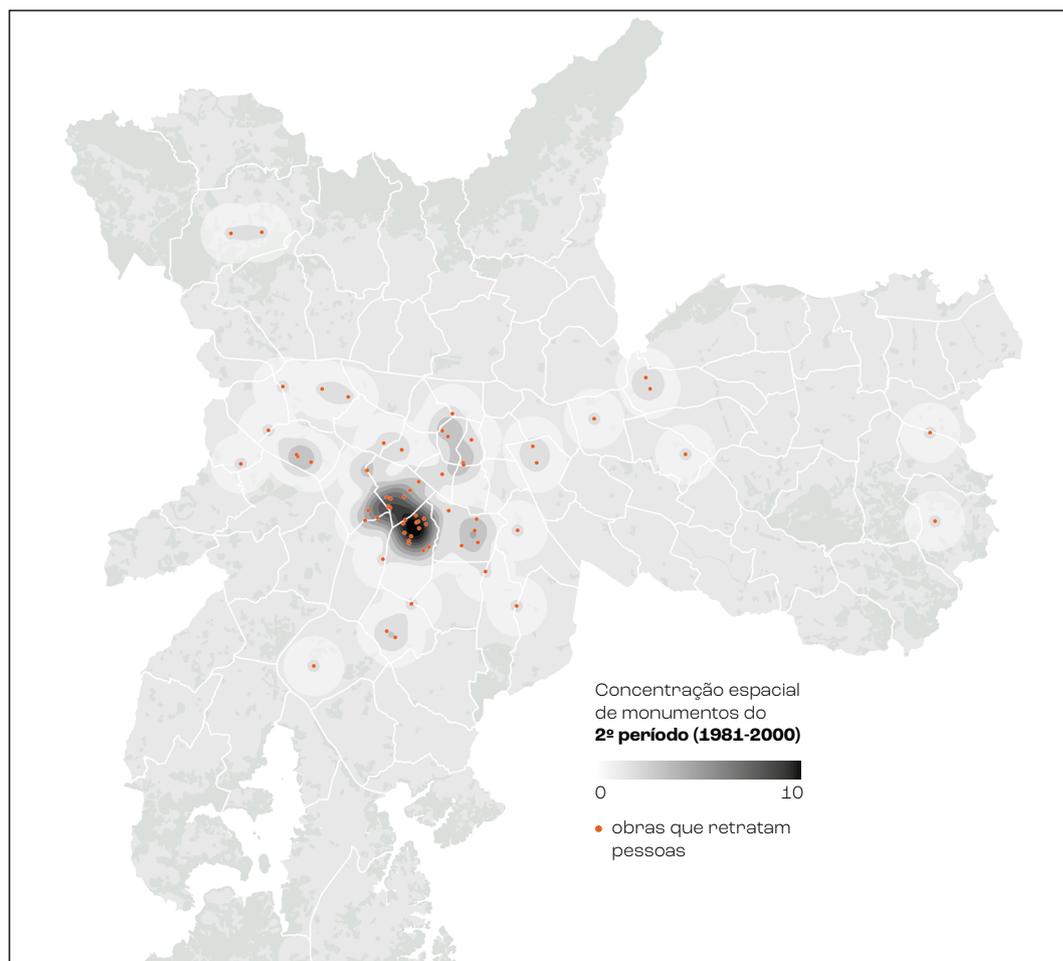
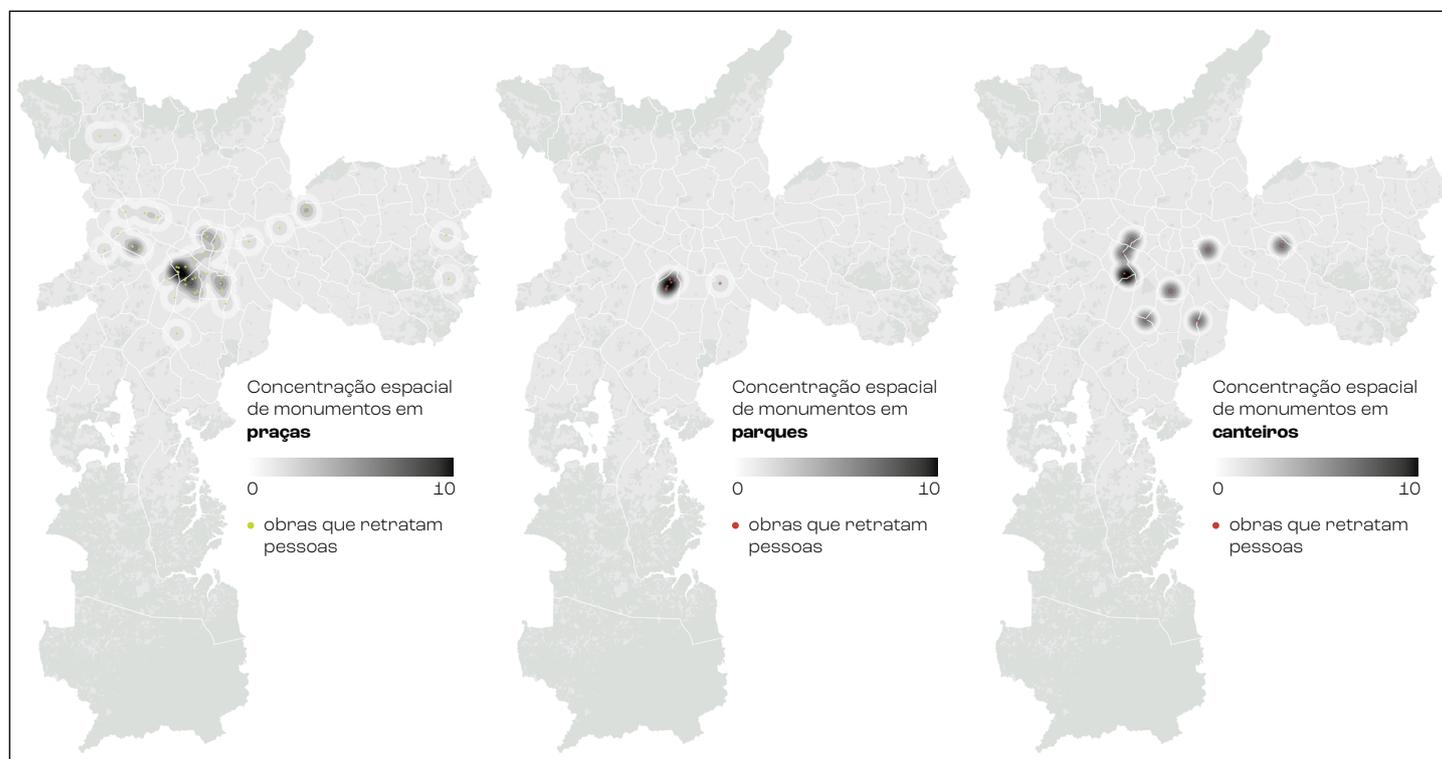


Figura 29. Mapas com as concentrações espaciais dos monumentos, segundo tipo de espaço. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).



Os monumentos expostos em praças da região central estão inseridos, como era de se esperar, em locais onde predominam usos comerciais, de serviços ou uso misto (comércio e serviços misturados à moradia). Embora estejam em áreas com grande fluxo de pessoas, não é possível inferir que a localização, necessariamente, favoreça um maior grau de exposição do monumento. Outros fatores das praças em que as obras foram instaladas também interferem na sua visualização e seu destaque, como arquitetura e vegetação do entorno, ou mesmo o posicionamento da obra. Locais com grande fluxo de transeuntes podem implicar um maior número de pessoas que passam pelo monumento, mas não garantem, obrigatoriamente, que a obra será mais notada ou apreciada.

Há outras duas aglomerações de monumentos expostos em praças, sendo que ambas compreendem bairros de alto padrão: no Jardim Paulista e no entorno do Parque Ibirapuera. Na primeira, as obras estão em praças de áreas residenciais horizontais de alta renda, ficando, portanto, mais restritas à apreciação da população local. Na segunda aglomeração, as praças se dividem em áreas mais residenciais (também de alta renda) ou no entorno mais imediato do Parque Ibirapuera, onde há centralidades de bairro com predominância de comércio e serviços. Embora o parque seja um ponto de grande atração de pessoas, especialmente fora dos dias úteis, é possível que algumas praças de seu entorno fiquem mais restritas ao trânsito e ao uso da população local.

7 monumentos (12%) estão localizados dentro de **parques**: 6 no Ibirapuera e 1 no Parque da Independência. Eles têm uma média de altura de 3,3 metros, indicando uma preferência pela locação de monumentos maiores em parques urbanos do que em praças. Dessas 7 obras, 2 são de figuras controversas.

4 monumentos estão instalados dentro de **equipamentos públicos** (6%), como clubes ou bibliotecas. Das 67 obras inauguradas no período de **saudosismo de um passado (in)glorioso**, 9 foram instaladas em áreas de **canteiro ou rotatórias** do sistema viário (13%), com altura média de 2,0 metros; ligeiramente maiores que monumentos de praças, mas menores que as obras alocadas em parques. Destas, 3 monumentos (1/3) são de figuras controversas, apresentando uma média de 2,5 metros de altura. São obras que gozam de certo destaque, não apenas pela altura média mais pronunciada, mas também pelo tipo de local em que estão exibidas. Canteiros centrais, rotatórias e alças viárias são áreas que, geralmente, proporcionam maior visibilidade às obras exibidas, seja pela ausência de vegetação mais densa, seja pela maior distância entre a obra e outros elementos arquitetônicos – distância esta que é garantida, exatamente, pelo sis-

tema viário que conforma tais áreas. Mesmo que a aproximação do pedestre e uma eventual interação com o monumento possam estar comprometidas, a visualização dessas obras é favorecida pelo fluxo de veículos (individuais ou coletivos). As obras expostas em canteiros e rotatórias estão fora da região central e se distribuem predominantemente em distritos do quadrante sudoeste da capital.

4.3 Mudanças de paradigmas

O período que se inicia em 2001, segue até hoje e é definido pela disputa de narrativas, pelo aprofundamento do debate acerca da memória no espaço urbano e pelas **mudanças de paradigmas**. Trata-se de um período heterogêneo, que observou importantes avanços sociais (após a fase mais fundamental da redemocratização), mas também muita instabilidade política e retrocessos, cujos impactos ainda estão para ser adequadamente medidos.

A função social da propriedade, assim como o próprio capítulo de política urbana inscrito na Constituição Federal (1988) ganharam musculatura com a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003). No campo institucional, passos importantes foram dados para o desenvolvimento de políticas públicas no sentido da promoção do Direito à Cidade. Em âmbito global, são formadas articulações internacionais pela promoção do Direito à Cidade²⁵ e, em 2016, é aprovada a Nova Agenda Urbana (NAU) na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III, Quito).

É importante reconhecer que esse processo evolutivo não foi linear, tampouco livre de problemas e contradições (Rolnik, 2012). A verdadeira extensão dos avanços observados a partir dos anos 2000 é, até hoje, objeto de um debate que avalia criticamente os impactos das políticas e dos instrumentos de planejamento implementados desde então. Além das limitações e contradições que podem ser atribuídas às instituições, aos atores políticos envolvidos, às gestões públicas, aos marcos regulatórios e à forma como determinados tensionamentos foram equacionados, é preciso pontuar que, na segunda década deste século, houve um forte movimento de refluxo político. A política urbana perde espaço e financiamento público no país. O golpe de 2016 enfraquece instituições e, em 2019, o Ministério das Cidades²⁶ é extinto, tendo suas secretarias e funções transferidas ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Os anos sob o Governo Bolsonaro representam profundos retrocessos no campo política urbana, ambiental e cultural, mas, sobretudo, foram extremamente deteriorantes ao regime democrático em si.

25. Conheça mais sobre a Plataforma Global pelo Direito à Cidade aqui.

26. O terceiro Governo Lula (PT) recriou o Ministério das Cidades em 1º de janeiro de 2023, nomeando Jader Barbalho Filho (MDB) como seu titular. Os rumos da pasta, assim como da

política urbana no Governo Federal, ainda estão em disputa e não é possível dizer qual o perfil da administração que se inicia durante o fechamento deste estudo.

Por outro lado, algumas transformações que estavam em curso desde o começo do século XXI, começaram a produzir efeitos concretos na nossa cultura política. As medidas de combate às desigualdades, como programas de transferência de renda e a política de valorização real do salário mínimo, paralelamente ao crescimento econômico e à geração de empregos, foram responsáveis por tirar milhões de pessoas da situação de pobreza e reduzir as desigualdades de renda no Brasil (Neri, 2012). Além do combate à miséria e à fome, as desigualdades raciais também foram objeto de políticas sociais que, através de ações afirmativas e de investimentos públicos na educação técnica e superior, promoveram o ingresso de jovens negros, negras e indígenas à universidade, mudando o perfil do ensino universitário brasileiro e dando início a um processo de redução das desigualdades de oportunidades entre a população branca e não-branca no país (Moreira et al., 2017). Mudaram os quadros docentes, discentes e, aos poucos, outros espaços também têm se transformado.

Mais recentemente, tribunais superiores tomaram decisões que impactaram as regras eleitorais, com o intuito de reequilibrar as oportunidades desiguais no sistema político-partidário brasileiro entre homens e mulheres, assim como entre pessoas brancas e não brancas. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu tornar obrigatória a destinação de, pelo menos, 30% dos fundos partidário e eleitoral a candidaturas femininas. A proporcionalidade também passou a ser obrigatória na distribuição de tempo de rádio e TV. Em 2020, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a distribuição do fundo eleitoral e dos tempos de propaganda gratuita deveriam ser racialmente proporcionais entre as candidaturas de cada partido.

Os avanços institucionais são graduais, mas são importantes. De certa forma, essas medidas refletem os movimentos e as reivindicações da sociedade civil por mais justiça e maior representatividade nos espaços de poder, assim como nos espaços de produção intelectual, cultural, etc. São respostas às profundas disparidades que reproduzem relações de poder e de dominação na sociedade brasileira.

O amadurecimento de nosso regime democrático, que é insistentemente sujeito a testes e ataques, é marcado pela evolução de marcos regulatórios e pelo fortalecimento das próprias instituições democráticas, mas é, sobretudo, fruto da mobilização social, da organização política, da resistência popular e da ação de movimentos de contestação, que, à exemplo do que se faz hoje, têm legitimidade e força para propor agendas e incidir sobre debates mais críticos acerca das figuras que escolhemos homenagear nos espaços da cidade.

Nesse período de **mudanças de paradigmas**, grupos histórica-

mente marginalizados ganham mais força política e ocupam espaços de poder que antes lhes eram negados. Eles passam a estar mais presentes em veículos de comunicação, em círculos e redes de formação de opinião, além de participarem mais ativamente do avanço científico e da produção de conhecimento crítico. Suas contribuições às artes, à cultura e à história nacionais passam a ser mais reconhecidas. Paralelamente, o protagonismo e a liderança na memória e no imaginário das cidades que a elite branca sempre reivindicou para si, às custas de violências e apagamentos, são contestados de forma mais contundente, dando mais abrangência e profundidade ao debate público. Ainda que desigualdades sociais, raciais, étnicas e de gênero persistam na representação política, na economia e nos símbolos que constituem nosso imaginário, é inegável que estamos em um novo estágio, no qual se cobra a correção de desproporcionalidades e injustiças.

A contestação de monumentos, os movimentos pela retirada de estátuas e intervenções artísticas em obras controversas são parte dessas mudanças em curso. Da mesma forma, os Projetos de Lei que defendem a substituição, retirada ou contextualização de monumentos controversos expressam o avanço dos debates e uma possível institucionalização de reivindicações na forma de políticas públicas.

Nas representações que integram e moldam a paisagem urbana de São Paulo, essa mudança já pode ser sentida. De 2001 para cá, foram inaugurados 29 monumentos, sendo que apenas 1 é classificado como controverso (3%). Trata-se da estátua de quase 2 metros do “Conde Francisco Matarazzo Júnior”. Agroindustrial, comerciante e banqueiro ítalo-brasileiro, liderou o maior conglomerado industrial da América Latina na década de 1930. No entanto, a expansão de seus negócios se deu às custas da exploração de trabalhadores em situação de semi-servidão e do trabalho quase ininterrupto, sobretudo nas fazendas da família.²⁷

27. “Casa-Grande e Senzala dos Matarazzo na Califórnia Paulista” in Revista Pesquisa FAPESP (online). Janeiro de 2001.

Nesse período, a imagem de figuras ligadas à exploração colonial, à violência das expedições bandeirantes, ao apagamento cultural promovido por missões jesuítas ou às sangrentas campanhas militares contra a própria população brasileira perdem espaço. Nomes, figuras e personagens de grupos até então sub-representados ganham mais visibilidade, predominando entre os monumentos mais recentes.

4.3.a Porte (altura do monumento)

O período que se inicia em 2001 é marcado pelas **mudanças de paradigmas**, mas também pela tendência de redução do porte dos monumentos. Isso porque, nos períodos passados, as dimensões

dos monumentos pretendiam comunicar a ideia de poder, seja das figuras representadas, seja das pessoas ou instituições que os construíram (Corrêa, 2005). No entanto, com a maior participação do povo na política e maior transparência dos gastos públicos, a construção de monumentos de dimensões monumentais passaram a ser mal vistas por uma sociedade que ainda precisa superar as suas profundas desigualdades.

Assim, a altura média das obras inauguradas durante o período de **mudanças de paradigmas** é de 1,8 metros, sendo que a média dos 9 monumentos inaugurados em 2022 (os mais recentes de todos) é de 1,5 metros. As obras inauguradas no período anterior, de 1981 a 2000, tinham altura média de 2,1 metros e as inauguradas entre 1900 e 1980 apresentavam 4,5 de altura média.

O maior monumento do período é "O Prevencionista" (2007) com cerca de 4 metros de altura e sem raça definida. Trata-se de uma escultura metálica exposta no Parque Guarapiranga em [homenagem aos profissionais do setor de segurança e saúde do trabalho](#). O segundo maior monumento do período é a estátua metálica a "Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas" (2020) com 3,6 metros instalada na Praça Clóvis Beviláqua, centro de São Paulo. Tebas foi arquiteto negro que viveu entre 1721 e 1811. Além de ter sido escravizado, sua contribuição para a arquitetura de São Paulo foi apagada da cidade e da história. Seu papel histórico tem sido revisto, no sentido de reconhecer sua importância e creditar seus feitos, através de publicações, como o livro Tebas, um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata (Ferreira, 2019), e, mais recentemente, pelo monumento criado por [Lumumba Afroindígena e Francine Moura](#).

4.3.b Raça

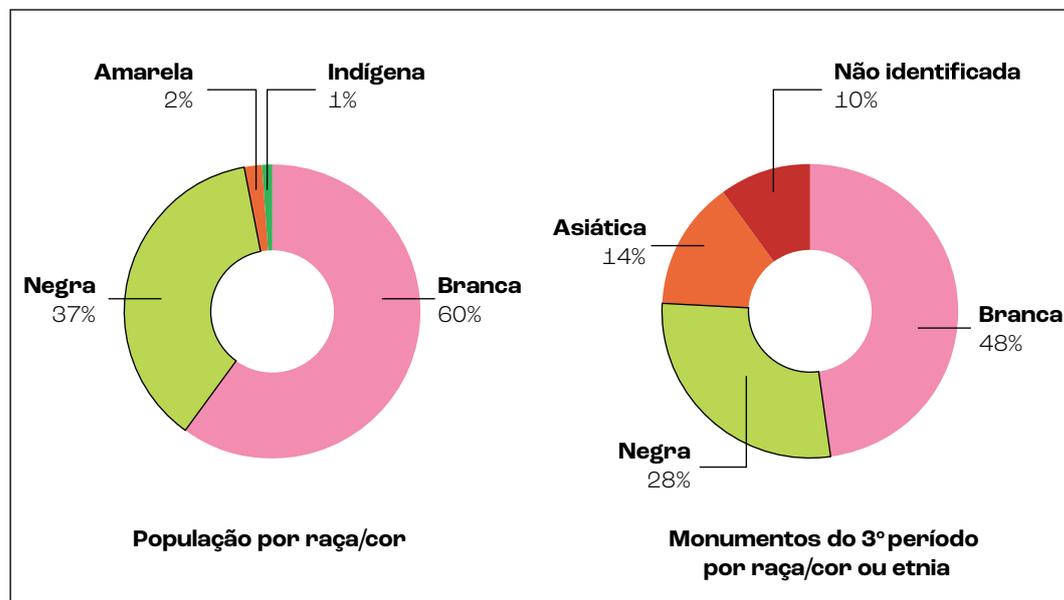
Quanto ao porte das obras, as **mudanças de paradigmas** têm se traduzido em mudanças substanciais em relação à raça das figuras homenageadas. A altura média das figuras brancas é de 1,6 metros, a de figuras negras de 2,0 metros e a de figuras asiáticas de 1,6 metros.

Dos 29 monumentos, 14 figuram pessoas brancas (48%), 8 são de pessoas negras (28%), 4 são de pessoas asiáticas (14%) e 3 obras não tiveram sua raça identificada (10%). É fato que ainda há predominância de homenagens a pessoas brancas e também é fato que nenhuma pessoa indígena foi retratada, mas a proporção de monumentos de figuras negras nunca foi tão alta, já que entre 1900 e 1980, 3% das obras representavam pessoas negras e, entre 1981 e 2000 apenas 1 monumento foi erguido em nome de figuras pretas ou pardas.

28. Dentro da classificação do IBGE quanto à raça/cor da população por raça/cor no município de São Paulo; à direita: gráfico com a participação por raça/cor ou etnia dos monumentos do 3º período. (Fonte: Censo 2010, IBGE; GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 60% da população paulistana se declara branca, 37% se declara negra e 2% se declara amarela.²⁸ A população indígena soma menos de 1% do total. Portanto, tomando a distribuição demográfica da cidade como referência, a representatividade numérica ainda não foi equiparada entre os grupos raciais, seja no período mais recente – que se iniciou em 2001 – seja no conjunto total de monumentos inaugurados desde o início do século XX.

Figura 30. À esquerda: gráfico com a participação da população por raça/cor no município de São Paulo; à direita: gráfico com a participação por raça/cor ou etnia dos monumentos do 3º período. (Fonte: Censo 2010, IBGE; GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).



4.3.c Gênero

Os avanços que se pode observar quanto à representação de figuras não brancas, contudo, não se repetem na produção de uma maior equidade de gêneros no período atual. Das 29 obras, 25 são representações de figuras masculinas (86%) e apenas 3 representam mulheres (10%).

Ao menos entre as poucas mulheres homenageadas, a proporção racial se inverte. Das 3 obras femininas, todas homenageiam nominalmente mulheres, sendo que 2 são negras e 1 asiática.²⁹ A autoria de mulheres também foi ampliando sua representatividade ao longo dos anos: no 1º período, apenas 1 monumento tinha uma artista mulher, no 2º período, 12% das obras foram feitas por mulheres, e no período atual, 24% foram feitos por autoras - o dobro do período anterior.

29. A outra obra "Monumento às Musas da Escultura e da Engenharia" não teve raça identificada.

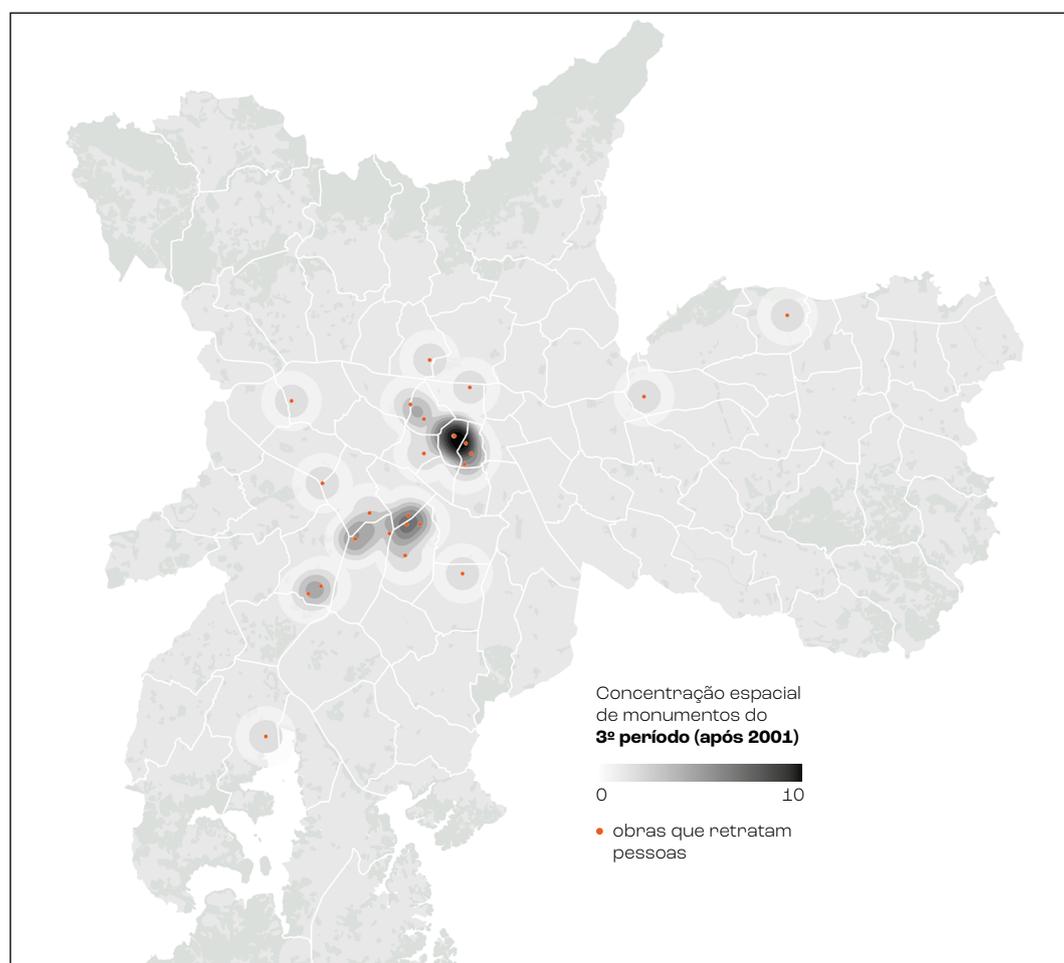
4.3.d Inserção na cidade

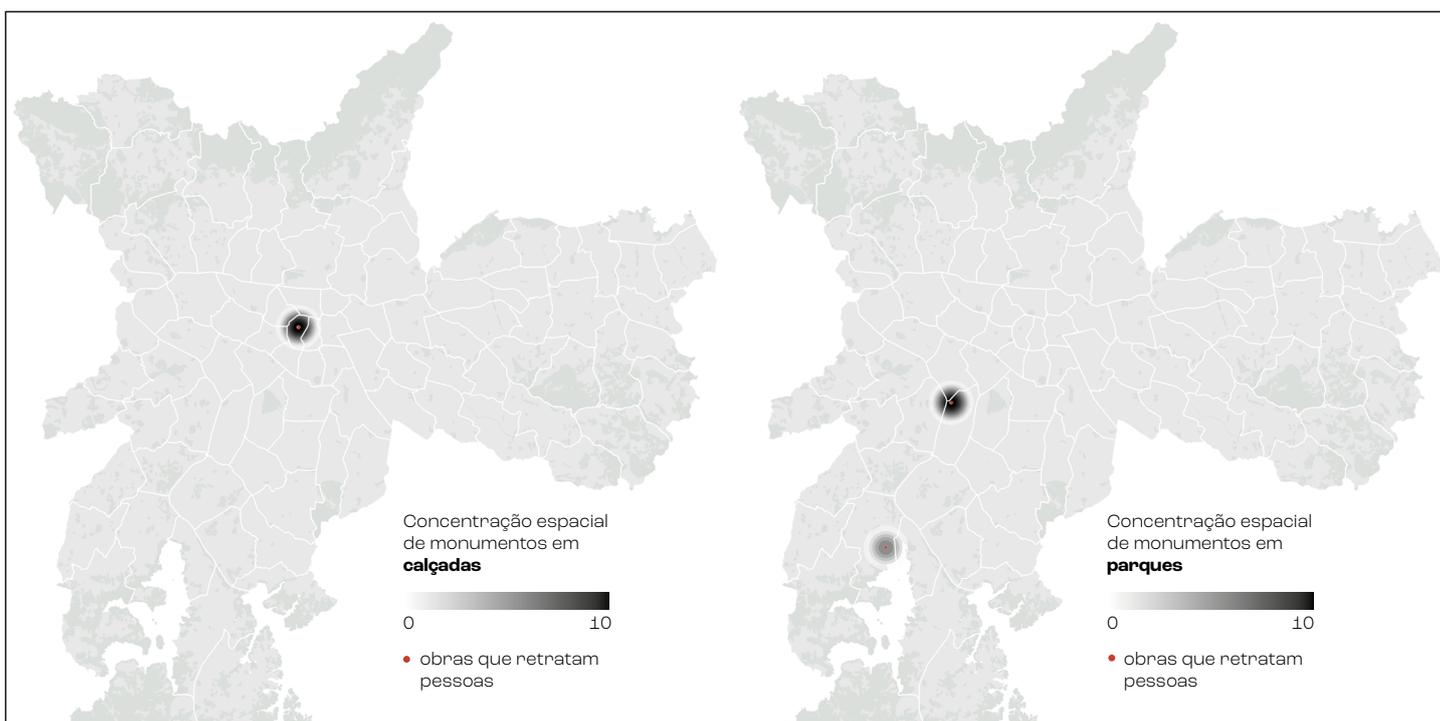
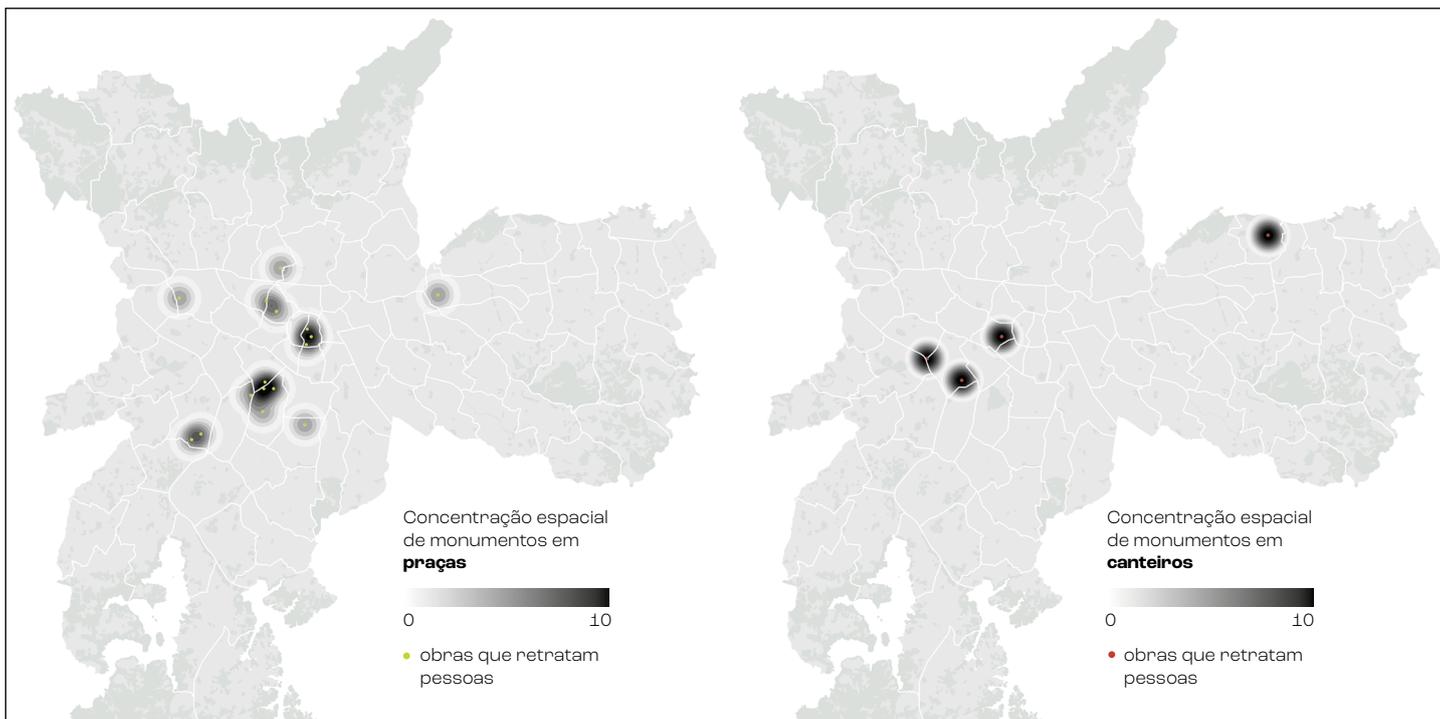
Assim como nos demais períodos, a maioria dos monumentos inaugurados a partir de 2001 foi instalada em **praças** (média de 1,8m).

Das 29 obras, 17 foram erguidas em praças, o que corresponde a 59% do total. A porcentagem, no entanto, é a menor dentre todos os períodos. A distribuição desses monumentos está concentrada em praças do centro (distrito da Sé) e de outros distritos do quadrante sudoeste da capital como no entorno do Ibirapuera (distrito de Moema), estando, em sua maioria, em áreas com predominância de comércios, serviços ou de uso misto.

Das 29 obras, 4 foram instaladas em **canteiros** centrais (14%), sendo que quase todas estão em centralidades de bairro onde predominam comércios e serviços. Tais monumentos, embora estejam neste tipo de espaço, não são obras de grande porte e apresentam 1,6 metros de altura média. Diferentemente de outras grandes obras, estas foram alocadas em canteiros centrais ou laterais de avenidas e não possuem uma vasta área livre de apreciação e destaque.

Figura 31. Mapa com a concentração espacial de monumentos construídos no período de mudanças de paradigmas. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).





Figuras 32 e 33. Mapas com as concentrações espaciais dos monumentos, segundo tipo de espaço. (Fonte: GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).

4 monumentos foram instalados em **calçadas** (14%), todos inaugurados no fim de 2022. Estão posicionados nas quatro esquinas do cruzamento da Ipiranga com a Avenida S. João no centro da capital. A altura média é de cerca de 1,3 metros.

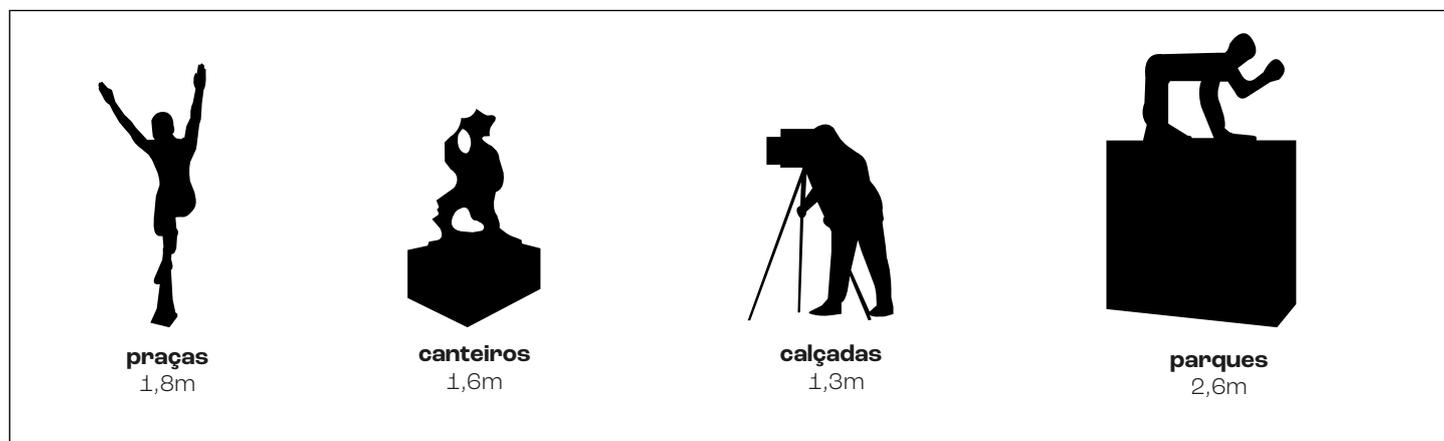
Figura 34. Adoniran Barbosa, Jovem engraxate e Fotógrafo de lambe-lambe (EDSON LOPES JR./SECOM/PMSP).



Segundo a Prefeitura, a escolha dos locais para as novas obras está articulada a uma série de pequenas intervenções que buscam “revitalizar” a área, como a troca da iluminação pública. Não é de hoje que a administração municipal tenta promover transformações na região central, assim como também não é de hoje que as estratégias aplicadas são, no mínimo, questionáveis. A estratégia parece estar relacionada à criação de uma ambiência mais atrativa ao turismo cotidiano do que ao equacionamento dos reais problemas e conflitos do centro. De todo modo, as quatro novas obras inauguradas em dezembro de 2022 aumentaram a quantidade de monumentos expostos na região, sem aumentar a diversidade de suas figuras representadas, já que todas as estátuas são masculinas, sendo duas de homens brancos (Adoniran Barbosa e Paulo Vanzolini) e outras duas de raça não definida (“Jovem engraxate” e “Fotógrafo de lambe-lambe”).

Figura 35. Comparação das alturas médias dos monumentos, segundo tipo de espaço. A altura média de monumentos em praças, do 3º período, é de 1,8m (ex: Homenagem a Adhemar Ferreira da Silva), em canteiros é de 1,6m (ex: O Jornaleiro), em calçadas, 1,3m (ex: Fotógrafo de lambe-lambe) e parques, 2,6m (ex: O Quadrúpede). (Elaboração: Instituto Pólis).

Desde 2001, só 3 obras foram instaladas em **parques** municipais (10%): todas em parques da zona sul. Dois destes últimos monumentos foram inaugurados em 2008 no Parque do Povo (Itaim Bibi), mesmo ano de inauguração do próprio parque. Nesse período, a média de altura dos monumentos em parques é a maior: 2,6 metros.

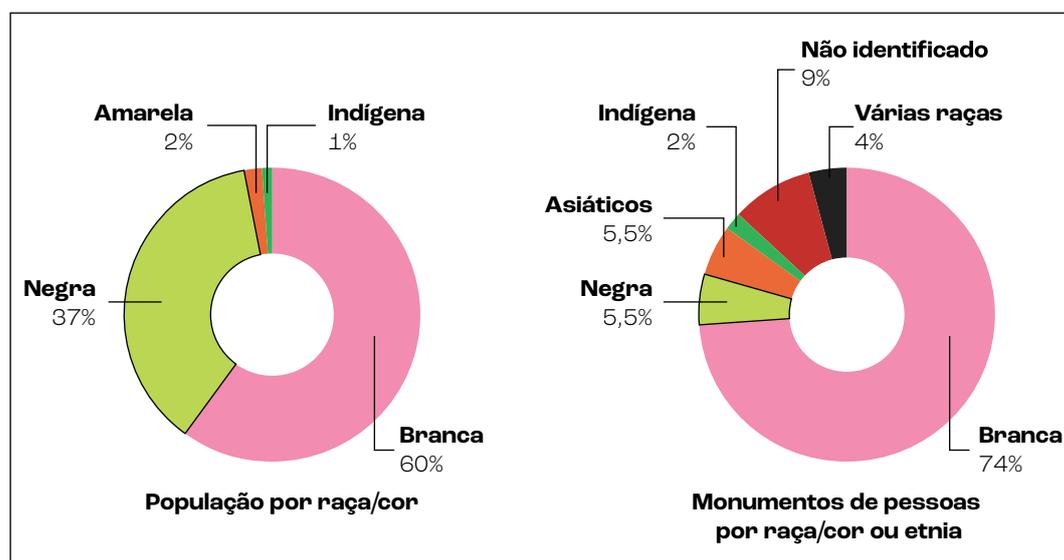


5. Quadro síntese sobre os monumentos de SP

5.1 Representação numérica

Uma abordagem meramente quantitativa é suficiente para demonstrar a desigualdade entre as figuras representadas pelos monumentos de São Paulo. A população preta e parda da capital paulista representa cerca de 37% do total, mas os monumentos que homenageiam pessoas negras correspondem a apenas 5,5% das obras que representam figuras humanas. Por outro lado, a população branca, que é 60% da população paulistana, concentra 74% dos monumentos. Existe um evidente desequilíbrio quantitativo entre a representação da população branca e negra nas obras simbólicas da cidade de São Paulo.

Figura 36. À esquerda: gráfico com a participação da população por raça/cor no município de São Paulo; à direita: gráfico com a participação por raça/cor ou etnia dos monumentos. (Fonte: Censo 2010, IBGE; GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).



A diferença mais gritante, entretanto, é a sobre-representação de homens, cujos monumentos correspondem a 83% do total. Mulheres são homenageadas por 9,5% das obras da cidade e os dois gêneros estão presentes em 7,5%. A desproporcionalidade também se observa no gênero das autorias dos monumentos: cerca de 65% das obras foram concebidas por artistas homens e 9,5% por artistas mulheres. Cerca de 25% das autorias não foram identificadas, mas mesmo que todas elas fossem femininas (uma suposição pouco provável), a desigualdade de gênero se manteria da mesma forma, pois a grande maioria das obras ainda seria criação de artistas homens. A participação mais limitada de artistas mulheres é ainda pior dentre os monumentos que, justamente, homenageiam mulheres, uma vez que 16, do total de 20 (80%), foram feitos por artistas masculinos.

A mesma incongruência se observa nas obras que retratam pessoas não brancas, visto que todos os 4 monumentos a indígenas foram concebidos por homens brancos e 5 (de 12) monumentos que representam pessoas negras foram também feitos por homens brancos. Neste caso, nota-se uma **mudança de paradigma** real, visto que, recentemente, artistas negros e negras têm conquistado mais espaço, figurando como autores e autoras das estátuas que homenageiam pessoas negras desde 2016.

5.2 Porte dos Monumentos

30. Dimensão que podemos aferir a todo o conjunto de monumentos.

O porte (ou a altura)³⁰ é a característica mais importante para garantir a persuasão impositiva de um monumento. As dimensões físicas de uma obra parecem impactar a paisagem mais do que os demais fatores avaliados, sendo também determinantes para a construção do imaginário urbano. Existem, evidentemente, outros elementos que, somados à altura do monumento, podem favorecer sua visualização e/ou seu destaque, amplificando sua importância – e imponência – na paisagem, no cotidiano e no imaginário urbano. Contudo, é inegável que o tamanho da obra é o fator mais definidor (aquele que vem em primeiro lugar) à presença de um monumento da cidade.

As dimensões físicas dos monumentos também apresentam, portanto, um elemento de desigualdade quanto à representação de diferentes grupos sociais. Figuras negras e indígenas não apenas possuem muito menos obras na cidade como também são menores. Enquanto as obras a pessoas brancas têm 3,4 metros de altura média, a altura de monumentos que homenageiam pessoas negras é de 2,2 metros e a de pessoas indígenas é de 2,8 – esses valores são, respectivamente, 33% e 15% menores.

As diferenças são ainda maiores, quando comparadas às dimensões dos monumentos em homenagem a figuras controversas, os quais têm 5,3 metros de altura média: 2,4 vezes maior que a altura média de monumentos negros e 1,9 vez maior que a média de obras que homenageiam indígenas. Quanto mais branca a obra, maior ela é. Quanto mais controversa a figura retratada, maiores as dimensões do monumento que a representa.

Além de sub-representadas por terem 8,7 vezes menos obras do que aqueles que retratam homens, as mulheres são representadas por monumentos cuja altura média é de 1,8 metros, 43% mais baixos que as obras de homenagem a figuras masculinas: média de 3,2 metros.

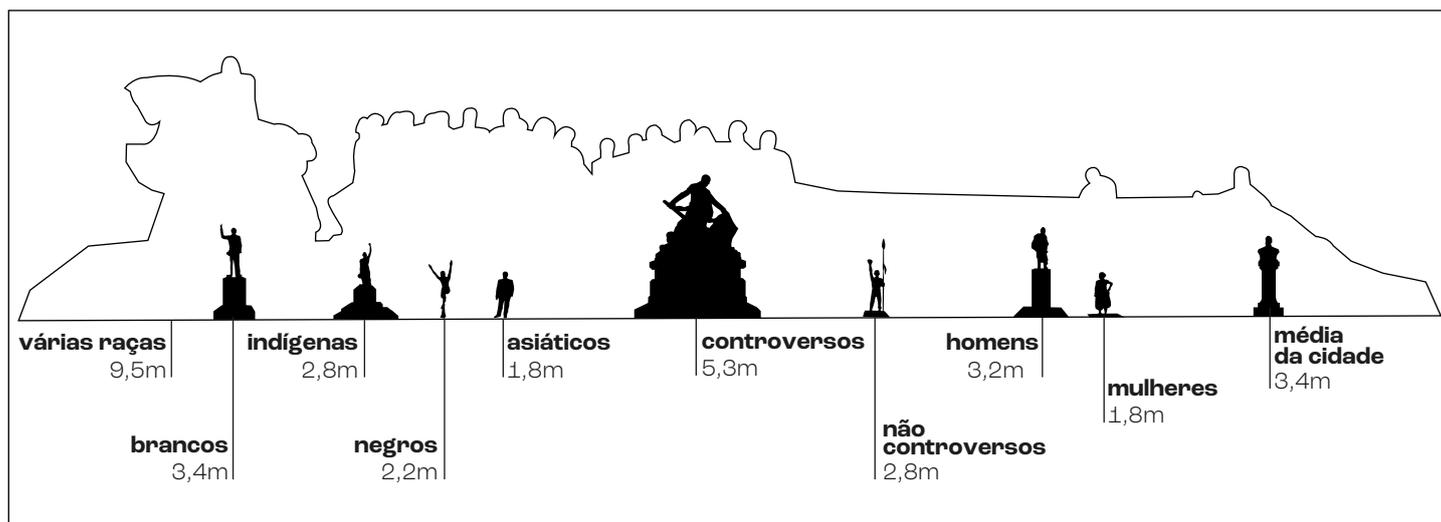


Figura 37. Comparação das alturas médias segundo raça/cor ou etnia, monumentos controversos e não controversos, gênero e a média geral da cidade. As figuras foram escolhidas para representarem os grupos comparados. Portanto, as alturas médias não necessariamente correspondem a altura do próprio monumento. As figuras são: Monumento às Bandeiras (várias raças), Ibraim Nobre (brancos), Ubirajara (indígenas), Adhemar Ferreira da Silva (negros), Rafic Hariri (asiáticas), Alfredo Maia (controversos), Monumento a Zumbi (não controversos), Francisco de Miranda (homens), Madrinha Eunice (mulheres) e Luiz Gama (média geral da cidade). (Elaboração: Instituto Pólis).

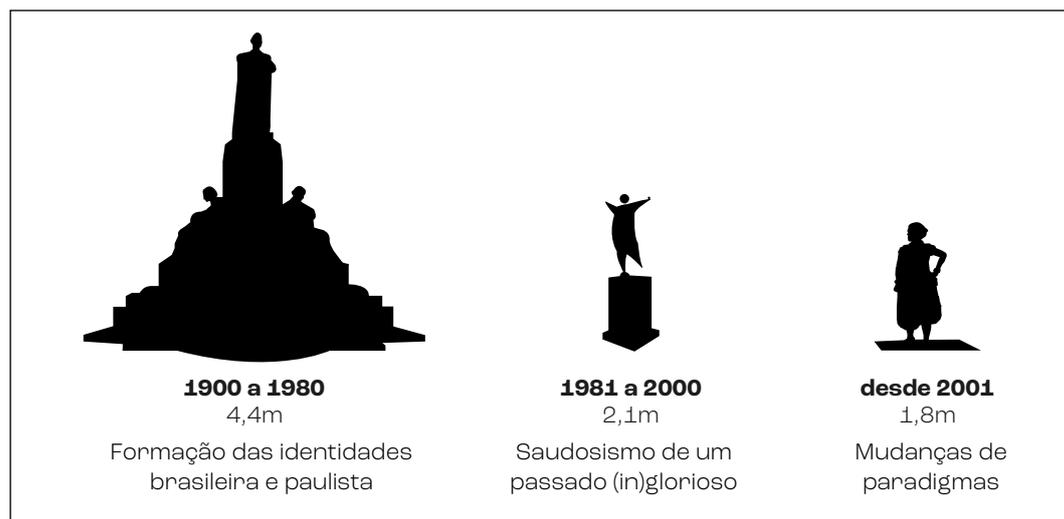
Obras que representam várias raças têm a maior altura média: 9,5 metros. Entretanto, 6 dos 9 monumentos desse grupo (66%) são considerados controversos, por conta das figuras que retratam, mas também pela forma como elas são representadas. Nessas obras, os diversos grupos raciais são apresentados de forma hierarquizada, com a liderança de homens brancos, ou através de cenas que remontam processos de dominação e subjugação. Ao contrário de uma representação racialmente mais democrática, esses monumentos reforçam estereótipos e narrativas de domínio da elite branca.

Existe, contudo, uma mudança de tendência que é digna de nota. Desde 2001, período que entendemos ser marcado por **mudanças de paradigmas**, a altura média dos monumentos têm diminuído e alterado a relação entre os grupos raciais. Estátuas de pessoas brancas têm 1,6 metros de altura média no período mais recente, enquanto os monumentos de pessoas negras apresentam 2,0 metros.

O que se observa, portanto, é uma inversão: as obras que retratam pessoas brancas no período atual são, em média, menores do que aquelas que representam pessoas negras. O mesmo, contudo, não pode ser dito sobre a representação de mulheres e homens, já que estes continuam sendo retratados por obras mais pronunciadas: monumentos a figuras masculinas têm média de 1,8 metros enquanto os de figuras femininas têm 1,4 metros de altura média.

É fato que os monumentos estão cada vez menores: a noção de monumentalidade associada a dimensões colossais ficou restrita a períodos passados. Grandes obras, que se vê à distância de vários pontos da cidade, não são mais uma realidade. Mas é importante que se debata o impacto das dimensões físicas de monumentos enquanto um paradigma.

Figura 38. Comparação de alturas médias por período. Figuras representadas: 1º período (Doutor Luís Pereira Barreto), 2º período (Maria Esther Bueno) e 3º período (Madrinha Eunice). (Elaboração: Instituto Pólis).



Além da inauguração de novas estátuas em homenagem a grupos sub-representados, é importante que se reflita o espaço que tais obras têm, bem como seu impacto no imaginário da cidade. Vale considerar que a presença e o destaque desses monumentos na paisagem é, também, resultado de suas dimensões físicas. O porte de obras erguidas em homenagem a mulheres, a pessoas negras e indígenas, por exemplo, é uma dimensão fundamental para o modo como tais monumentos irão colaborar na construção de outras narrativas e novas memórias no espaço urbano.

5.3 Distribuição territorial

Além da quantidade e do porte das obras expostas pela cidade, sua localização também é um elemento definidor na construção dos imaginários e da memória. Dos 96 distritos administrativos da cidade, 58 possuem algum monumento (60%) e 42 possuem monumentos que retratam pessoas (43%). Para além da contagem numérica dos distritos, no entanto, é importante que se atente para a população residente neles: cerca de 51% da população mora em distritos que possuem, ao menos, um monumento e somente 33% vivem onde há algum monumento retratando pessoas. Existe, portanto, uma porção significativa da população paulistana que mora em áreas onde não há obras reconhecidas como monumentos pela gestão municipal.

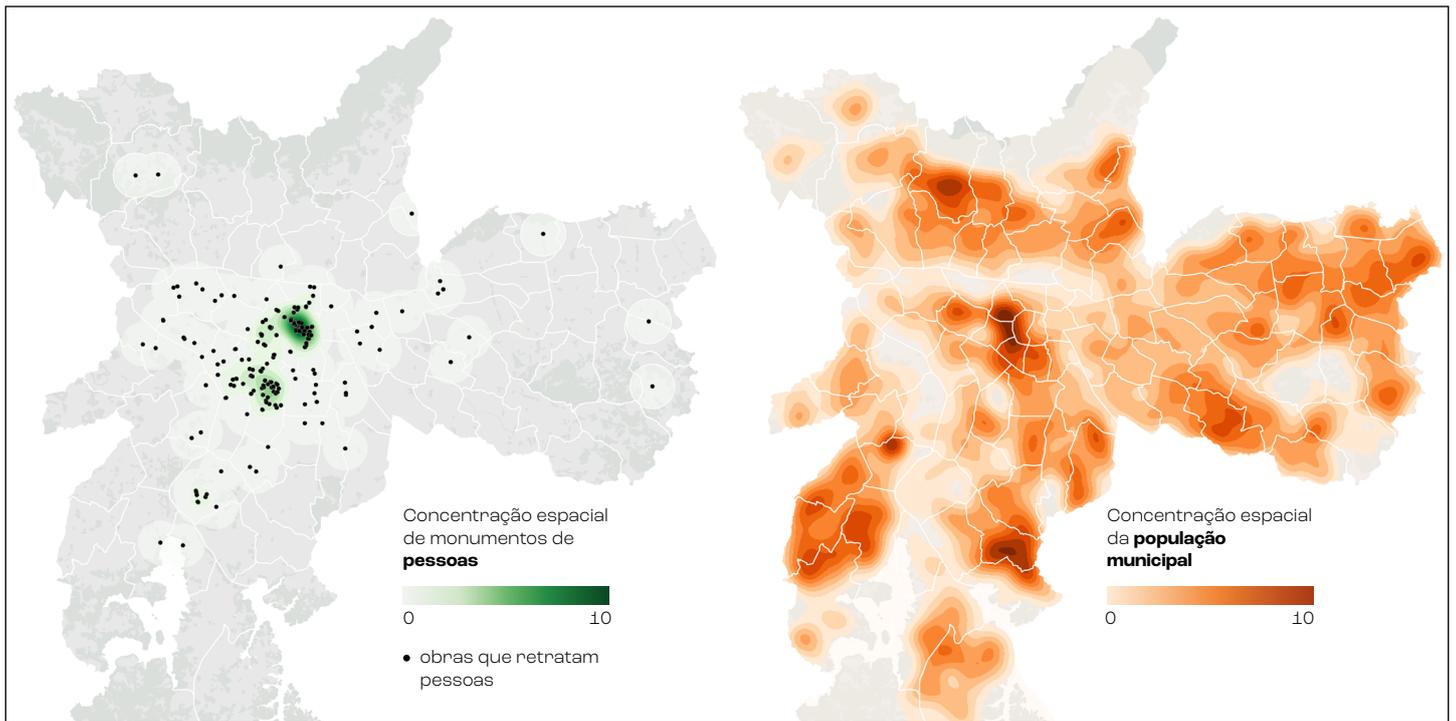


Figura 39. À esquerda: concentração espacial de monumentos; à direita: concentração espacial da população na cidade. (Fonte: Censo 2010, IBGE, GeoSampa, PMSP, 2022 / Elaboração: Instituto Pólis).

É evidente, portanto, que os monumentos da cidade de São Paulo apresentam um padrão territorial de forte concentração: na região central (distritos Sé e República) e na região do Parque Ibirapuera (distrito de Moema na zona sul). Mas qual a importância da localização desse tipo de obra em relação ao território da cidade? A concentração de monumentos é, necessariamente, algo ruim? Se uma das áreas que mais concentra monumentos é o centro, região por onde circula parte significativa da população (da metrópole paulista) diariamente, existiria, de fato, um desequilíbrio na distribuição dessas obras? Algumas dessas perguntas podem não ter respostas (ou talvez não tenham respostas simples e definitivas), mas é possível explorá-las como forma de problematizar a distribuição territorial observada.

Adotando a perspectiva da democratização da cidade, de seus espaços, bens, serviços, recursos paisagísticos e elementos constitutivos da memória, é possível questionar uma alta concentração espacial de monumentos, como algo restritivo ao acesso da população a tais elementos.

Está claro que não devemos descartar o fato de que o centro tem um papel econômico, histórico, cultural e simbólico o qual – talvez – justifique uma maior concentração de monumentos na região. Mesmo assim, ainda vale o questionamento se tal concentração não seria desproporcional. Ou, ainda, se a concentração em uma área de grande circulação de pessoas garante ou qualifica a observação e apreciação dos monumentos erguidos: as pessoas passam pelas obras,

mas elas reparam?

Quanto à região do Parque Ibirapuera também seria razoável supor que sua concentração de monumentos responde à grande atratividade que o parque tem sobre várias regiões da cidade, já que é um importante destino de lazer e recreação, sobretudo, aos fins de semana. De fato, além de atrair pessoas, o próprio parque é um equipamento incutido no imaginário da cidade que, de certa forma, integra a memória ou a identidade da capital paulista com suas áreas verdes e sua arquitetura modernista. Ainda assim, esses fatores não deveriam ser suficientes para justificar uma concentração tão alta naquela região.

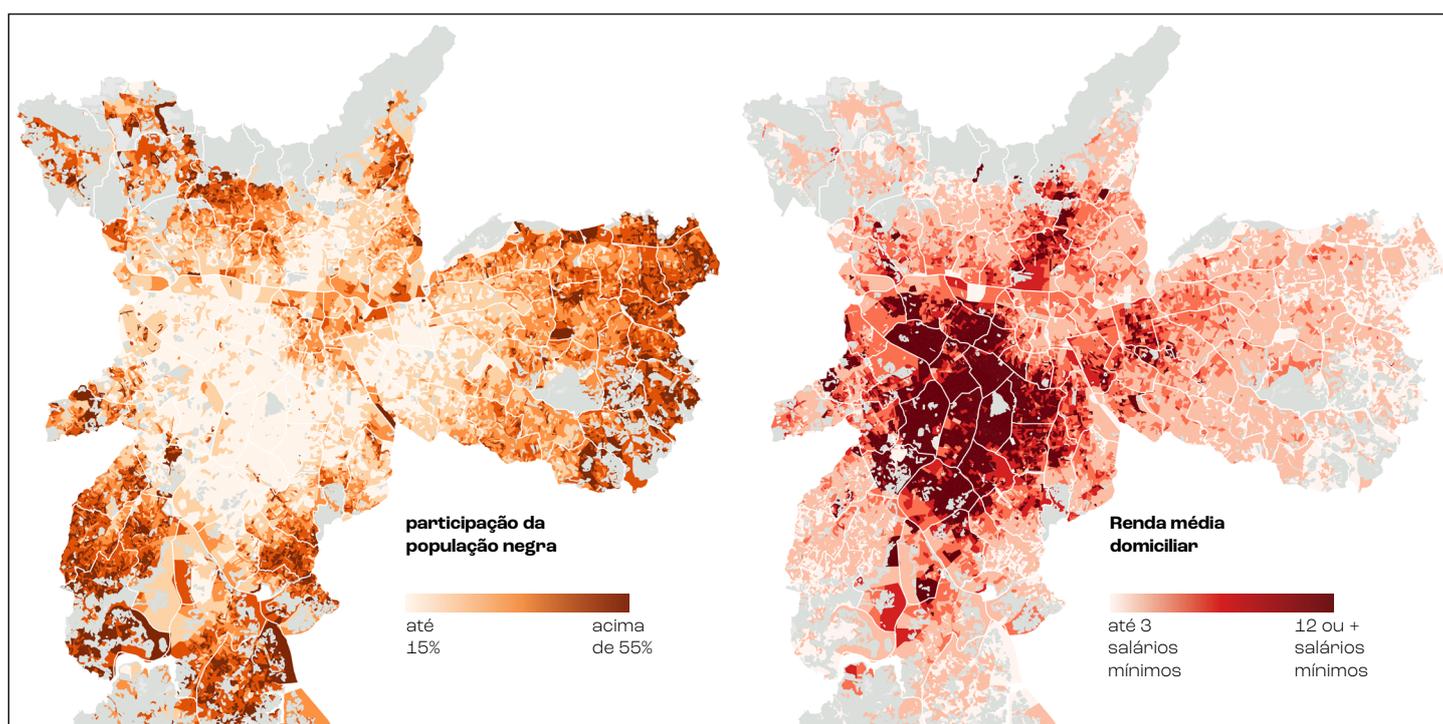


Figura 40. À esquerda: mapa com a participação da população negra, por setor censitário; à direita: mapa com a renda média domiciliar. (Fonte: Censo 2010, IBGE / Elaboração: Instituto Pólis).

A distribuição de monumentos na cidade de São Paulo se caracteriza por uma elevada concentração não somente porque existem mais obras em alguns lugares do que em outros, mas também porque existem muitas regiões onde não há monumento algum. Muitas delas são regiões populosas, densas, de menor renda e/ou de maior concentração da população negra. Trata-se de uma concentração espacial baseada na ausência de obras e outros elementos artístico-paisagísticos que atuem na construção de memórias coletivas e narrativas históricas.

Figura 41. Concentrações espaciais de monumentos de figuras masculinas e figuras femininas. (Elaboração: Instituto Pólis).

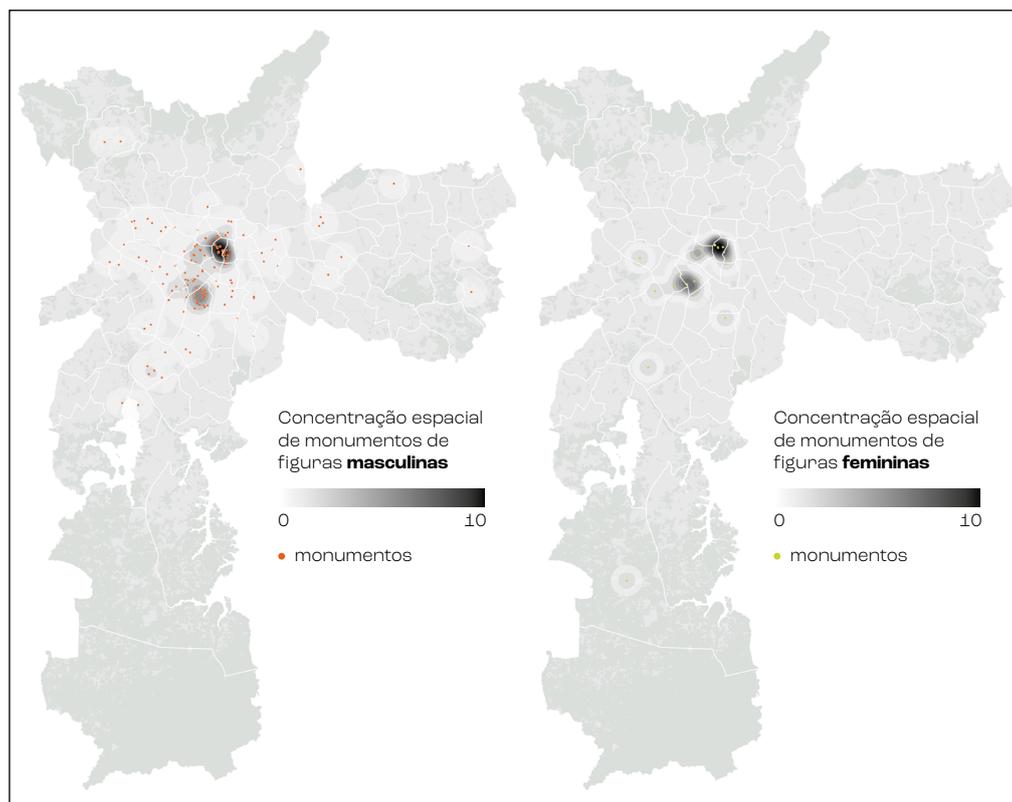


Figura 42. Concentrações espaciais de monumentos de figuras negras e figuras indígenas. (Elaboração: Instituto Pólis).

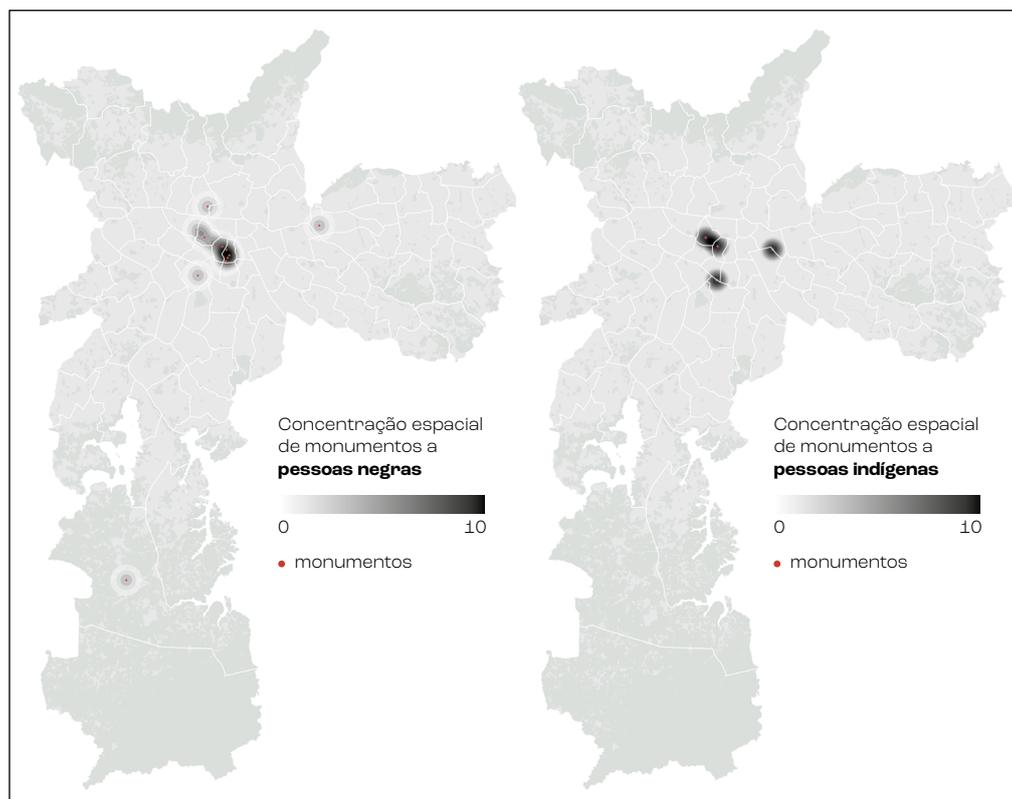


Figura 43. Concentrações espaciais de monumentos de figuras controversas e figuras não controversas. (Elaboração: Instituto Pólis).

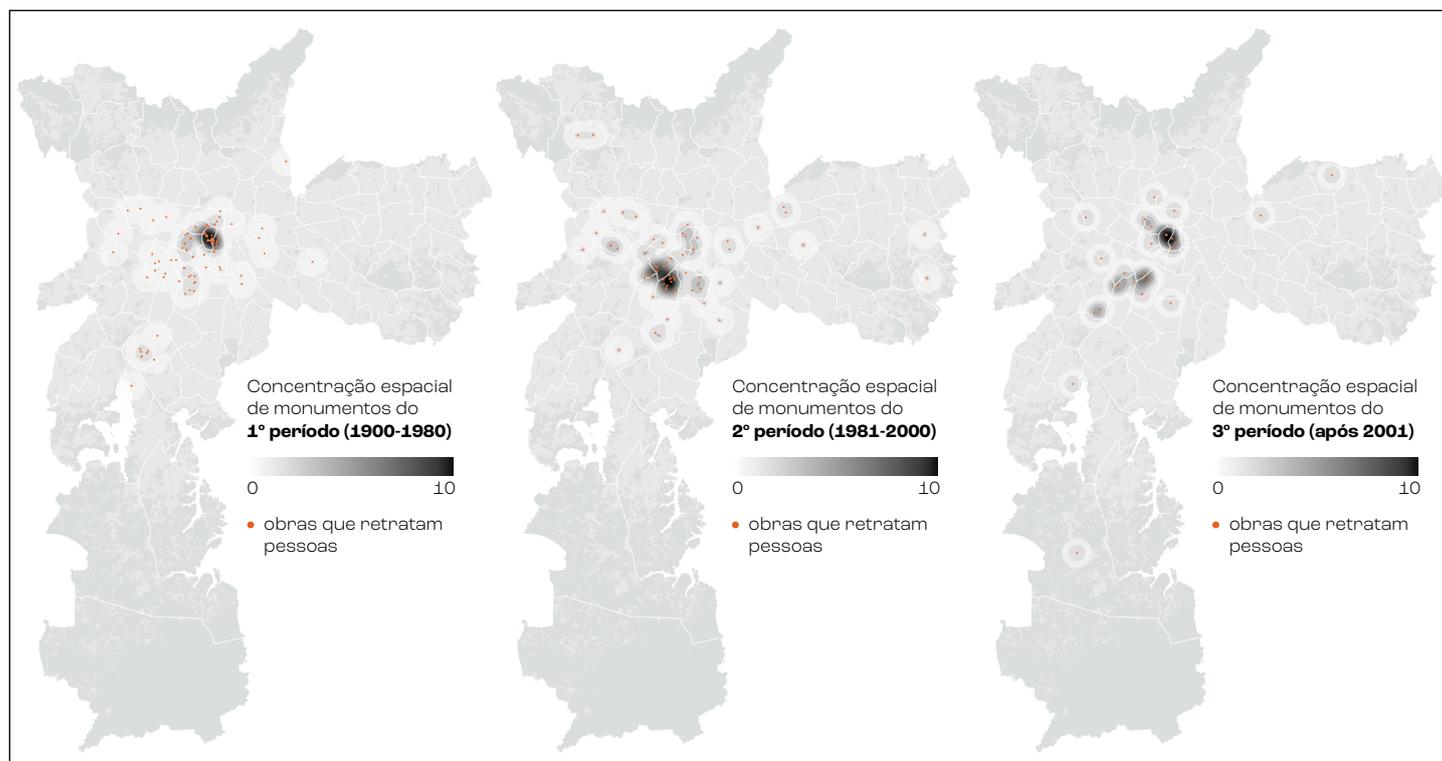
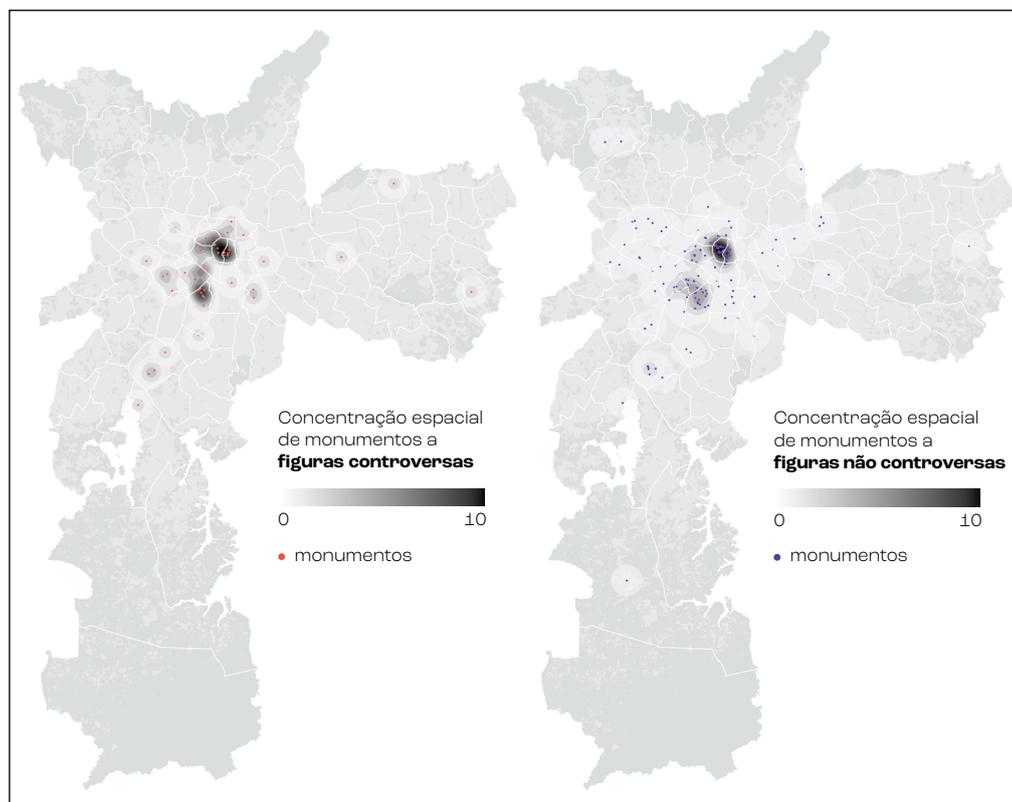


Figura 44. Concentrações espaciais de monumentos segundo o período histórico. (Elaboração: Instituto Pólis).

O período de **formação das identidades brasileira e paulista**, até 1980, apresenta a maior concentração na região central. O padrão é, de certa forma, esperado, já que a cidade, nas primeiras décadas do século XX, tinha extensões mais reduzidas e, por isso, a locação das obras é vista, hoje, com mais centralizada. No entanto, já neste período observa-se algumas concentrações secundárias do quadrante mais rico da cidade e, em especial, na região do Ibirapuera, onde parque e outras obras promoveram as comemorações do IV Centenário nos anos 1950.

O período de **saudosismo de um passado (in)glorioso**, entre 1981 e 2000, é aquele que mais inaugurou monumentos à sudoeste do centro, principalmente no Parque Ibirapuera (Moema) e em bairros do Jardim Paulista. Com as mudanças de paradigmas, a partir de 2001, observa-se um acúmulo de monumentos inaugurados na região central, reproduzindo o mesmo padrão de concentração territorial que se nota no conjunto total de obras. Se há alterações paradigmáticas neste último período, elas, definitivamente, não se aplicam à localização dos monumentos na cidade. Da mesma forma, monumentos a pessoas negras e a mulheres têm maior densidade no centro (Sé e República) e não sugerem mudança nas tendências de localização. Monumentos a pessoas indígenas são pouco numerosos para avaliar seu padrão territorial, mas as quatro obras existentes também não indicam concentrações muito distintas dos demais grupos, a não ser pelo fato de que sua localização mais central está entre os distritos da República e Santa Cecília.

Mesmo que a região central seja local de trabalho de milhões de pessoas e que concentre as principais conexões das infraestruturas de transporte da metrópole, é questionável que não haja tantos monumentos nas demais áreas da cidade, sobretudo as mais populosas. Também é questionável que a única região, fora do centro, a concentrar espacialmente um conjunto significativo de monumentos seja local de moradia da elite econômica. A concentração de monumentos nessas áreas não é fruto do acaso ou do descuido: é um projeto político que só concede o direito à memória para a elite branca da cidade, concentrando obras em seus territórios de privilégios. De certa forma, trata-se de uma mentalidade discriminatória, introjetada no planejamento estatal e nas intervenções públicas, que reflete preconceitos elitistas e racistas, como se a população pobre e periférica não tivesse a “erudição” necessária para apreciar monumentos ou, pior, não tivesse autodeterminação e capacidade de produzir suas próprias obras e memórias.

Entende-se que uma concentração menos desproporcional configuraria uma distribuição mais democrática. Mas é importante que, além

de mais bem distribuídas, essas obras também sejam mais representativas e colaborem para a construção de imaginários e memórias, principalmente, na contestação de narrativas hegemônicas que perpetuam estereótipos distorcidos ou que propagam homenagens controversas a figuras violentas.

Também é importante considerar que a falta (ou baixa concentração) de monumentos em territórios populares pode tanto representar a ausência real de obras desse tipo, quanto a falta de reconhecimento de outras formas de produção e de intervenção que também têm potencial de discutir e construir aspectos da história e da memória coletivas. Se mapeados, grafites ou outras formas de expressão artística e cultural poderiam expressar uma geografia completamente diferente daquela observada a partir da listagem oficial de monumentos da Prefeitura.

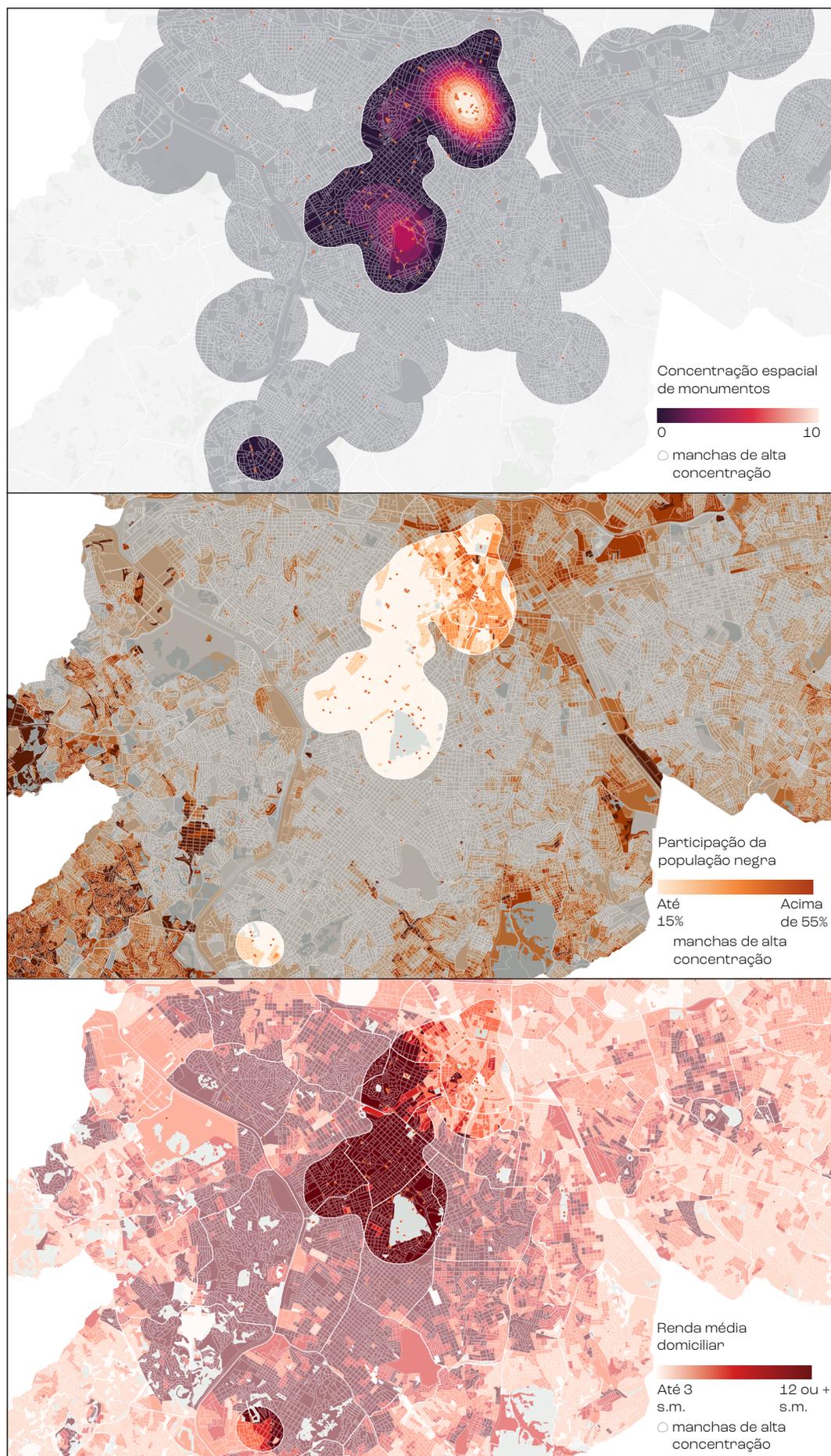
5.4 Diferenças entre as aglomerações de monumentos

Como mencionado anteriormente, o papel econômico, histórico, cultural, urbanístico e simbólico do centro poderia justificar sua grande concentração de monumentos. Esse argumento, contudo, requer mais elementos para avaliar se tal aglomeração de monumentos estaria de acordo com algum sentido democrático quanto à distribuição das obras. Quem essas obras representam?

Dos 83 monumentos da aglomeração na região central de São Paulo, 68 retratam homens (82%), apenas 9 retratam figuras femininas (11%) e 6 representam os dois gêneros (7%). Trata-se de uma proporção não muito diferente da observada no conjunto total da cidade: 83% de homens e 9% de mulheres.

Quanto aos grupos raciais, 61 monumentos representam pessoas brancas (73%), 4 pessoas asiáticas (5%), 2 pessoas indígenas (2,5%) e 9 retratam mais de uma raça ou pessoas sem raça identificada (11%). Na aglomeração central, há 7 obras de pessoas negras, ou 8%, proporção um pouco acima da média municipal de 5,5%. Apesar da diferença entre as porcentagens, a proporção de monumentos a pessoas negras na região central ainda é desproporcionalmente baixa e reproduz a lógica de sub-representação da população preta e parda da capital paulista, colocando em xeque um suposto caráter democrático da alta densidade de monumentos na região central de São Paulo.

Figura 45. Mapas comparativos entre a concentração espacial de monumentos, a participação da população negra e a renda média domiciliar. (Fonte: Geosampa, PMSP, 2022; Censo 2010, IBGE / Elaboração: Instituto Pólis).



A sub-representação da população negra é ainda mais acentuada na aglomeração de monumentos do Parque Ibirapuera e bairros do entorno. Das 35 obras, 25 são homenagens a pessoas brancas (71%), 5 a pessoas asiáticas (14%) e nenhuma retrata pessoas pretas ou pardas. A relação de gênero também é amplamente desfavorável nessa região: apenas 4 monumentos representam mulheres (11%) e 28 representam homens (80%). 3 obras retratam os dois gêneros simultaneamente (9%). Vale ainda mencionar uma aglomeração secundária no distrito de Santo Amaro, zona sul. São apenas 7 monumentos – todos eles muito próximos entre si – sendo que nenhum representa pessoas que não sejam brancas³¹ e apenas um representa, exclusivamente, a figura de uma mulher: a estátua de Iguatinga na Biblioteca Prestes Maia.³² Tais leituras sugerem que a sub-representação de figuras não brancas e não masculinas tende a ser maior nessas áreas de concentração da elite branca.

31. Das 7 obras uma não teve sua reação identificada.

32. Das 7 obras, 2 representam homens e mulheres no mesmo monumento.

5.5 Tipo de usos e atividades

O tipo de inserção que um monumento tem na cidade, assim como modos de sua contemplação, estão vinculados não apenas a sua localização, mas também às dinâmicas locais de uso do solo. Áreas mais movimentadas durante o dia, como centralidades de comércio e serviços, podem oferecer um grande fluxo de pessoas no entorno de um monumento, ao passo que áreas mais residenciais podem ter o efeito contrário e implicar um contingente menor de potenciais observadores e observadoras das obras expostas.

A inauguração de monumentos em áreas com predominância de determinado tipo de uso do solo pode definir tendências e revelar um projeto político, subentendido na escolha do local de cada obra. O primeiro período, de **formação das identidades brasileira e paulista**, registrou a maior proporção de monumentos instalados em áreas cujo entorno imediato é predominantemente ocupado por equipamentos públicos ou usos institucionais: 25 de 31 (80%). São monumentos cercados por bibliotecas, escolas, equipamentos esportivos, culturais ou edifícios oficiais de estado. Suas visibilidade e contemplação estão, de certa forma, atreladas às dinâmicas impostas por esses equipamentos, podendo influenciar e serem influenciados pelo prestígio desses locais. No entanto, esse tipo de inserção é desigualmente aproveitada, já que 80% das obras em áreas de equipamentos e usos institucionais representam homens. Pessoas brancas também são retratadas na mesma proporção, 80%.

O segundo período, do **saudosismo de um passado (in)glorioso** aumentou significativamente a participação das obras instaladas

em áreas residenciais. Dos 67 monumentos inaugurados no segundo período, 17 foram instalados em áreas de uso predominantemente residencial, o que corresponde a 25%. No primeiro período, essa porcentagem foi de 18% e no terceiro, de 17%. Os números sugerem uma mudança de padrão entre 1981 e 2000, quando aumentou a proporção de obras alocadas fora de áreas institucionais, equipamentos públicos ou de centralidades de comércio e serviços.

Essa tendência de “residencialização” dos monumentos da cidade pode ser reflexo do momento social e político do segundo período, mas não indica qualquer mudança quanto ao padrão de representatividade das figuras representadas: 76% de homens e 81% de pessoas brancas. Também é importante observar que o aumento proporcional de monumentos em áreas residenciais não resultou em uma maior democratização da sua distribuição territorial já que apenas 1 monumento (do total de 43) está localizado em uma área classificada como “de baixo padrão.”

No terceiro período, observa-se um aumento proporcional de monumentos instalados em áreas com predominância de comércio e serviços, sejam elas na região central de São Paulo ou em centralidades de bairro da capital. Dos 29 monumentos do período de **mudanças de paradigmas**, 15 estão em locais com predominância de comércio e serviços, ou 51%. Essa proporção é de 22% no primeiro período e de 25% no segundo. A tendência de alocar mais monumentos em áreas com grande fluxo de pessoas pode refletir uma estratégia para aumentar a exposição das obras, mas cabe o questionamento: mais pessoas passando pelos monumentos significa que mais pessoas irão contemplá-los? De todo modo, é importante reconhecer que, dos 15 monumentos instalados em centralidades comerciais nesse período, 6 representam pessoas negras (40%) e outras 6 representam pessoas brancas (40%): trata-se de uma equivalência que não se observa em outros tipos de uso do solo ou períodos.

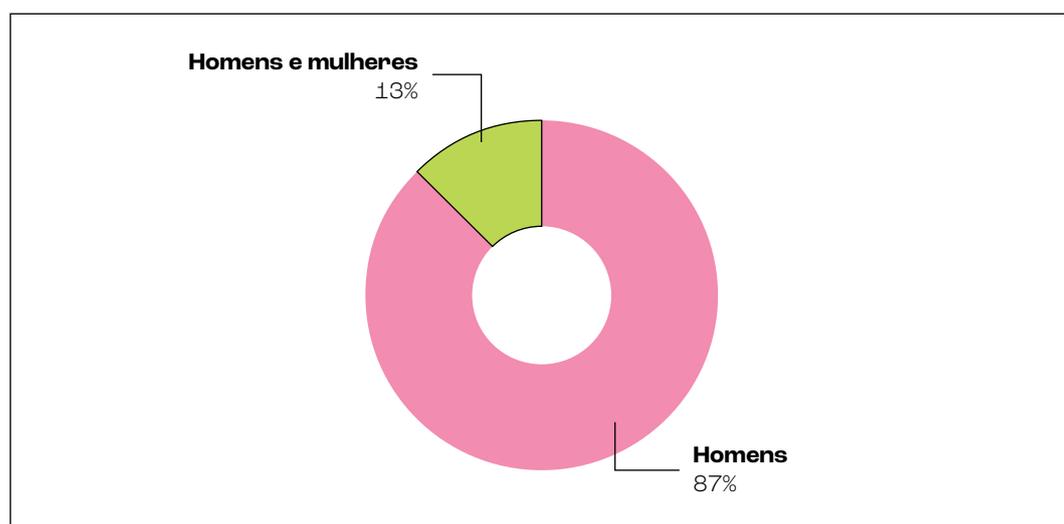
Além disso e independentemente dos períodos de análise, os monumentos dedicados a pessoas pretas e pardas estão mais presentes em locais com predominância de comércio e serviços (66%). Os monumentos de pessoas asiáticas, por outro lado, estão mais presentes em áreas de uso misto, com metade das obras em áreas cujos usos terciários se misturam com o uso residencial. As imagens de pessoas brancas estão em uma maior variedade de locais, quanto ao seu uso do solo, e estão instaladas em áreas de comércio e serviços (24%), de uso misto (23%), e uso residencial de alto padrão (22%), de uso institucional com equipamentos (16%) e locais onde a predominância do uso se dá pela existência de parques urbanos (9%). É interessante pensar que essa diversidade de inserções também deva ser algo de-

sejado quando do planejamento e instalação de novos monumentos, sobretudo, daqueles que têm o potencial de subverter narrativas hegemônicas ou o padrão de sobre-representação de homens brancos.

5.6 O Perfil da Controvérsia

É possível afirmar que a controvérsia entre os monumentos de São Paulo tem raça e gênero. Dos 48 monumentos que retratam pessoas controversas, nenhum presta homenagens a figuras femininas, ao passo que 42 são dedicados a homens (87%). O restante (13%) mistura figuras femininas e masculinas na mesma obra. Se por um lado os monumentos fazem parecer, errônea e forçadamente, que as mulheres não têm seu lugar na memória (apagando-as da história que é contada por obras urbanas), por outro, eles demonstram quão controversa é a participação de homens em eventos históricos, supostamente, definidores de nossa identidade e nossa memória.

Figura 46. Gráfico com a participação por gênero das figuras controversas. (Elaboração: Instituto Pólis).



Dos 42 monumentos controversos de homens, apenas 1 tem origem asiática (árabe) e todos os demais são brancos. As controvérsias estão intimamente ligadas a relações de poder em que predomina o domínio branco e patriarcal, mas também estão relacionadas à nossa incapacidade de rever e repensar a forma como construímos nossas identidades, como contamos nossas histórias, como reproduzimos narrativas hegemônicas e como produzimos e preservamos nossa memória, a qual continua exaltando homens brancos, mesmo quando sua biografia é definida por contradições e violências. É urgente rever os modelos e as figuras que nos inspiram e nos levam a homenagens tão eloquentes quanto permanentes. Para tanto, é preciso não apenas rever as figuras que são retratadas, mas também a forma como o fazem. Monumentos a figuras controversas têm mais destaque na

paisagem, porque apresentam a maior média de altura (5,28m), mas também porque estão alocados em praças, parques e canteiros onde a visibilidade é mais ampla e garante uma presença mais imponente.

5.7 Homenagens nomiais

A compreensão de quem os monumentos de São Paulo representam demonstra os valores e a narrativa histórica que a elite paulista buscou imputar como memória coletiva. Especialmente no que diz respeito ao período da formação das identidades brasileira e paulista, os personagens escolhidos para serem representados no espaço público da cidade reforçam a dominação discursiva, histórica e simbólica das elites cafeeira e industrial, que sempre se basearam em uma organização patriarcal e racializada.

Nesse período, dos 91 monumentos que retratam homens, 76 (83%) prestam homenagem nominal a homens do passado – dessas, 71 obras são dedicadas a homens brancos. Por outro lado, apenas 2 obras fazem o mesmo a mulheres (18%), sendo que as duas homenageadas nominalmente são brancas. Dentre as 3 figuras negras representadas, apenas 1 (de um homem) corresponde a uma homenagem nominal. Ainda que, entre os monumentos às pessoas indígenas, haja 1 (de 4) em homenagem a Ubirajara, trata-se de um nome próprio que faz referência a um herói fictício do romance homônimo de José de Alencar (Fluminhan, 2022).

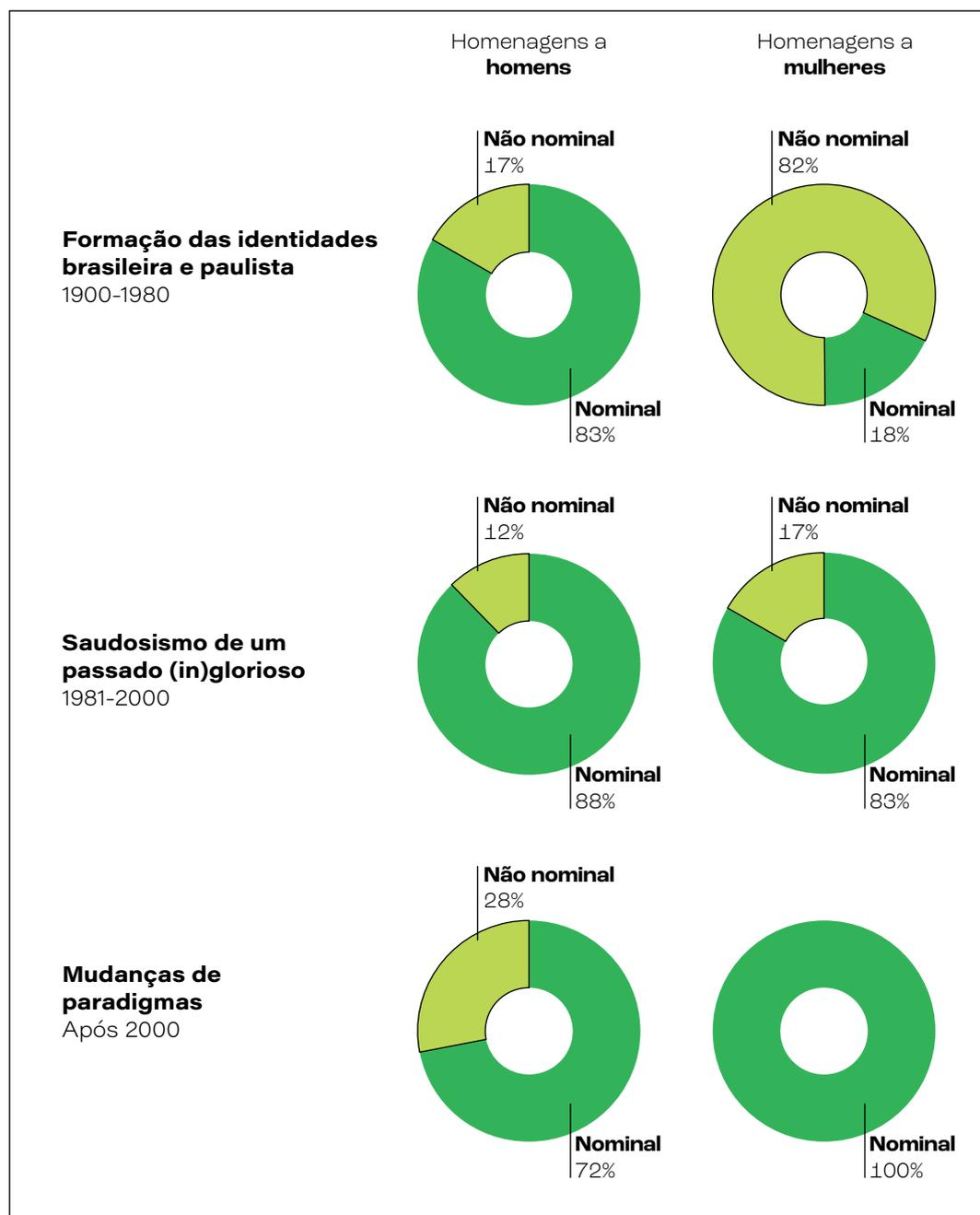
Assim, fica claro que, durante a formação das identidades brasileira e paulista, a elite local investiu no reconhecimento histórico de homens brancos, sobretudo de personagens que contribuíram ao mito das glórias desbravadoras que, supostamente, fundaram o país, assim como o Estado de São Paulo. Às mulheres, não cabia honraria ou qualquer papel de reconhecimento nessa memória masculinizante. Nesse mesmo período, a representação de figuras negras e indígenas no espaço público reconheceu a contribuição dessas raças à identidade nacional, através, contudo, de uma visão estereotipada e racista, proposta pela classe dominante branca. Não à toa, sua representação na cidade se limitou a figuras genéricas estereotipadas e, no que diz respeito aos indígenas, a personagens lendários construídos a partir do imaginário do homem branco.

Nos anos seguintes, é possível observar que esse controle da narrativa pela elite paulista vai, paulatinamente, disputando espaço com outras narrativas. Durante o saudosismo de um passado (in)glorioso, 58 monumentos homenagearam homens, sendo que 51 deles o fizeram nominalmente (88%): 42 a homens brancos, 6 a homens asiáticos e

33. Não foi possível identificar, com segurança, a raça de 2 homens nominalmente homenageados. Pelo nome próprio e de família, supõe-se que também sejam homens.

Figura 47. Gráficos com a participação de homenagens nominais e não nominais, segundo o gênero, por períodos históricos. (Elaboração: Instituto Pólis).

apenas 1 homem negro.³³ Nesse mesmo período, as homenagens nominais a mulheres alcançaram maior equidade. Dos 6 monumentos que representam mulheres, 5 são dedicados nominalmente (83%); todos a mulheres brancas. O mesmo ocorre com as homenagens aos asiáticos, já que todos os 6 monumentos erguidos a esse grupo no período são nominais.



Ainda no período de **saudosismo ao passado (in)glorioso**, a única estátua erguida a uma pessoa negra é dedicada nominalmente a um homem: o político assassinado pela Ditadura Militar, Carlos Marighella (1999). A mudança de tendência se confirma no período seguinte

(de **mudanças de paradigmas**), quando 7, das 8 as figuras negras, são nominalmente homenageadas (87%), sendo 2 mulheres e 5 homens. Neste período mais atual, todas as 3 obras dedicadas a figuras femininas são homenagens nominais a mulheres, enquanto 18 monumentos homenageiam nominalmente homens, de um total de 25 figuras masculinas (72%).

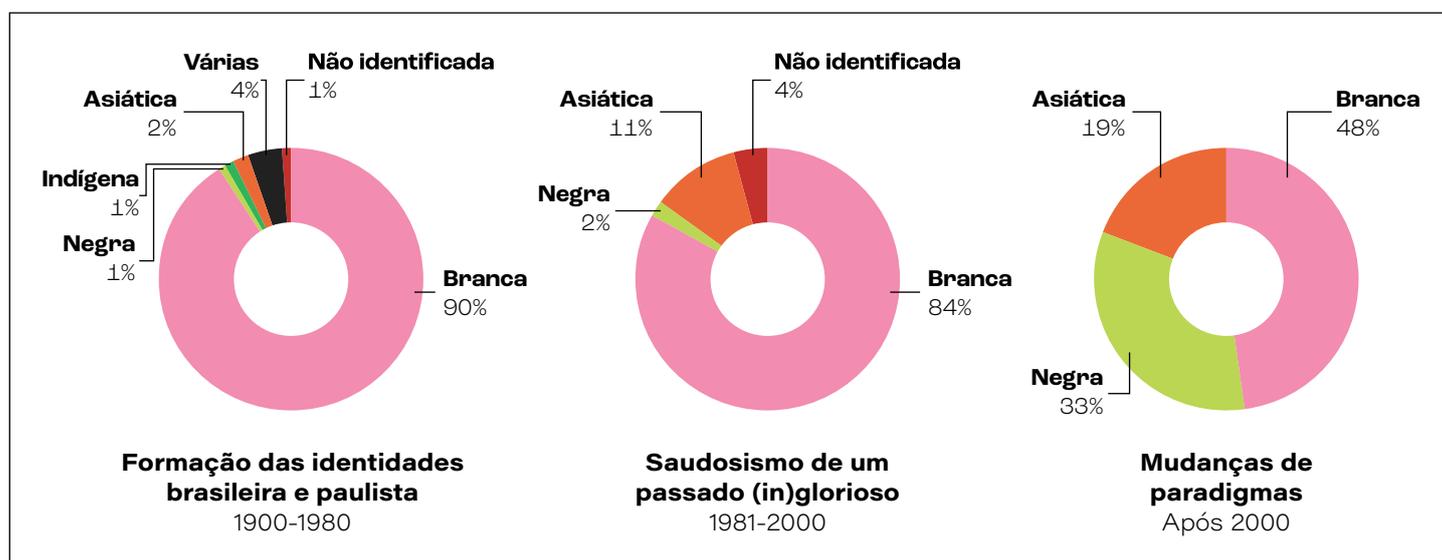


Figura 48. Gráficos com a participação de raça/cor ou etnia por períodos históricos. (Elaboração: Instituto Pólis).

Ao longo dos três períodos, houve uma mudança importante na forma como pessoas negras têm sido retratadas por monumentos: em vez de figuras sem nome e presas a estereótipos racistas, como a Mãe Preta do Largo do Paissandu (1953), as homenagens passaram a ser direcionadas a pessoas específicas, reconhecendo sua relevância e seu papel histórico como, por exemplo, o monumento a Zumbi (2016), a Tebas (2020) e Carolina Maria de Jesus (2022).

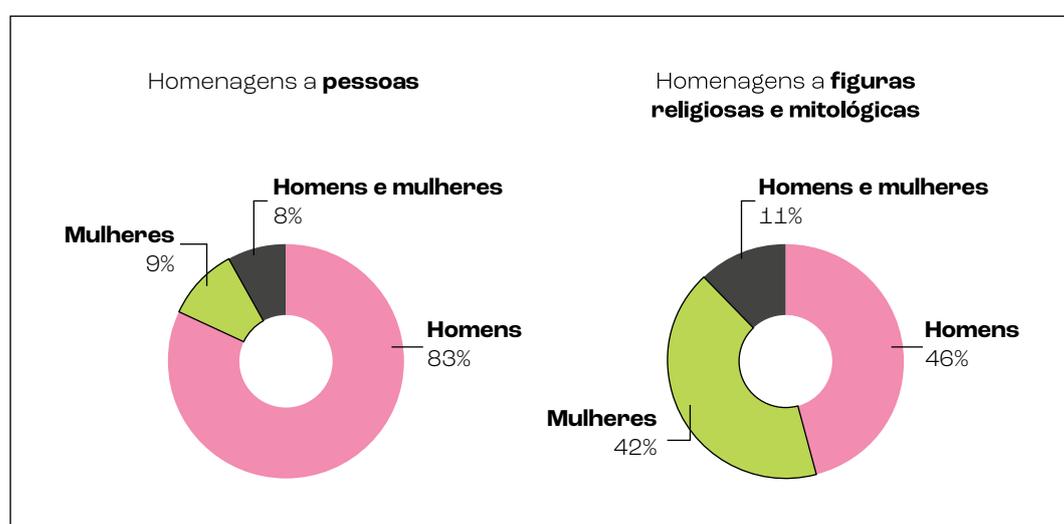
Apesar das mudanças de tendências, é preciso reconhecer que as homenagens a mulheres seguem mais genéricas do que aquelas dedicadas a homens. Nos três períodos de análise, 10 monumentos homenageiam nominalmente mulheres, o que corresponde a 50% do total, sendo que dois deles prestam honrarias a mesma pessoa: a tenista Maria Esther Bueno (1960 e 1999). Essa proporção é significativamente maior entre homens: dos 174 monumentos que retratam figuras masculinas, 145 se dedicam nominalmente a homens, ou 83%. Portanto, além da sub-representação numérica e da menor participação de artistas do sexo feminino, os monumentos dedicados a mulheres são, comparativamente, mais genéricos, dedicados a imagens sem nome, mais sujeitos a estereótipos e sem história própria.

O reconhecimento da contribuição histórica a homens brancos – ainda que questionável – é mais palpável porque é concedido nominalmente pelos monumentos que os homenageiam.

5.8 O Gênero na Mitologia e Religião

Curiosamente, a desigualdade de gênero não se expressa da mesma forma entre os monumentos que homenageiam **figuras religiosas e mitológicas**. Trata-se de uma categoria que não se enquadra no conjunto de monumentos analisados de forma aprofundada por este estudo (de **peessoas**), mas, ainda assim, vale comentar que, do total de 26 estátuas, 11 retratam figuras femininas (42%), 12 retratam figuras masculinas (46%) e 3 retratam figuras dos dois sexos (11%). "Nossa Senhora" é a divindade/santidade (ou simplesmente mito religioso) mais homenageado entre figuras femininas, com 4 monumentos.

Figura 49. À esquerda: gráfico da participação por gênero dos monumentos da categoria "peessoas"; à direita: gráfico de participação por gênero dos monumentos da categoria "figuras religiosas e mitológicas". (Elaboração: Instituto Pólis).



Apesar do maior equilíbrio, deuses, santos e outras figuras masculinas de adoração têm maior média de altura: 2,92 metros. Monumentos feitos em homenagens a divindades e santidades femininas têm 2,12 metros de altura média, 27% menor que a das figuras masculinas. De todo modo, é curioso que as honrarias a figuras femininas sejam, proporcionalmente, menos numerosas quando destinadas a figuras humanas e terrenas do que quando feitas a alguma figura mitológica ou religiosa. O dado sugere que o espaço de reconhecimento das mulheres na história real e na memória da cidade é muito mais negligenciado se elas não se enquadram em figuras mitológicas, em alguma fé ou outro tipo de adoração.

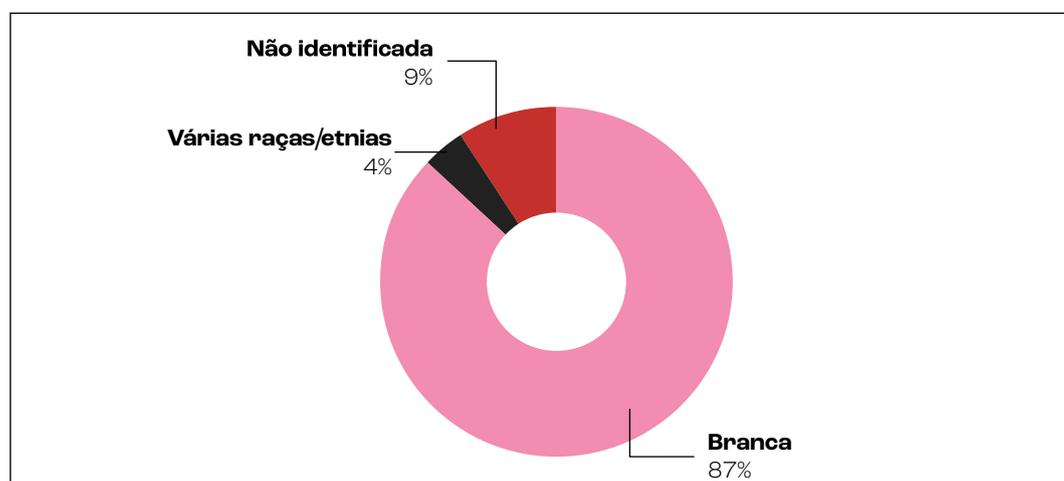
5.9 Visibilidade e presença desiguais

A presença negra e indígena nos espaços de memória da cidade, através dos monumentos, ainda é flagrantemente desigual. A quantidade de estátuas erguidas a pessoas brancas, em especial a homens, é desproporcionalmente maior que qualquer outro grupo, mas esse é apenas um dos vários fatores responsáveis pelas desigualdades entre obras que homenageiam pessoas brancas e não brancas.

Conforme comentado anteriormente, o porte, ou altura, dos monumentos é um desses fatores. Um exemplo comparativo bem ilustrativo é a altura dos monumentos a homens brancos, que têm 3,48 metros de altura média, enquanto os de mulheres negras têm 2,16 metros – 38% menores. No entanto, o local em que tais obras se inserem também é elemento constitutivo de sua visibilidade e presença no espaço e no imaginário urbano.

Os parques da cidade, por exemplo, são dedicados quase exclusivamente à memória de pessoas brancas. Dentre os 23 monumentos localizados em parques, 20 são homenagens a pessoas brancas (87%), apenas 1 compila mais de uma raça e outros 2 não tiveram sua raça determinada.

Figura 50. Gráfico da participação por raça/cor ou etnia dos monumentos localizados em parques. (Elaboração: Instituto Pólis).



Os parques são locais de atração de pessoas, agregam vários usos de lazer, de recreação, de práticas esportivas e/ou culturais. Diferentemente de outros locais públicos, não são espaços de passagem, mas de permanência. Quando se percorre a cidade, os parques são um fim e não um meio. Para a maioria da população, seu uso é mais eventual e específico, o que os coloca em uma condição de maior destaque ou importância, quando comparados a locais mais corri-

queiros. Independentemente das obras que eles possam conter, os parques integram o imaginário da cidade e alguns deles têm um lugar tão privilegiado que, não raramente, expressam o que é – ou o que gostaríamos que fosse – a cidade de São Paulo em imagens e discursos.

Se existe, no entanto, alguma vantagem de visibilidade, de presença e de destaque conferida por um parque urbano a estátuas e outros tipos de obra, tal vantagem nunca foi concedida a monumentos que homenageiam pessoas pretas e pardas. Não apenas há uma predominância desproporcional e injustificável de monumentos a brancos e brancas, como também figuras controversas povoam, de maneira significativa, os parques de São Paulo. Dos 23 monumentos em parques, 10 são controversos (43%), com altura média de 4,30 metros – quase um metro mais alto que a média municipal de 3,37.

Curiosamente, a tendência temporal mostra que a alocação de monumentos em parques já foi algo mais frequente no passado do que é hoje. No primeiro período, de **formação das identidades brasileira e paulista**, 13 monumentos foram erguidos em parques: 1,6 por década. No segundo período, de **saudosismo ao passado (in)glorioso** foram 7 (3,5 por década) e, no período atual de **mudanças de paradigmas**, apenas 3 obras foram instaladas em parques (1,5 a cada década).

Monumentos em **calçadas**, por outro lado, parecem ser uma solução mais recorrente nos últimos anos. No último período, 4 monumentos foram inaugurados em calçadas (2 por década). É a mesma quantidade de obras instaladas em calçadas no primeiro período que, no entanto, compreende oitenta anos, quatro vezes mais que o período atual. No entanto, é no primeiro período que foi erguido o maior monumento em calçadas de São Paulo: a homenagem a Anhanguera, bandeirante e figura controversa, cuja estátua tem cerca de 5 metros e foi localizada na calçada da Avenida Paulista, em frente ao MASP (Museu de Arte de São Paulo).

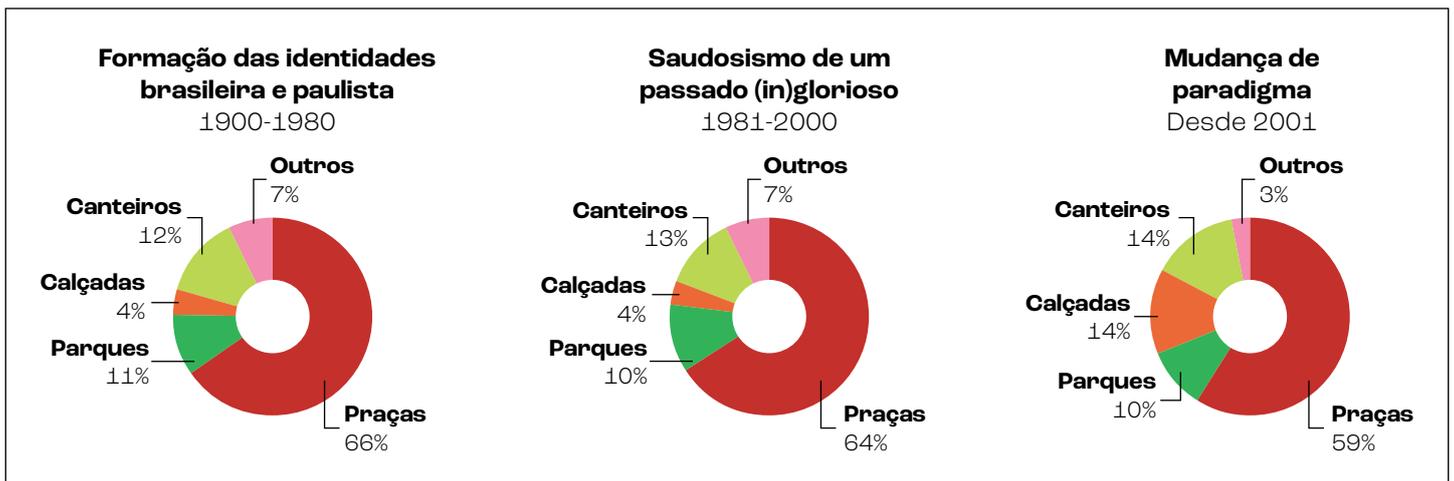


Figura 51. Gráficos com a participação dos tipos de espaço, por período histórico. (Elaboração: Instituto Pólis).

Canteiros e rotatórias foram mais utilizados para inaugurar monumentos em meados do século passado, mas seu uso tem sido menos frequente atualmente. Foram 14 obras no primeiro período (1,75 por década), sendo que, entre 1951 e 1980, 10 obras foram inauguradas em canteiros e rotatórias (3,33 por década). No segundo período, foram (4,5 por década) e apenas 4 no período atual (2 por década).

Canteiros centrais, assim como rotatórias e alças viárias são áreas residuais do sistema viário por onde trafegam veículos motorizados. Por essa razão, são áreas menos apropriadas ou totalmente inóspitas para pedestres. Entretanto, suas dimensões físicas, não raramente, favorecem a instalação de obras maiores, que podem ser vistas e apreciadas a maiores distâncias e, por isso, independem da qualidade do espaço livre em que se inserem para se fazerem observadas. Essas características são mais propícias à instalação de grandes obras e esculturas, como é o caso do Obelisco do Ibirapuera³⁴, que tem 72 metros de altura e é o maior monumento da cidade.

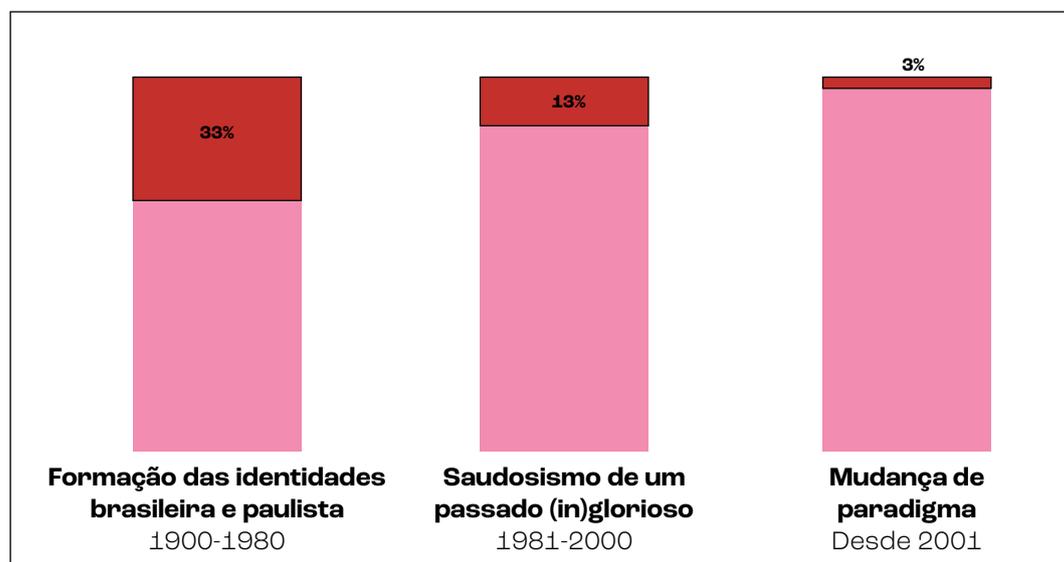
34. "Obelisco e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932".

De fato, os monumentos instalados em canteiros e rotatórias apresentam maior média de altura, 6,66 metros, e gozam de outros elementos espaciais para se imporem de forma mais persuasiva na paisagem. A distância do ponto em que estão instalados até as construções mais próximas evita que o ambiente construído do entorno crie ruídos paisagísticos, diminuindo eventuais interferências visuais. Nesse sentido, é preocupante que tais áreas sirvam tão predominantemente a obras que homenageiam pessoas brancas. Do total de 27 monumentos, 21 retratam pessoas brancas (só uma é mulher), o que corresponde a 78%. Pessoas asiáticas, indígenas e sem raça identificada têm, cada uma, 1 obra instalada em canteiros. Os monumentos que retratam mais de uma raça ou etnia em canteiros e rotatórias somam 3 obras (11%), mas não há pessoas negras retratadas nesse tipo de local.

É ainda mais preocupante o fato de que 11, dos 27 monumentos, pres-

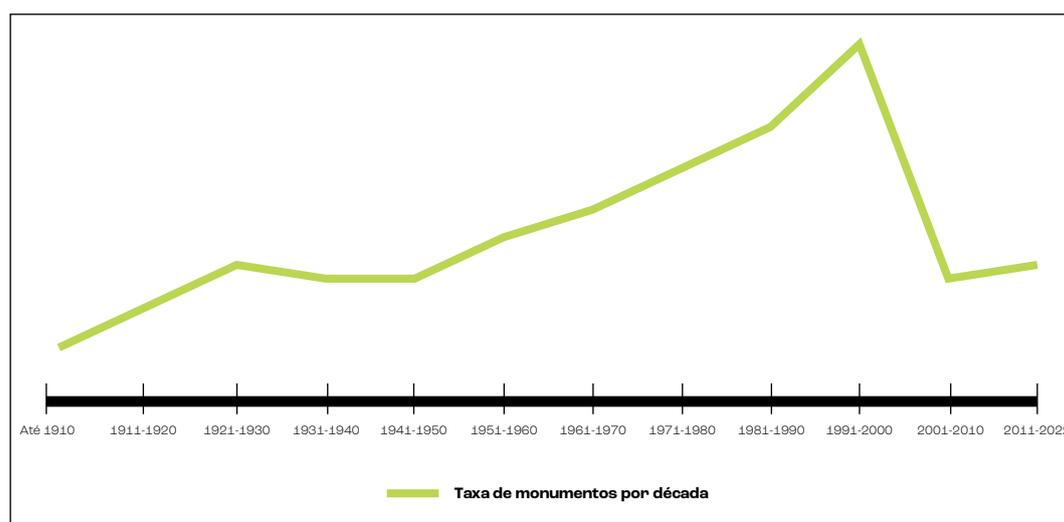
tam homenagens a figuras controversas (41%). A média de altura desses monumentos é de 5,25 metros. Canteiros e rotatórias – amplos e visualmente desimpedidos – são, portanto, espaços mais associados a monumentos de grande porte e a honrarias dedicadas a pessoas controversas, como Borba Gato (canteiro da Av. Santo Amaro), Anchieta (canteiro da Avenida Paes de Barros) ou Monumento às Bandeiras (rotatória em frente ao Pq. Ibirapuera).

Figura 52. Gráficos com a participação das figuras controversas, por período histórico. (Elaboração: Instituto Pólis).



As praças são os locais mais comuns para instalação de monumentos na cidade de São Paulo. Assim como os demais locais, o ápice de alocação de monumentos em praças também ocorreu no segundo período, entre 1981 e 2000, com uma média de 21,5 obras a cada década.

Figura 53. Gráfico com a razão da quantidade de monumentos construídos por década. (Elaboração: Instituto Pólis).



Diferentemente de parques ou canteiros e rotatórias, as **praças** são espaços mais propícios a uma distribuição de monumentos menos desigual em termos de raça e gênero. Do total de 135 obras, 96 são

dedicadas a pessoas brancas (71%). Ainda é uma porcentagem elevada, mas é possível observar que a participação de monumentos a pessoas negras e indígenas é mais relevante: 31% e 2% respectivamente.

Dos 20 monumentos que retratam mulheres na cidade de São Paulo, 15 estão em **praças**. Essas 15 obras correspondem a apenas 11% do total de monumentos erguidos em praças, o que, novamente, aponta para uma desigualdade de gênero ainda mais profunda do que a racial – mesmo com as recentes mudanças de paradigmas.

As praças têm dimensões de um quarteirão ou até menos. Algumas delas são canteiros centrais qualificados ao acesso e ao uso de pedestres. Estão muito mais presentes e distribuídas pela cidade do que os parques, por exemplo. Por sua inserção no tecido urbano e por sua relação com as dinâmicas da cidade, seria possível afirmar que as **praças** desempenham um papel mais cotidiano na vida das pessoas, sobretudo, aquelas que vivem e/ou trabalham no seu entorno, conferindo uma presença também mais cotidiana aos seus monumentos. Nesse sentido, é interessante pensar que imagens de figuras negras e indígenas, e até mesmo as poucas homenagens a mulheres, estejam povoando esse tipo de espaço, mesmo que em quantidades ainda muito insuficientes.

6. Como avançamos no debate?

O estudo sobre os monumentos de São Paulo deixa claro que a elite local obteve sucesso em se inscrever no espaço público e se impor à memória coletiva da cidade com narrativas que reiteram seus valores e reforçam seu ponto de vista histórico. Ainda que as lutas sociais das últimas décadas tenham construído espaços mais democráticos, onde grupos historicamente subjugados, hoje, se fazem presentes e ouvidos, o debate sobre o lugar privilegiado de monumentos controversos na cidade precisa avançar mais. As dificuldades em tramitar e aprovar projetos de lei – em âmbito estadual e municipal³⁵ – que versam sobre a proibição de homenagens a personagens e eventos históricos ligados à prática escravista indicam que as discussões precisam de mais fôlego e maior alcance.

35. PL 404/2020 da deputada estadual Erica Maluguinho (ALESP) e PL 47/2021 da vereadora Luana Alves (CMSP).

36. Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Há um ano, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH)³⁶ divulgou uma lista com 40 monumentos considerados controversos por homenagearem pessoas ligadas à escravidão, aos massacres indígenas, ao período colonial e à ditadura militar. A iniciativa é importante, pois busca responder a um debate global (tanto quanto urgente) sobre direito à memória na cidade, além, claro, de atender às reivindicações da sociedade civil na capital paulista. No entanto, o documento é pouco propositivo, já que a lista divulgada traz apenas o nome dos monumentos controversos, sem dar informações sobre a história dessas personagens – o que permitiria questionar narrativas hegemônicas – ou justificar o motivo da sua controvérsia histórica. Além de impedir um debate mais qualificado e aprofundado, a listagem não indicou pretensões de remover ou mesmo alterar esses monumentos.

Por outro lado, algumas intervenções têm sido mais contundentes e, por isso, mais bem sucedidas em transpor, a diferentes setores da sociedade, o debate sobre direito à memória. É o caso da ação promovida pelo coletivo Revolução Periférica que ateou fogo na estátua do bandeirante Borba Gato em 2021. É o caso, também, de algumas iniciativas do próprio poder público, como o projeto [Vozes Contra o Racismo](#) que promoveu, em 2020, ações culturais de sensibilização, seminários e ciclos de debate para discutir o racismo em diversos eixos temáticos. Dentre as intervenções artísticas, estava a obra [Brasil Terra Indígena](#) idealizada pelo artista Denilson Baniwa, com suporte do [Coletivo Coletores](#), que através de uma projeção – do tipo video-mapping – subverteu a comum dominação simbólica do “Monumento às Bandeiras”:

...símbolo da colonização brasileira e dos bandeirantes – que praticaram genocídio indígena –, imaginando uma outra história para o Brasil. O vídeo começava com uma caravela portuguesa que é naufragada pelas forças da natureza – essas, por sua vez, ocupam o monumento, que também dialoga com a estátua de Pedro Álvares Cabral, localizada a poucos metros do local (Guia Negro, 2020, s.p.).

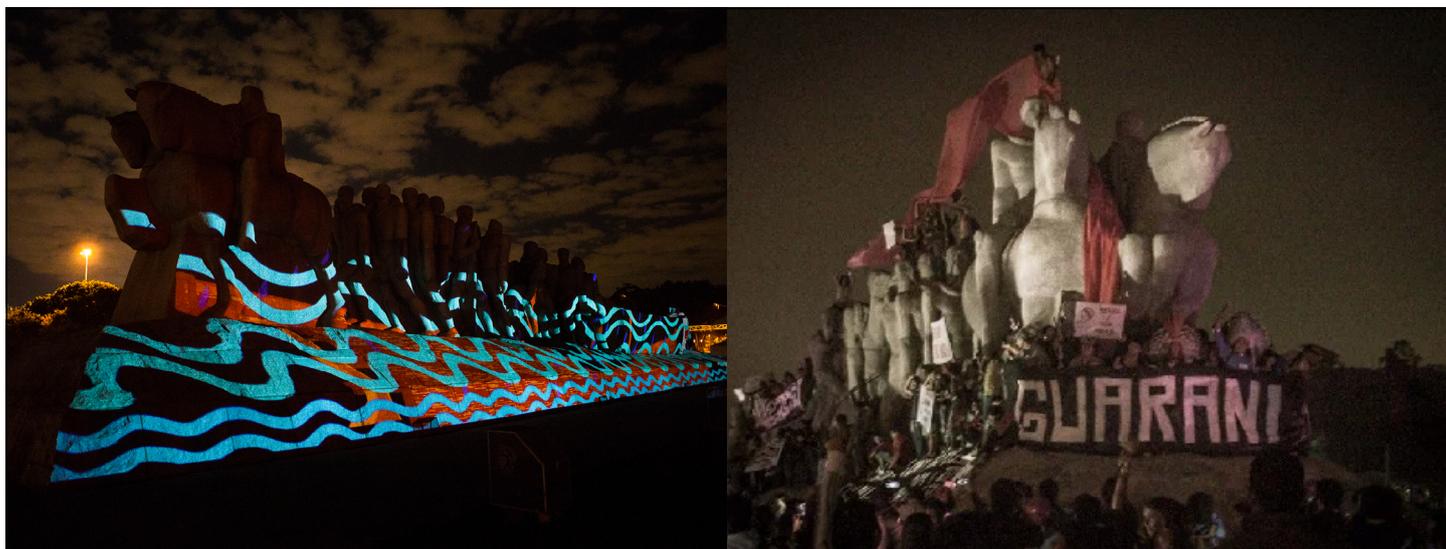
37. Através da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial.

O projeto foi uma iniciativa coordenada entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.³⁷ É um exemplo de como o poder público pode acolher as reivindicações dos movimentos sociais, sobretudo, as pautas transversais como é o caso da luta antirracista, ao mesmo tempo em que articula diferentes setores da administração pública – tradicionalmente tão segmentada em partes que pouco dialogam entre si. Iniciativas como Vozes Contra o Racismo têm o poder de inspirar reflexões e outras tantas ações de sensibilização e combate ao racismo.

Vale ressaltar também que parte dessa pequena mudança se deve, dentre outros fatores, à presença de pessoas negras e indígenas dentro das instituições públicas e dos espaços de poder. Não é à toa que o PL 404/2020, já mencionado, foi proposto no calor das discussões sobre a retirada de monumentos controversos dos espaços públicos pelo mandato da Érica Malunguinho, deputada negra e primeira pessoa trans eleita para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Figura 54. [Brasil Terra Indígena, de Denilson Baniwa no Monumento às Bandeiras \(@Coletivo Coletores\)](#) e ato e intervenção dos povos guaranis contra a PEC 215/2000 e ao PLP 227/2012 (CIMI via EcoDebate)

Ações, intervenções e propostas legislativas, como essas apresentadas, apontam caminhos para tratar a ferida aberta que são os monumentos controversos na cidade.



6.1 Os monumentos de SP e a construção de uma cidade educadora

A Prefeitura Municipal de São Paulo, enquanto signatária da [Carta das Cidades Educadoras](#) desde seu aniversário de 450 anos, tem como compromisso promover um projeto educador na estrutura e no governo do município, desenvolvendo integralmente as pessoas que nele vivem. Em outras palavras, a cidade deve oferecer elementos de aprendizagem intelectual, emocional, física e cultural, garantindo os princípios de igualdade, justiça social e de equilíbrio territorial (AICE, 2020). Este estudo, todavia, tem demonstrado que a cidade atua no sentido contrário.

O poder público não cumpre seu papel ao deixar de assumir um compromisso mais eloquente de revisar as homenagens erguidas na cidade. Como consequência, os monumentos promovem ações "deseducadoras", reproduzindo a dominação simbólica e mantendo o status quo. Em vez de educarem, as obras instaladas em espaços públicos reforçam a narrativa de apagamento dos povos negros e indígenas, ocultando sua história, suas referências, sua cultura e sua contribuição no processo de produção da cidade; a mesma cidade que ainda impõe violências simbólicas, ao fazer com que pessoas negras e indígenas encontrem as homenagens dos assassinos de seus antepassados.

Por outro lado, ações contestatórias têm potencial de adicionar outras camadas de leitura na cidade. Intervenções artísticas, por exemplo, podem provocar reflexões ao questionarem o lugar de importância (e de dominação) dado aos monumentos controversos, problematizando narrativas cristalizadas na memória da cidade. É importante que se diga: o poder público tem o dever de promover ações dialéticas de contestação aos monumentos controversos. Isso pode ser feito através de sua remoção e instalação em locais que contemplem ações educativas, mas também através de alterações materiais ou simbólicas.

Mesmo que a retirada de monumentos controversos não seja um consenso, a adoção de soluções perenes que se contrapõem à sua narrativa, essa sim, é urgente. Um exemplo é a instalação de placas sinalizadoras (e/ou placas educativas) que abordem a contradição da personagem ali representada. A construção de outro monumento como contraponto direto à figura e à narrativa de uma obra contro-

versa também é um exemplo a ser considerado. As possibilidades são diversas e não existe justificativa para a inação: a construção de uma nova memória coletiva que jogue luz sobre as atrocidades do passado é uma pauta inadiável.

A disputa de narrativa, a reivindicação da pertença negra e indígena na memória da cidade constroem espaços de aprendizagem que podem mudar as formas de perceber, pensar e ocupar os espaços públicos. Para além de ações contestatórias, também é importante reverter o processo de invisibilização dos grupos sub-representados e propor o reconhecimento de personagens como, por exemplo, Luiz Gama, Tebas e Zumbi, que, recentemente, ganharam monumentos em sua homenagem. Não significa, no entanto, que a inauguração de novos monumentos exclui a necessidade de lidarmos com aquelas obras que violam a memória da população negra e indígena do nosso país.

O debate do direito à memória é parte fundamental dos avanços necessários à garantia do direito à cidade, bem como à promoção de cidades educadoras. Assim, este estudo, enquanto resultado de convênio firmado junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, visa oferecer algumas ferramentas e abordagens que contribuam com as discussões sobre os monumentos da cidade. O objetivo é avançar em proposições quanto à destituição dos monumentos controversos de seu lugar privilegiado na cidade, desenhando caminhos para a reconstrução do olhar sobre a mesma. Esses percursos pressupõem o resgate da contribuição intelectual, cultural e espiritual das populações negra e indígena. Da mesma forma, demandam o registro e a homenagem de uma memória, até aqui, apagada. A refundação dos monumentos da cidade é como uma utopia que visa incorporar outras identidades e histórias ao imaginário da cidade, sem excluir a possibilidade de repensar destinações mais adequadas aos monumentos que ferem.

7. Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Schwarcz S.A., 2009.

AICE - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. 2018. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Carta das Cidades Educadoras**. 2020. Disponível em: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Tradução de Elizabeth Martins. Campinas: Editora Unicamp, 2017 [2011].

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. **A história do Monumento Amizade Sírio Libanesa**. 2022. *Casa da Boia Cultural*. Disponível em: https://casadaboia.com.br/cultural/monumento_amizade_sirio_libanesa.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

ALVES, R. de C.; SOUZA DE DEUS, J. A. **Memória, afeição ao lugar e política: um olhar sobre o patrimônio em seus enredos derivados da geograficidade humana**. *Revista Cerrados*, [S. l.], v. 18, n. 01, p. 352–372, 2020. DOI: 10.46551/rc24482692202005. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/836>. Acesso em: 3 fev. 2023.

AMÂNCIO, Thiago. **Praça da República em SP tem estátuas de todos os tipos, mas nenhuma da República**. 2018. Publicada em *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/praca-da-republica-de-sp-tem-estatuas-de-todos-os-tipos-mas-nenhuma-da-republica.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de. **“Putrid Miasmata”:
Higienismo e Engenharia Sanitária no século XIX.** In: *Cadernos de Arquitetura*, v. 1, n. 2, p. 28–39, 1996.

AS ESTÁTUAS DO NOSSO DESCONFORTO. 2020. Publicada em *Portal Geledés* Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-estatuas-do-nosso-desconforto/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BANIWA, Denilson. Brasil **Terra Indígena (Brazil Native Land).** *YouTube*, 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wg34UtQxM1g>. Acesso em: 06 fev. 2023.

BARONE, Ana Castilho. **Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977).** *Afro-Ásia*, v. 59, n. 59, p. 43–75, 2019.

BARROS, Karoline. **Obelisco e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 - Vitória política, derrota militar.** 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/obelisco-e-mausoleu-ao-soldado-constitucionalista-de-1932/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

BEIGUELMAN, Giselle (org.) **Monumento nenhum e Chacina da luz / Giselle Beiguelman.** São Paulo: Peligro Edições, 2019 130 p.

BEIGUELMAN, Giselle; CASIMIRO, Giovanna G.; MEDEIROS, Marina L. **Guia dos Monumentos Nômades.** 2017. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=16fAapWtjAjquIMvX8vBLzf-pXLA&ll=-23.547518800000013%2C-46.665213399999985&z=17>. Acesso em: 06 fev. 2023.

BELLA, Gabriela di; ANDRADE, Keiny. **Monumentos, história, racismo e apagamento.** 2021. Publicado em *UOL Notícias*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/monumentos-e-racismo.htm>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRANDÃO, Marina. **José Bonifácio Patriarca da Independência.** 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: demonumenta.fau.usp.br/jose-bonifacio-de-andrada-e-silva-patriarca-da-independencia/. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRISOLA, Sergio. **Escultura Infante Dom Henrique.** 2020. Publicado em *Descubra Sampa*. Disponível em: <https://www.descubrasampa.com.br/2020/12/escultura-infante-dom-henrique.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRISOLA, Sergio. **Monumento ao General Estilac Leal**. 2022. Publicado em *Descubra Sampa*. Disponível em: <https://www.descubrasampa.com.br/2022/06/monumento-ao-general-estilac-leal.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CANECO, Cássia; MOREIRA, Felipe; ROCHA, Beatriz; CORREIRA, Fernanda; BEZERRA, Gabriela R.; GUILLÉN, Graciela; FROTA, Henrique. **A presença negra nos espaços públicos de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

CARATCHUK, Ana. **Justiça para George Floyd: como a morte de um homem negro nas mãos de um policial inspira a luta antirracista no mundo hoje**. *UOL Notícias*, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/#page14>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara por Sueli Carneiro**. 2004. Publicado em *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CAVALCANTI, José Carlos Corrêa. **Conhecendo a Zona Sul de São Paulo**. s.d.. Disponível em: http://www.desenredo.com.br/PDF/ConhecendoZonaSulSP_3.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHIARELLI, Tadeu. **O doutor e os monumentos**. 2019. Publicado em *Arte!brasileiros*. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/conversa-de-barr/o-doutor-e-os-monumentos/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. **O pantheon dos imortais de São Paulo: delírio tropical no Pátio do Colégio**. 2020. Publicado em *Artebrasileiros*. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/o-pantheon-dos-imortais-de-sao-paulo-delirio-tropical-no-patio-do-colegio/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. **"Monumento às Bandeiras", de Brecheret: o passado presente**. 2021. *Arte!brasileiros*. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/conversa-de-barr/monumento-as-bandeiras-de-brecheret-o-passado-presente/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

COLUMBUS, Christopher. **How Statues Are Falling Around the World**. 2020. Publicada em *New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/24/us/confederate-statues-photos.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Monumento, política e espaço**. 2015. *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales* - Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CRUCIOL, Daniel. **Ibrahim Nobre - O Tribuno**. 2020. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/ibrahim-nobre-o-tribuno/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CRUZ, Isabela. **Independência do Brasil: uma ruptura a favor do status quo**. 2022. Publicado em *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2022/09/06/Independ%C3%Aancia-do-Brasil-uma-ruptura-a-favor-do-status-quo>. Acesso em: 03 jan. 2023.

DAMASCENO, Victoria. **Com Borba Gato, prefeitura de SP cria lista com 40 monumentos polêmicos; saiba quais são**. 2021. Publicada em *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/com-borba-gato-prefeitura-de-sp-cria-lista-com-41-monumentos-polemicos-saiba-quais-sao.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

DAMASCENO, Victoria. **Projetos de lei propõem a retirada de símbolos escravagistas pelo país**. 2021. Publicada em *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/projetos-de-lei-propoem-a-retirada-de-simbolos-escravagistas-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2023.

DANTINE, Bárbara. **Monumento ao Ferroviário completa 62 anos**. 2020. Publicado em *Jornal da Gente*. Disponível em: <https://jornaldagente.tudoeste.com.br/2020/09/26/monumento-ao-ferroviario-completa-62-anos/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

DIAS, Guilherme Soares. **Borba Gato não caiu e o Brasil continua sem estátuas representativas de pessoas negras**. 2022. Publicado em Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/borba-gato-nao-caiu-e-o-brasil-continua-sem-estatuas-representativas-de-pessoas-negras/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ENTINI, Carlos Eduardo. **Era uma vez em SP... monumento a José Bonifácio, o Moço**. 2015. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/monumento-a-duque-de-caxias/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

EPSJV/FIOCRUZ - Redação EPSJV. **Ações afirmativas transformam universidades e institutos federais**. 2022. Publicado em *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/printpdf/10499>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ESCULTURA EM HOMENAGEM A ALCEU AMOROSO LIMA. 2020. Publicada no portal da *Secretaria de Cultura do Município de São Paulo*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/alceu/index.php?p=28526. Acesso em: 27 jan. 2023.

ESTÁTUA DO APÓSTOLO SÃO PAULO É INAUGURADA EM PRAÇA DO MORUMBI. 2007. Portal da *Câmara Municipal de São Paulo*. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=131325#:~:text=A%20est%C3%A1tua%20ganhou%20o%20nome,o%20povo%20paulista%20e%20paulistano>. Acesso em: 03 jan. 2023.

EXPOSIÇÃO COM ESCULTURAS E DESENHOS DE VICTOR BRECHERET "BRECHERET: ENCANTAMENTO E FORÇA". 2017. Publicada em *Vitruvius*. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/jornal/agenda/read/6832>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FATORELLI, Carlos. **A Obra "Cruz de Anchieta" na praça Santa Cruz em Santo Amaro / SP**. 2013. Disponível em: <http://carlosfatorelli27013.blogspot.com/2013/05/a-obra-cruz-de-anchieta-na-praca-santa.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915/1963)**. 1982. 278f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

FERRAZ, Marcos Grinspum. **Olhares indígenas apontam para outro futuro possível**. 2020. Publicado em *Arte!brasileiros*. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/exposicoes/olhares-indigenas-apontam-para-outro-futuro-possivel/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FERREIRA, Abilio (org.). **Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata (abordagens)**. São Paulo: Editoração: Igor Matheus Santana Chaves, 2018. Disponível em: <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Livro-Tebas.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FERREIRA, Abílio. **“Decisão de instalar uma estátua como a de Borba Gato é mais violenta do que a de queimar”**. Entrevista concedida à CBN. CBN, São Paulo, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/348091/decisao-de-instalar-uma-estatu-a-c-o-m-o-de-borba-gato.htm>. Acesso em: 03 jan. 2023.

FLUMINHAN, Giovanna. **Índio Caçador - O índio que ficou fora da república**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/indio-cacador-2/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Índio Pescador - No começo da Paulista tem um índio**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/indio-pescador/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Monumento à Independência - A construção de uma narrativa**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/monumento-a-independencia/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Ubirajara - O Índio com nome (im)próprio**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/ubirajara/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GABRIEL, João. **Pedido de retirada de estátuas em SP traz debate sobre ‘apagão’ histórico**. 2020. Publicada em *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/pedido-de-retirada-de-estatuas-em-sp-traz-debate-sobre-apagao-historico.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2023.

GIMENES, Miriam. Entrevista: **‘São estes homens complexos que fazem a grande história e este é o caso de José Bonifácio’, diz sua biógrafa, a historiadora Mary Del Priore**. 2022. *Agenda Bonifácio*. Disponível em: <https://agendabonifacio.com.br/entrevistas/sao-estes-homens-complexos-que-fazem-a-grande-historia-e-este-e-o-caso-de-jose-bonifacio-diz-sua-biografa-a-historiadora-mary-del-priore/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

INAUGURADA EM SÃO PAULO A ESTÁTUA DE TEBAS, ARQUITETO ESCRAVIZADO NO SÉCULO XVIII. 2020.

ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/952117/inaugurada-em-sao-paulo-a-estatua-de-tebas-arquiteto-escravizado-no-seculo-xviii>. Acesso em: 27 jan. 2023.

INVENTÁRIO DE OBRAS DE ARTE EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Secretaria Municipal de Cultura e Departamento do Patrimônio Histórico. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Inventario_de_Esculturas_1261586685.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.

JANOVITCH, Paula. **Borba Gato: A estátua mais cafona e polêmica da cidade.** 2022. Publicado em *Demonumenta*.

Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/borba-gato/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

JOÃO BATISTA FERRI. Publicado em *Guia das Artes*. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/joao-batista-ferri>. Acesso em: 03 jan. 2023.

JORGE, J. **Rios e Saúde na Cidade De São Paulo, 1890-1940.** In: *História e Perspectivas*, n. 47, 2012, p. 103–124.

KRUSE, Tulio. **Esquina da Ipiranga com a da São João ganha estátuas sob tensão de assaltos.** 2022. Publicada em *Folha de São Paulo*.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/esquina-da-ipuranga-e-da-sao-joao-ganha-estatuas-sob-tensao-de-assaltos.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

LEITE, Isabela. **Mãe Preta - Controvérsias e apropriações.** 2022.

Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/mae-preta/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MACHADO, Leandro. **Estátua de conde vai parar atrás das grades na Pompeia, em SP.** 2014. Publicada em *Folha de São Paulo*.

Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1420342-estatua-de-conde-vai-parar-atras-das-grades-na-pompeia.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MARCIER, Daniela. **Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas.** 2021.

Publicado em *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MARTINI, Augusto. **O que vejo da minha janela – Escultura “Índio Caçador”, de João Batista Ferri**. 2010. Disponível em: <https://asimplicidadedascoisas.wordpress.com/2010/09/20/o-que-vejo-da-minha-janela-escultura-%E2%80%9CIndio-cacador%E2%80%9D-de-joao-batista-ferri/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MARTINI, Karen S. **Depois do Banho**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/depois-do-banho/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Monumento a Olavo Bilac**. *Demonumenta*, São Paulo, ago. 2022. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/olavo-bilac/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MARTIR, Natália Cristina Dias; CALVO, Júlia. **A formação da identidade social brasileira a partir das construções ideológicas nacionais da Primeira República: análise e reflexão na nova história cultural**. *Revista História em Curso, Belo Horizonte*, v. 3, n. 3, p. 85-99, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/26493>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MATTEO, Giovanna de. Teotônio **Vilela do desencanto com a ditadura a ícone das diretas já**. 2020. Publicada em *UOL Notícias*. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/teotonio-vilela-do-desencanto-com-a-ditadura-a-icone-das-diretas-ja.phtml>. Acesso em: 03 jan. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de *et al.* **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano**. [Debate]. *Patrimônio : atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_ACidadeComoBemCultural.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

MENEZES, Helio. **Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? SIM**. 2020. Publicado em *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/monumentos-publicos-de-figuras-controversas-da-historia-deveriam-ser-retirados-sim/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA. 2012. Publicada em *Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=330366>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MONUMENTO A OLAVO BILAC. 2016. Publicado em *Memória da Amnesia*. Disponível em: <http://www.desvirtual.com/mda/2016/03/08/fragmentos-do-monumento-a-olavo-bilac/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MONUMENTO AO ALMIRANTE TAMANDARÉ, HERÓI NACIONAL E PATRONO DA MARINHA DE GUERRA DO BRASIL. 2008. Publicado em *Portal da Assembleia Legislativa de Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=273573>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MONUMENTOS EM DEBATE: DEVEMOS DERRUBÁ-LOS? 2021. Publicado em *Arte!brasileiros*. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/memoria/o-que-fazer-sobre-monumentos/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

MORA, Marcelo. **Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras.** 2003. Publicada em *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

MOREIRA, Gláucia de Oliveira; FERRARESI, Flávio Henrique; CARVALHO[, Emanuel M.; AMARAL, Eliana. **Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê?** 2017. *Revista Ensino Superior - UNICAMP*. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-aco-es-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij#_ftn2. Acesso em: 27 jan. 2023.

NASCIMENTO, Douglas. **Monumento ao Duque de Caxias.** 2015. Publicado em *São Paulo Antiga*. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/monumento-a-duque-de-caxias/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

NASCIMENTO, Douglas. **Obelisco dos Mártires Armênios.** 2019. Publicado em *São Paulo Antiga*. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/obelisco-armenio/#:~:text=Inaugurado%20em%2024%20de%20abril,para%20relembrar%20o%20fat%C3%ADdico%20genoc%C3%ADdio>. Acesso em: 03 fev. 2023.

NERI, Marcelo. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda.** 2012. Rio de Janeiro, RJ - FGV *Social*. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es107-A-Decada-Inclusiva-2001-2011-Marcelo-Neri.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

OLIVEIRA, Beatriz de. **Estátua de Carolina Maria de Jesus é inaugurada em SP**. 2022. Notícia publicada em *Nós Mulheres da Periferia*. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/estatua-de-carolina-maria-de-jesus-e-inaugurada-em-sp/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

OLIVEIRA, Regiane. **Tebas, o negro escravizado que marcou a arquitetura de São Paulo**. 2020. Publicado em *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/tebas-o-arquiteto-escravizado-que-marcou-a-arquitetura-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Rio de Janeiro: Angra Filmes Ltda, 1989. (91 min.), son., color.

PIVETTA, Marcos. **Casa-Grande e Senzala dos Matarazzo na Califórnia Paulista**. 2001. UNESP, Pesquisa FAPESP. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/casa-grande-e-senzala-dos-matarazzo-na-california-paulista/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo. **Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios**. 2015. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2017_sp_diverso_igualdade_racial_em_sao_paulo.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO ANUNCIA CINCO NOVAS ESTÁTUAS DE PERSONALIDADES NEGRAS NA CIDADE. 2021. Publicada no Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=30000>. Acesso em: 03 jan. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP). **GeoSampa: Mapa digital da cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. Acesso em: 06 fev. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP). **Uso Predominante do Solo**. 2016. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. Acesso em: 06 fev. 2023.

PREFEITURA LANÇA O PROJETO VOZES CONTRA O RACISMO. 2020. Publicada no portal da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/>

[prefeitura-lanca-o-projeto-vozes-contra-o-racismo](#). Acesso em: 06 fev. 2023.

PRONCZUK, Monika; ZAVERI, Mihir. **Statue of Leopold II, Belgian King Who Brutalized Congo, Is Removed in Antwerp**. 2020. Publicada em *New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/09/world/europe/king-leopold-statue-antwerp.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR. Publicada em Museu da Cidade da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/rafael-tobias-de-aguiar/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1988.

_____. **Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades da implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil**. In: ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. 2. ed. São Paulo: A Associação, 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219/203>. Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. Leituras da cidade. Tradução . Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012. . . Acesso em: 07 fev. 2023.

_____. **São Paulo negra: a memória da cidade é um espaço em disputa**. 2019. *LabCidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/sao-paulo-negra-a-memoria-da-cidade-e-um-espaco-em-disputa/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SALVADORI, Fausto. **Quando os vencidos narram a história**. 2021a. Portal da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/quando-os-vencidos-narram-a-historia/> . Acesso em: 27 jan. 2023.

_____. **Um problema monumental**. 2021b. Portal da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/um-problema-monumental/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SANCHEZ, Renata. **Monumento às Bandeiras - Deixa que eu empurro: da obra de arte ao palco de atos de contestação!**

2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/monumento-as-bandeiras-2/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SANTOS, Ale. **Duas faces de Duque de Caxias, o pacificador e o ganicida**. 2018. *Vice*. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/8xpad4/as-duas-faces-de-duque-de-caxias-o-pacificador-e-o-genocida>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SÃO PAULO DO PASSADO. Publicada em *Hagop Garagem*. Disponível em: http://www.hagopgaragem.com.br/sp_diversos11.html. Acesso em: 03 jan. 2023.

SOARES, Isis K. J. A. **Homenagem dos pretos do Brasil: A luta por um monumento negro no início do século XX**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/luiz-gama/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SOUZA, Bruna B. **Monumento ao Duque de Caxias**. 2022. Publicado em *Demonumenta*. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/monumento-a-duque-de-caxias/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

TED. **Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história**, 7 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>. Acesso em 07 fev. 2023.

TEDx Talks. **Raízes da Violência Urbana e Direito à Cidade: Um Problema de Formação | Joice Berth | TEDxBlumenau**, 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ijwlcnfAnO0>. Acesso em 13 jan. 2023

UHLE, Ana Rita. **Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo**. 2015. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.23, n.2, p. 139-163. jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/xCYHpTqFHVTYqgzx7xjqKdh/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 03 fev. 2023.

VEIGA, Edison. **Como os bandeirantes, cujas homenagens hoje são questionadas, foram alçados a 'heróis paulistas'**. 2020. De Bled (Eslovênia) para a *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53116270>. Acesso em: 03 jan. 2023.

WAMSLEY, Laurel. **In Reckoning With Confederate Monuments, Other Countries Could Provide Examples**. 2017. Publicada em *NPR*. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2017/08/22/545308125/in-reckoning-with-confederate-monuments-other-countries-could-provide-examples>. Acesso em: 03 jan. 2023.

“VOZES CONTRA O RACISMO” OCUPA MONUMENTOS DE SÃO PAULO. 2020. Publicada em *Guia Negro*. Disponível em: <https://guianegro.com.br/vozes-contr-a-o-racismo-ocupa-monumentos-de-sao-paulo/>. Acesso em: 06 fev. 2023.